

Uma grande vitória da luta dos trabalhadores, do povo e das forças democráticas

## ROTURA DA COLIGAÇÃO PS/PSD QUEDA INEVITÁVEL DO GOVERNO

«Se Mário Soares não pedir a demissão como obrigatoriamente lhe compete, a única solução institucionalmente correcta, como saída para a crise governamental, é a demissão imediata do Primeiro-Ministro e do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições antecipadas nos termos constitucionais» — **Nota da Comissão Política do CC do PCP Pág. 1/Semana**



**A IX Conferência da Reforma Agrária** que no último fim-de-semana reuniu mais de dois mil delegados em Évora, efectuou um balanço exaustivo da luta e do trabalho realizado, evidenciou a sua superioridade relativamente ao latifúndio, mostrou a capacidade do proletariado rural e as suas inesgotáveis energias, demonstrou ser a única alternativa para o desenvolvimento agrícola e para o bem-estar das populações no Sul, apontou claramente o caminho de uma política alternativa capaz de resolver os graves problemas com que o País se defronta.

**Ler nas págs. 1, 2, 3, 4  
e 5/Semana**



**A acção nacional de protesto**, com a sua oportunidade mais que confirmada pelo desfazer da coligação, sublinhou as persistentes acções de luta, autenticamente nacionais e patrióticas, do movimento operário e popular. A mobilização e as inúmeras adesões à grande jornada nacional de anteontem, promovida com êxito seguro pela CGTP-IN, constituem um remate justo para algumas das reivindicações mais prementes de todo o povo — uma meta satisfatória no caminho que falta percorrer.

**Ler na Pág. 11/Semana**

## Grande vitória do povo

**Ler Editorial**



## Assembleias

Momentos destacados na intensa vida democrática do PCP, as Assembleias das Organizações continuam em diversos pontos do País a mobilizar os militantes para o debate responsável e a definição de direcções de trabalho.

Na vila operária da Marinha Grande realizou-se no domingo, num clima de vivo entusiasmo, a 1.ª Assembleia da Organização Regional de Leiria (ORLEI). No mesmo dia, decorreram as Assembleias das Concelhias de **Coimbra** e de **Faro**. No próximo domingo é a vez dos comunistas da **Chamusca** reunirem a sua segunda Assembleia da Organização.

**Ler nas págs. 8  
e 9/Semana**

**Morreu  
João  
Faria  
Borda**



**Ler nas págs. 12/Semana  
e 6/Em Foco**

## Ruptura da coligação PS/PSD Grande vitória do povo

Um passo decisivo para uma necessária viragem democrática acaba de produzir-se: a ruptura da coligação governante PS/PSD, responsável pela política de direita que nos últimos anos colocou Portugal à beira do desastre, tornou-se um facto consumado.

Trata-se de «uma grande vitória da luta dos trabalhadores, do povo e das forças democráticas», conforme é sublinhado no comunicado da Comissão Política do CC do PCP que noutro lugar publicamos.

De facto, é no fragor de um potente movimento popular de massas, que punha como exigência política fundamental imediata a demissão do Governo PS/PSD, que o projecto contra-revolucionário inspirador da política anti-nacional da clique governante acaba de sofrer uma pesada derrota.

Dela devem retirar-se as consequentes conclusões institucionais e políticas imediatas e com ela as hipóteses de uma profunda mudança democrática na situação nacional tornaram-se reais.

Falta apenas e só que os mecanismos institucionais normais sejam accionados e que uma necessária saída política se concretize.

A concretização de uma saída política no quadro normal das instituições democráticas é agora a questão essencial na solução da crise governativa provocada pela ruptura da coligação.

O descasamento da clique governamental PS/PSD não foi um acontecimento inesperado. Foi o resultado e a consequência lógica de factores determinantes que escapavam às previsões e à vontade dos dois comparsas do conluio contra-revolucionário governante.

O facto de ter sido apressado pelas reviretas e o golpismo interno do PSD no Congresso da Figueira da Foz pode ter-lhe emprestado um verniz de sensação mas não constituiu surpresa.

Em definitivo: a coligação não se «escavacou» pela inspiração ou a iniciativa dos «cavacos» mas por motivos bem diversos.

Causas objectivas no plano económico e social e outras resultantes da luta e da vontade do povo, das forças democráticas e patrióticas, de há longos meses prenunciavam o fim antecipado do casamento de conveniência PS/PSD.

Não foram questões de princípio ou propósitos moralizadores no exercício do poder que fundamentaram o divórcio ao cabo de dois anos de um matrimónio que dois comparsas haviam jurado e se haviam comprometido, «preto-no-branco», a fazer durar quatro anos, até 1987.

Não havia discrepâncias de fundo entre os soaristas e o PSD. Lucas Pires, que aspira à ressurreição da «AD» sob a liderança do CDS, falou verdade quando há três dias disse que era «pensável que eles (o PS e o PSD) não estão a querer romper por quererem coisas diferentes...».

A ruptura da coligação — diz-se no comunicado da Comissão Política do PCP — «longe de ser o resultado accidental das contradições e rivalidades entre os cúmplices da política de direita e das suas manobras de responsabilização recíproca, são fundamentalmente o resultado do rotundo fracasso da política governamental, da sua gritante incapacidade para dar resposta aos proble-

mas nacionais, da grandiosa resistência e luta popular que, ao longo de dois anos, com notável persistência, firmeza e combatividade foram enfraquecendo e isolando o Governo».

De facto, o PCP tinha razão na sua «leitura» dos acontecimentos e nas suas previsões. Os eventos dos últimos dias ilustram também de maneira notável a força, a justeza e a actualidade das nossas propostas políticas.

A deterioração da crise atingiu um ponto agudo. Dificilmente se poderá ir mais longe. A situação tornou-se insustentável.

O fosso entre o Governo PS/PSD e o país real alargou-se e tinha-se tornado intransponível. As contradições entre os planos da contra-revolução e a vontade e as aspirações do povo eram irreductíveis.

No acordo renegociado entre o PS e o PSD em 11 de Dezembro do ano passado as metas do plano contra-revolucionário estavam claramente assinaladas.

Mário Soares e os soaristas, fiéis servidores do grande capital e do imperialismo, prestaram-se docilmente a ser no Governo e no seu país os instrumentos dos interesses e do restabelecimento do poder económico e do poder político dos monopólios e da loucura belicista de Reagan.

Na crise, que levou agora à ruptura da coligação, não foi — como os socialistas tentaram fazer crer para iludir a sua cedência de facto às exigências da reacção — o PS que apresentou qualquer ultimato ao PSD mas, como salientou há dias Álvaro Cunhal, o contrário, isto é, foi o PSD que apresentou um ultimato ao PS para a rápida aprovação dos «pacotes» laboral, agrícola, eleitoral, autárquico e outros de natureza abertamente antidemocrática e inconstitucional a que os socialistas se dispunham a curvar-se.

É uma prova evidente de tudo isto a declaração da Comissão Permanente do PS, já quando a ruptura com o PSD era inevitável, «de um total empenhamento do PS na coligação».

Soares jogou as suas opções de classe e as suas ambições pessoais na realização de um projecto que pôs contra si não somente as camadas populares mais amplas mas os próprios trabalhadores socialistas.

A direita, alarmada com o isolamento do Governo e a redução da sua base de apoio social, político e eleitoral, decidiu desligar-se do PS, atribuir-lhe em exclusivo uma responsabilidade que cabe igual aos dois parceiros da defunta coligação e reagrupar forças para um novo assalto ao Poder em condições mais favoráveis.

É a própria direita, por iniciativa do PSD, que procura, mesmo nas condições da ruptura, dirigir o processo da sua retirada da coligação, marcando para o dia 13, seguinte à assinatura do tratado de adesão à CEE, o abandono do Governo.

É, pois, uma coligação governante já cadáver, sem autoridade política, divorciada da imensa maioria do povo, que se prepara para comprometer o País num projecto lesivo dos interesses nacionais que tem contra si,

por razões diversas e mesmo opostas, forças representativas de um leque social muito vasto e maioritário da sociedade portuguesa no qual os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais têm um peso dominante. A situação actual obriga a uma reconsideração do problema.

As condições em que no dia 12 o cadáver do Governo se prepara para assinar o tratado de adesão confirmam as denúncias do PCP quando classifica a adesão à CEE como uma tenebrosa operação política contra o 25 de Abril. A assinatura do tratado é um autêntico contra-relógio no tempo político da coligação.

O povo português e os órgãos de soberania em efectividade de funções têm o dever de tudo fazer para evitar o escândalo e o insulto à nossa História e à nossa independência nacional que o Governo-cadáver do PS e do PSD se prepara para celebrar nos Jerónimos.

É escandaloso que o PS, com objectivos eleitoralistas de manipulação do aparelho de Estado e para tentar servir até ao fim os interesses do grande patronato e do imperialismo, pretenda fazer passar como constitucionalmente legítima a tese de que o Governo não deve demitir-se ou ser demitido e de que o Primeiro-Ministro pode simplesmente substituir os ministros demissionários do PSD por outros do seu partido e continuar tudo como dantes.

Soares e os soaristas querem ganhar tempo e aguentar a barca mesmo arrombada de um Governo «socialista» até 14 de Julho, data a partir da qual o Presidente da República já não poderia por força da Constituição demitir o Governo.

É uma grosseira tentativa de burlar as instituições, pois o Governo-cadáver PS/PSD foi empossado como coligação e com um programa de coligação (lembremos que o próprio Soares justificava o não cumprimento do programa do PS com o argumento do programa do Governo ser de coligação).

Justamente se diz no comunicado da Comissão Política: «se Mário Soares não pedir a demissão como obrigatoriamente lhe compete, a única solução institucionalmente correcta, como saída para a crise governamental, é a demissão imediata do Primeiro-Ministro e do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições antecipadas nos termos constitucionais».

É uma questão da competência do Presidente da República de quem o povo português espera a decisão patriótica de tomar as medidas institucionais pertinentes.

Uma decisão patriótica no sentido constitucionalmente correcto como a que a situação coloca na ordem do dia corresponderá ao profundo sentir do povo e a um mandato popular que se exprime num movimento nacional de protesto contra a política praticada nos últimos dois anos e pela demissão do Governo.

Todo o mês de Maio foi de constantes lutas e acções, de um poderoso movimento de massas que neste começo de Junho e já em plena crise se afirmou em

# Resumo

29

Quarta-feira

O Presidente da República inicia uma visita oficial de três dias à Jugoslávia ■ Cavaco e Silva quer «flexibilizar» ainda mais do que o PS de Soares o mercado de trabalho ■ Em Castelo Branco os trabalhadores camarários são obrigados a receber Soares sob pena de lhes descontarem um dia de salário ■ O embaixador da República Popular de Angola afirma que a melhoria das relações entre o seu país e Portugal depende da vontade do Governo português ■ A delegação da Federação Sindical Mundial que se encontra no nosso País, salienta que «a existência de salários em atraso é uma triste realidade que não esperávamos encontrar num país europeu» ■ A greve dos 350 trabalhadores dos serviços de informática da Segurança Social está a afectar o funcionamento de cerca de 15 mil dos 20 mil trabalhadores do sector ■ Em Genebra, na final da taça dos campeões europeus, a violência no estádio causa trinta e nove mortos e centenas de feridos ■ Depois do ciclone que causou cerca de vinte mil vítimas, as epidemias ameaçam agora o Bangladesh. ■ O «Sinn Fein» conquistou a presidência da Câmara Municipal de Ulster ■ Em Beirute, é bombardeado o palácio presidencial.



Lisboa é salientado que os salários em atraso constituem uma «denegação do direito à justiça» ■ Ramalho Eanes regressa de uma viagem de onze dias que o levou à China e à Jugoslávia ■ A OCDE prevê um aumento do desemprego na Europa Ocidental ■ O Parlamento polaco aprova uma nova lei eleitoral ■ A Organização dos Estados Americanos denuncia os riscos de instabilidade no Atlântico Sul causados pela instalação de uma base militar estratégica nas ilhas Malvinas ■ A polícia fascista de Pinochet volta a fazer prisões em Santiago do Chile

1  
Sábado

Em Évora, inicia-se a 9.ª Conferência da Reforma Agrária ■ A seu pedido, os chefes do PS e do PSD são recebidos pelo Presidente da República ■ Dia Mundial da Criança ■ Em Setúbal, a polícia de choque carrega contra trabalhadores que se concentraram junto ao Hospital Distrital de Setúbal, que estava a ser visitado por Mário Soares ■ A ruptura da coligação é considerada «imminente» ■ A Associação 25 de Abril homenageia José Gomes Ferreira ■ Realizam-se as eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Professores da Região Centro ■ O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprova uma moção onde se apela para o fim da violência contra refugiados palestinianos no Líbano ■ Temporais assolam os Estados Unidos, o Canadá e a Argentina ■ O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, visita Cabinda, onde foi desmantelado um comando sul-africano ■ O Iraque bombardeia o aeroporto de Teerão.



Reforma Agrária está viva

2  
Domingo

1  
ASSEMBLEIA  
DA ORGANIZAÇÃO  
REGIONAL DE LEIRIA  
DO  
PCP

Em ambiente de grande entusiasmo e firmeza terminam os trabalhos da 9.ª Conferência da Reforma Agrária ■ Em Évora, Álvaro Cunhal salienta que «a luta é o único caminho que conduz a uma alternativa democrática» ■ Realiza-se, na Marinha Grande, a 1.ª Assembleia da Organização Regional de Leiria do PCP ■ Em Rio Maior, Cavaco e Silva diz que «o PSD não aceita continuar num Governo que já está velho» ■ Na Madeira, a APU acusa vogais PS na Câmara do Funchal

de tentarem abafar ilegalidades ■ Nas duas últimas semanas, o exército da Nicarágua abateu 375 contra-revolucionários, é anunciado em Manágua ■ O primeiro-ministro sueco, Olof Palme, afirma que os países em situação desesperada devem cancelar as suas dívidas ■ A China lança um apelo à comunidade internacional para que se mobilize contra a «guerra das estrelas».

3  
Segunda-feira

A Comissão Política Nacional do PSD decide manter secretos os resultados da sua reunião de hoje, a fim de amanhã informar «em primeira mão» o PS, se bem que tudo indique ter a coligação chegado ao fim ■ A Comissão Política do PS considera que a «nova liderança» do PSD (Cavaco Silva) tem agravado a instabilidade e tem uma estratégia anticoligação ■ A Itália e o Vaticano ratificam a reforma da Concordata de Latrão, deixando o catolicismo de ser a religião do Estado italiano ■ Centenas de deputados de diversos países, incluindo Portugal, divulgam uma declaração exigindo a participação da Fretilin nas negociações para a autodeterminação de Timor-Leste ■ Os resultados oficiais das eleições legislativas na Grécia dão a maioria absoluta aos socialistas do Pasok ■ O primeiro-ministro chinês, Zhao Ziyang, inicia em Londres uma visita à Europa ocidental, que o levará também à Holanda e à RFA.

4  
Terça-feira

Cavaco Silva, novo líder do PSD, anuncia ruptura da coligação governamental com o PS e afirma que os ministros do seu partido abandonarão o Governo no próximo dia 13 ■ CGTP-IN promove em todo o País uma acção nacional de protesto pela demissão do Governo e pela satisfação de reivindicações essenciais dos trabalhadores, jornada que registou uma elevada adesão e que, segundo os organizadores, excedeu as expectativas ■ Trabalhadores dos CTT denunciam em conferência de imprensa a degradação dos serviços da empresa. ■ Aviação iraquiana bombardeia Teerão ■ Um semanário austríaco afirma que uma rede de nazis, representando os interesses das empresas alemãs-federais e austríacas controlou durante anos o comércio de armas ■ Um assessor do primeiro-ministro grego reeleito, Andreas Papandreou, reafirma intenção do futuro governo fechar as bases militares norte-americanas em 1988 ■ A Fatah e o Partido Comunista Palestiniano divulgam comunicado apelando à «realização da unidade palestina»



«Lutámos sem parar, coligação foi ao ar»

30

Quinta-feira



João Faria Borda

Morre o camarada João Faria Borda, membro-fundador da URAP e herói da revolta dos marinheiros de 1936 ■ O PS e o PSD reúnem-se numa cimeira onde «subsistem algumas divergências» ■ A Assembleia da República obriga o Governo a suspender parcialmente a aplicação do Código de Direitos de Autor ■ Na Cometa, os trabalhadores cumprem uma paralisação de três horas por turno ■ Em Moscovo, Gorbachev reafirma ao primeiro-ministro italiano, Bettino Craxi a disposição soviética para negociar armamentos ■ As delegações da União Soviética e dos Estados Unidos iniciam hoje a segunda fase das negociações sobre desarmamento ■ Fidel Castro reafirma a solidariedade cubana para com os povos e governos da Nicarágua e de Angola ■ No Golfo, prossegue a guerra das cidades entre o Irão e o Iraque ■ O exército da Nicarágua desmantela várias bases terroristas situadas ao longo do rio San Juan ■ O presidente brasileiro recebe uma delegação do Partido Comunista do Brasileiro chefiada pelo seu secretário-geral, Giocundo Dias.

31

Sexta-feira

Soares e Cavaco e Silva reúnem-se em São Bento sem encontrarem uma plataforma de consenso ■ Em Algés, Octávio Pato sublinha que a coligação PS/PSD é, «na actualidade, uma autêntica ficção» ■ Termina a actualização do recenseamento eleitoral. ■ Os trabalhadores do «Primeiro de Janeiro» rejeitam a declaração do jornal em situação económica difícil ■ Em tribuna de solidariedade realizada em

**Avante!**  
Proletários de todos os países - UNI-VOS!

O jornal  
dos trabalhadores  
da democracia  
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista  
Português, Rua Soeiro Pereira Gomes -  
1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro  
Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Santos Dumont, 57-3.º  
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livreira,  
SARL, Serviços Centrais: Av. Santos  
Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa  
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do  
Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:  
Alcova de Baixo, 13 - 7000 Évora  
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:  
Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro  
Tel. 24417

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 28394

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º  
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B  
- 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º  
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heka  
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Maio: 41 348

## Comunicado da Comissão Política do CC do PCP

**1.** A oficialização da ruptura da coligação PS-PSD, acarretando necessariamente a queda do Governo, representa um acontecimento muito positivo na vida nacional e constitui uma grande vitória da luta dos trabalhadores, do povo e das forças democráticas.

**2.** A ruptura da coligação e a queda do Governo PS-PSD, longe de serem o resultado accidental das contradições e rivalidades entre os cúmplices da política de direita e das suas manobras de responsabilização recíproca, são fundamentalmente o resultado do rotundo fracasso da política governativa, da sua gritante incapacidade para dar resposta aos problemas nacionais, da grandiosa resistência e luta popular que, ao longo de dois anos, com notável persistência, firmeza e combatividade foram enfraquecendo e isolando o Governo. Neste contexto, assume particular significado que a ruptura da coligação tenha ocorrido no preciso dia em que os trabalhadores portugueses, no quadro de uma vasta acção nacional de protesto que teve assinalável êxito e expressão de massas, voltaram a fazer ouvir a exigência nacional da demissão do Governo e do fim da sua política de desastre.

**3.** A queda do Governo PS-PSD, cuja demissão de há muito se impunha, coloca na ordem do dia a concretização de uma saída política no quadro do normal funcionamento das instituições.

Liquidada a coligação PS-PSD, termina institucionalmente o Governo constituído na base desta coligação e com um programa de coligação aprovado pela Assembleia da República.

Se Mário Soares não pedir a demissão como obrigatoriamente lhe compete, a única solução institucionalmente correcta, como saída para a crise governamental, é a demissão imediata do Primeiro-Ministro e do Governo, a dissolução da Assembleia da Repúbli-

ca e a convocação de eleições antecipadas nos termos constitucionais.

**4.** A Comissão Política do PCP chama a atenção para o facto de que a reacção não desarma, que tanto Mário Soares como os partidos reaccionários tentarão ainda manobrar para impedir a sua derrota completa. A situação obriga, não ao afrouxamento da luta mas à sua continuação, confiante e determinada, para uma alternativa democrática.

**5.** A Comissão Política considera que o Governo, praticamente demissionário, não tem autoridade nem legitimidade para assinar os acordos com a CEE, que aliás negociou nas costas do povo português e em termos muito gravosos para a agricultura, as pescas, a indústria e a economia portuguesa em geral.

**6.** A Comissão Política do PCP entende ser indispensável a formação de um governo que assegure o respeito pela legalidade democrática, ponha termo à política desestabilizadora que estava em curso e assegure a preparação em condições de estrita isenção e democraticidade de eleições legislativas antecipadas, resultantes da dissolução da Assembleia da República.

**7.** Como até aqui, também neste momento de crise na vida nacional, o PCP continuará a pautar a sua intervenção, aos mais diversos níveis, por um grande empenho em contribuir, de forma responsável e construtiva, para que se alcance uma solução democrática correspondente às aspirações populares e às necessidades nacionais.

Lisboa, 4 de Junho de 1985

A Comissão Política  
do Comité Central  
do Partido Comunista Português



Ao longo de um debate sério e exaustivo que se prolongou por mais de doze horas a IX Conferência efectuou um balanço da luta e do trabalho realizado e perspectivou o futuro

## IX Conferência evidencia superioridade da Reforma Agrária

A Conferência aprovou uma semana de luta em defesa da Reforma Agrária com paralisação do sector, concentrações e outras acções de massas a que se seguirá, caso os ataques prossigam, uma nova paralisação com deslocação massiva a Lisboa para reclamar junto dos competentes órgãos de soberania o fim da ofensiva destruidora.

Mais do que uma enorme esperança de vencer — convicção assente num quotidiano de trabalho, resistência e luta — o que hoje anima e percorre mais intensamente o sentir do proletariado rural do Alentejo e Ribatejo é a certeza de serem os protagonistas de um futuro onde a vida (ganhando nova dimensão e sentido) seja melhor, mais justa e feliz.

Esta uma ideia central que, em nosso entender, sintetiza de algum modo o que foram os trabalhos da IX Conferência da Reforma Agrária que no último fim-de-semana decorreram na cidade de Évora com a presença de mais de dois mil delegados e perto de mil convidados. Tratou-se de uma magnífica realização que patenteou a vitalidade da Reforma Agrária, as suas inesgotáveis energias e a capacidade dos seus heróicos obreiros de continuarem a lutar e a produzir na defesa dos interesses dos trabalhadores e do País, pese embora a violência e a ferocidade dos ataques de que têm sido alvo por parte de sucessivos governos de direita, designadamente o actual dirigido por Mário Soares.

iludir — tomaram os desejos pela realidade. Com efeito, ao longo de mais de doze horas de intenso debate, os oradores que subiram à tribuna da Conferência puseram em evidência não apenas as potencialidades da Reforma Agrária, como provaram através das suas intervenções que apesar do roubo de mais de metade da área inicialmente ocupada, mesmo assim, as UCP's/Cooperativas foram capazes de cultivar três vezes mais terra, manter o dobro do Gado e garantir duas vezes e meia mais postos de trabalho do que no tempo dos agrários.

Esta superioridade da Reforma Agrária relativamente ao latifúndio é ainda mais evidente

### Unidade e organização

Quem teve oportunidade de assistir aos trabalhos não deixou seguramente de constatar a extraordinária combatividade dos trabalhadores agrícolas do sul e o seu elevado grau de organização e unidade, realidade que desmente as afirmações dos que julgavam — como o actual detentor da pasta da Agricultura — ser esta uma conferência de gente derrotada e desanimada, de uma Reforma Agrária esfrangalhada e sem forças.

Rotundo engano de quantos — iludidos ou pretendendo



### Um acontecimento editorial

45 dias após a realização da Conferência Nacional do PCP sobre «A Via de Desenvolvimento Para Vencer a Crise» (realizada em 30 e 31 de Março de 1985) a Editorial Avante! publica 2 volumes com 1628 páginas.

O maior debate sobre economia concreta jamais realizado em Portugal! 70 horas de análise e discussão nos trabalhos das 19 secções, equivalentes a praticamente 9 dias de sessões de 8 horas úteis cada!



Agora em livro Cada volume 500\$00

## IX CONFERÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA

### A assinatura

— Gosto de boas ideias!

A porta, fechando-se, bateu com estrondo nas costas de Mário Soares, fazendo saltar o grupo à volta da mesa. Riram-se nervosamente e esperaram que o chefe se sentasse, o que ele fez com uma risadinha, alisando a gravata para debaixo da mesa e prosseguindo:

— **Esta dos Jerónimos para a assinatura do acordo com a CEE não está mal vista. De qualquer modo eu tinha falado na torre de Belém, acho-a mais explícita... Por que raio mudaram para a Igreja?**

— **A torre é muito pequena** — acudiu António Campos sacudindo desculpas da melena — **o meu secretário-geral compreende...**

— **Bom, se é pequena paciência, os Jerónimos também não estão mal. Talvez um bocadinho vistos com a visita do Reagan, mas continuam a dar um certo sainete com aquelas pedras todas góticas...**

— **Manuelinas...** — atreveu-se Carneiro Jacinto, todo porta-voz. Soares olhou-o com fixidez.

— **Foi o que eu disse, Jacinto.**

O porta-voz do primeiro ministro quase se sumiu para debaixo do tapete. Os outros riram-se à socapa enquanto Soares prosseguia, lançando um último olhar gélido para o Carneiro.

— **A coisa tem de ser feita com perfil. E não esquecer a ilação histórica! Há por lá uns túmulos com o Camões e mais uns gajos que talvez o Manuel Alegre pudesse aproveitar convenientemente...**

— **«Quiquid tentabam dicere versus erat»** — recitou de imediato o poeta da voz grave e olhos no horizonte. Garantiu ser canja e explicou:

— **Ovídio.**

— **O vídeo?! — reflectiu Soares, olhos brilhando de satisfação — também não está mal visto! Manda-se lá a televisão, faz-se um filmezito com música a condizer, qualquer coisa barroca, o Nisa que escolha, e pode passar-se em directo, antes das cerimónias, para o País e a Europa verem, assim no género daqueles documentários do festival da eurovisão antes de cada cantiga. Bem visto, ó Alegre!**

Riu-se, todos riram, mas logo o semblante se lhe turvou. Espalmando as mãos sobre a mesa, circunvagou a vista pelos outros e perguntou, com uma ponta de apreensão na voz:

— **Acham que devo aparecer no filme?**

— **Mas claro, Mário!** — respondeu, célere, Almeida Santos, que após ter esquetejado, com a navalha do sorriso, a indignação de António Campos por estar a tratar o secretário-geral por tu, prosseguiu:

— **Impõe-se um enquadramento solene; sugiro uma breve alocução junto ao túmulo que, por si só, harmonize a correspondência épica de dois momentos históricos: os Descobrimientos cantados pelo Poeta, a entrada na CEE garantida pelo Político. O País ficará ensandecido!**

— **Mas há só dois túmulos...**

Era, de novo, Carneiro Jacinto. Soares congelou-o num olhar de esquelha, bem expressivo da inconveniência do aparte:

— **Como dois túmulos?!**

— **Na nave central. Está lá só o Camões e o Vasco da Gama, parece-me um pouco despiado. Talvez se mandássemos vir o Afonso de Albuquerque, que está ali para Santarém em campa rasa... A coisa ficava mais composta e até era capaz de cair bem aos brasileiros...**

Soares estava positivamente boquiaberto.

— **Campa rasa? Brasileiros? Mas você está doido? Quer fazer da cerimónia um funeral, para gozarem com a queda do meu Governo?**

Os outros já gargalhavam. Alfredo Barroso, eternamente sobranceiro com o porta-vozeiro do Carneiro (um mero assessor de imprensa face à sua dignidade de Sobrinho da Presidência do Conselho), atirou-lhe:

— **Isto não é um porta-voz, é um coveiro!**

Mário Soares impôs silêncio com a súbita inspiração de um estalar de dedos.

— **Aquilo tem uns jardins...**

— **É nos claustros!** — acudiu António Campos, afogueado de préstimos e de melenas.

— **Foi o que eu disse!** — dardejou-lhe Soares.

— **Precisamente, precisamente!**

Campos tinha, nitidamente, «performances» superiores a Carneiro Jacinto. Mas já Soares prosseguia:

— **Que me dizem a um churrasco comunitário, para rematar? Ficaram deslumbrados. Alegre achou excelente para a declamação de uma ode triunfal, Carneiro sugeriu uma decoração cheia de flores de lis e cruces de cristo, Campos já via o repasto servido à Europa por uma ala dos namorados, Almeida Santos recordava citações de alguns mestres da retórica.**

— **Mas falta qualquer coisa!**

Ficaram todos suspensos da dúvida repentina de Soares, que reflectiu escarafunchando freneticamente o nariz.

— **Falta-nos o condimento histórico! Os Jerónimos fizeram-se para a Nossa Senhora da Vitória e...**

— **Isso foi na Batalha. Aqui foi por causa da Índia...** —

interrompeu, também a medo, Alfredo Barroso.

— **Foi o que eu disse! Mas isso foi antes do mosteiro! Quero uma coisa solene depois do mosteiro! Telefonem-me aí para a Cultura e averiguem se houve alguns faustos nos Jerónimos, do Vasco da Gama para cá!**

Telefonaram, explicaram, exigiram e esperaram. A resposta demorava. Almeida Santos, que se apossara das operações, já tamborilava na base do retrato de Soares — um instantâneo recente, todo perfil. Finalmente a resposta chegou. Almeida Santos deu um salto na cadeira, ameaçou que não admitia gozos, esmagou a informação com um corte brusco do telefone. Voltou-se finalmente para os outros e balbuciou, desalentado:

— **Dizem que houve. Foi a partida para Alcácer Quibir...**

■ H.C.

se nos lembrarmos — como insistentemente sublinharam os delegados ao longo dos trabalhos — que a acção destruidora dos governos em nove anos de ofensiva provocou para além do roubo de 700 mil hectares de terras (as melhores, na sua maior parte) a destruição de 220 UCP's/Cooperativas, a liquidação de 52 mil postos de trabalho, o saque de 244 mil cabeças de gado, 12 200 máquinas e alfaias, centenas de instalações e muitos outros bens cujo valor ascende a muitos milhões de contos.

No fundo, o que se verificou ao longo destes anos, foi a aplicação metódica de uma política cegamente apostada na reconstituição dos latifúndios, uma política onde imperaram o arbítrio e a violência (servidos por actos de autêntica pilhagem), o desrespeito frontal pela Constituição e pela legalidade.

Ora foi exactamente esta política que a Conferência condenou vigorosamente tendo os trabalhos revelado, por outro lado, não ser uma fatalidade a sujeição aos interesses dos monopólios da CEE e dos Estados Unidos da América; não ser um infortúnio estarmos condenados a ser analfabetos, pobres e subdesenvolvidos; termos de suportar o peso de uma crise que deriva, exclusivamente de uma política restauracionista, vergonhosamente submissa ao grande capital nacional e estrangeiro, completamente alheia aos interesses nacionais.

### Mais de dois mil delegados

Nos trabalhos da IX Conferência da Reforma Agrária participaram 2111 delegados e mais de 950 convidados, tendo tomado a palavra, ao longo das doze horas que preencheram os cinco temas em debate, 73 oradores.

Como convidados estiveram nos pavilhões do Rossio de S. Brás a assistir aos trabalhos 224 estruturas sindicais, nomeadamente a Comissão Executiva da CGTP-IN através do seu coordenador nacional Armando Teixeira da Silva, 53 Federações e Uniões, 171 sindicatos e 22 comissões de trabalhadores, 74 órgãos de poder local democrático, numerosas outras estruturas do movimento camponês e estruturas populares como a CRARA, MURPI, URAP, Comissões de Base de Saúde e outras.

Estiveram igualmente repre-



Como justamente sublinhou António Murteira, da Comissão Organizadora na intervenção de encerramento, «é possível construir outro Portugal, diferente do que desejam Soares, Cavaco ou Freitas, é possível erguer um País soberano, independente e democrático, no respeito por Abril, onde o trabalho seja uma fonte de desenvolvimento e de alegria».

#### Política alternativa

Daí que a Conferência tenha acentuado com particular ênfase a existência de uma política alternativa que resolva os graves problemas existentes e assegure o progresso, política essa que como a Conferência

sentados partidos e movimentos democráticos, designadamente o PCP, MDP, JCP, MDM, bem como os grupos parlamentares do PCP e do MDP. Numerosos democratas, amigos e figuras destacadas da vida política, científica e cultural do nosso País não quiseram também deixar de estar presentes.

Trazendo uma mensagem fraterna e solidária dos trabalhadores de outros países, participaram ainda nos trabalhos 14 delegações estrangeiras, representantes do movimento cooperativo e sindical de Cabo Verde, Checoslováquia, Cuba, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Hungria, Nicarágua, Polónia, RDA, UIS-TAFP — Federação Sindical Mundial, Espanha, S. Tomé e Príncipe e União Soviética.



Mais de 70 oradores subiram à tribuna da Conferência conferindo aos trabalhos uma vivacidade e participação que acolheu sempre a atenção dos mais de dois mil delegados e perto de mil convidados

trabalhadores para que um futuro governo democrático possa contar com a sua capacidade, o esforço e a dedicação para todas as tarefas necessárias à recuperação do País.

Para tanto, como frisam as conclusões finais da Conferência, basta apenas que esse governo respeite a Reforma Agrária e as UCP's/Cooperativas, ponha fim aos ataques, cumpra as decisões dos tribunais, designadamente os acordãos do Supremo Tribunal Administrativo (290 até ao momento) que mandam devolver aos trabalhadores as terras ilegalmente usurpadas.

Por último cabe salientar a firme disposição de luta evidenciada pelos homens, mulheres e jovens dos campos da Reforma Agrária, luta que irá prosseguir com redobrado vigor em defesa do pão e do trabalho, pela demissão do Governo PS/PSD. Nesse sentido vai a decisão aprovada por unanimidade e aclamação de promover uma semana de luta em defesa da Reforma Agrária com paralizações do sector, concentrações e outras acções de massas a que se seguirá, caso os ataques prossigam, uma nova paralização com deslocação massiva a Lisboa para reclamar junto dos competentes órgãos de soberania o fim da ofensiva destruidora.

### Estar solidário

No decorrer dos dois dias de trabalho os delegados à IX Conferência aprovaram por unanimidade e aclamação quatro moções as quais reflectem as preocupações e a opinião dos trabalhadores e técnicos agrícolas relativamente a questões tão importantes como a situação em que se encontram os trabalhadores no desemprego e com salários em atraso, o comportamento manipulador da RTP, a solidariedade com outros povos em luta e os perigos e ameaças que pairam sobre a paz.

«Trabalhar sem receber é de facto um dos maiores escândalos nacionais, fruto da política antidemocrática e corrupta do Governo chefiado por Mário Soares», afirma-se na moção sobre salários em atraso, situação que atinge 200 mil trabalhadores a quem o patronato, só em 1983, não pagou 15 milhões de contos e que atingiu maior gravidade em 1984.

Depois de considerar que só a luta dos trabalhadores impediu que esta lamentável e vergonhosa situação não fosse mais longe a moção exige o pagamento de todas as retribuições em dívida, a adopção de medidas eficazes que impeçam o surgimento de novos casos e a punição exemplar dos responsáveis pelo não pagamento fraudulento.

No texto onde se condena a ausência da RTP durante os trabalhos da Conferência (só esteve presente no comício final), os delegados afirmam que este órgão de comunicação «procura esconder ao País toda a ampla discussão que temos feito dos nossos problemas e a determinação com que estamos a lutar para prosseguir, defender e fortalecer a Reforma Agrária».

Sublinha ainda a moção o escandaloso contraste «entre a forma como a RTP ignora esta importante realização que reúne milhares de intervenientes e a subserviência com que diariamente dá cobertura às mais insignificantes manifestações de qualquer mela dúzia de senhores que se movimentam à volta dos partidos do Governo e das forças de direita em geral».

«A IX Conferência saúda todos os trabalhadores e povos do mundo em luta pela liberdade, a democracia, a independência nacional, a paz, o socialismo, contra a reacção, o apartheid, o sionismo e o imperialismo», diz-se na moção de solidariedade com os povos em luta, texto que, mais adiante, depois de saudar os povos dos países socialistas e dos países africanos da Linha da Frente, particularmente o de Angola e de Moçambique, exprime uma palavra de particular carinho com a Frelim e o povo de Timor Leste.

A moção manifesta ainda a solidariedade para com os povos árabes, particularmente os do Líbano, Palestina e da Síria, exige a retirada de Israel dos territórios árabes ocupados desde 1967 e, por último, realça o apreço dos trabalhadores da Reforma Agrária pela luta dos povos da América Latina, nomeadamente de El Salvador, Guatemala, Chile, Uruguai e Nicarágua.

Terra

# Grandioso comício e desfile

Foi no vasto terreiro do Rosio de S. Brás, repleto de uma multidão entusiástica e atenta, que decorreu o comício de encerramento da IX Conferência onde foram tomadas públicas as suas principais conclusões e onde usou da palavra, na qualidade de convidado especial, o Secretário-Geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal.

Aguardado com natural expectativa (os acontecimentos dos últimos dias haviam gerado algum «suspense» quanto ao desenvolvimento da situação política) o comício — iniciado sob forte chuva — constituiu uma grandiosa jornada de luta onde a confiança e a combatividade foram sem dúvida as notas dominantes.

Provenientes de todos os distritos da Reforma Agrária, fazendeiros transportaram em reboques

puxados por tractores, camionetas ou jeep's, estavam ali, na capital do Alentejo, os homens, mulheres e jovens que no dia-a-dia enfrentam corajosamente a ofensiva, defendem a Reforma Agrária, resistem no terreno aos desmandos do Governo, trabalham esforçadamente para produzir o pão, o leite e a carne de que o País necessita.

Um sentimento generalizado estava, entretanto, presente: o de repúdio por esta criminosa política que lhes rouba as terras e outros bens, tira o trabalho, gera a miséria e a fome.

Natural, pois, a redobrada energia com que gritavam palavras de ordem onde se exigia o fim desta política, se reclamava o «governo para a rua!», se garantia que «a luta continua!» e se avisava de que «as terras

roubadas serão reocupadas».

Mas o movimento incomum de pessoas que desde horas antes percorria as ruas de Évora já deixara antever a grandiosidade da jornada. Com efeito, desde muito cedo que — vindos de todo o País — começaram a afluir dezenas de autocarros transportando pessoas que traziam uma palavra amiga e fraterna para oferecer aos companheiros da Reforma Agrária.

E o gesto solidário tornou-se comovido e bonito.

Impossível ficar-se indiferente àquela onda de solidariedade, à contagiante alegria de quem anda na mesma luta.

Percorrendo as ruas da histórica cidade, trabalhadores do Porto, de Lisboa, de Trás-os-Montes e de muitos outros locais, davam os braços aos seus companheiros da Reforma Agrá-

## Exigência popular fez-se ouvir nas ruas de Évora



Provenientes de todo o País, trabalhadores de outros sectores de actividade levaram ao heróico proletariado rural do Sul o seu gesto fraterno e solidário

ria, afirmavam estar com eles, com a sua justa e heróica luta.

Inundando a cidade, fazendo ecoar a exigência colectiva de

pôr cobro a esta política, a IX Conferência da Reforma Agrária, com aquele grandioso desfile, encerrava da melhor maneira os

seus trabalhos.

E na hora da despedida uma certeza ficou: até à X Conferência...

## O que de melhor há

(...)

Organizar e dirigir grandes colectivos como são as UCP's/Cooperativas, diariamente confrontados com um Governo que as cerca e as usurpa das melhores terras e bens, sujeitas a toda a sorte de malfetorias, numa permanente instabilidade e organizar e gerir em tais condições sem haver uma especial preparação prévia é, todos estaremos de acordo, um acto heróico e revolucionário.

Pois bem! É exactamente isso que, com sucesso, milhares de operários agrícolas, trabalhadores das UCP's/Cooperativas, têm feito ao longo destes dez anos de Reforma Agrária, nove dos quais debaixo do fogo constante e cerrado daqueles que querem fazer-nos regressar ao passado.

Só por si isto seria suficiente para provar a superior capacidade e determinação do proletariado rural do Alentejo e Ribatejo, a correcção das formas de organização encontradas, a viabilidade das Unidades Colectivas de Produção.

(...)

A Reforma Agrária, com os seus 20 000 trabalhadores, as suas 330 UCP's/Cooperativas, os seus Secretariados e Sindicatos, constitui um poderoso colectivo que, aqui no Alentejo e Ribatejo, representa o que de melhor têm os campos do nosso País, o que de melhor foi criado com a Revolução de Abril.

(...)

Lino de Carvalho

## Aumentar a produção

(...)

Tiram-nos as melhores terras, roubam-nos barragens, charcas e áreas de regadio por nós criadas, levam-nos os melhores gados, vacarias e outras instalações. Roubam-nos a cortiça, não nos dão crédito, nem apoio técnico. Não pagam parte considerável dos produtos que entregamos. Tentam asfixiar-nos financeiramente, impedir qualquer planificação, destruir o potencial produtivo das UCP's/Cooperativas, para depois virem cinicamente dizer que são inviáveis.

O Balanço apresentado a esta Conferência traduz a complexa situação que vivemos mas mostra claramente que apesar desta ofensiva temos sabido responder, no fundamental e com êxito, nesta importante frente que é a produção, no sentido da intensificação e desenvolvimento da nossa agricultura.

(...)

Arquímio Mocinho

## A operação CEE

(...)

Exceptuando os casos do tomate e do arroz, os nossos rendimentos físicos para as principais produções não atingem sequer, em média, um terço dos rendimentos médios obtidos na CEE.

Sujeitas às normas de qualidade impostas pela PAC, mais de metade das nossas produções cerealífera, frutícola, horticola e leiteira será fortemente depreciada e dificilmente escoada.

(...)

Os nossos preços à produção para os cereais de pragana são, em média, superiores em 70% aos preços comunitários.

Na mesma base comparativa, os nossos preços para o milho híbrido são superiores em 43%, e no caso do arroz em casca, a diferença é da ordem de mais 10%. Quanto ao leite, o nosso preço à produção é da ordem dos 40% mais elevado que o preço comunitário.

# Olhar o futuro com confiança



A exigência da imediata demissão do Governo PS/PSD foi uma constante no grandioso desfile que percorreu as ruas de Évora

Resulta daqui, no imediato, que os preços no produtor, após a adesão à CEE, irão ficar congelados até se colocarem ao nível dos preços comunitários.

(...)

Sabendo-se que uma elevada percentagem da nossa produção agrícola se destina ao autoconsumo das explorações e apenas uma pequena percentagem é comercializada, não é difícil prever que perante a enorme pressão dos preços comunitários e a imposição da normalização dos produtos, a própria parcela até hoje comercializada tenderá a reduzir-se, o que significa a redução da produção agrícola global, a redução do emprego e o agravamento das condições de vida para milhares de agricultores e trabalhadores rurais.

(...)

Rogério Brito

## A luta dos trabalhadores

(...)

Dezenas de agrários são no dia-a-dia denunciados perante os trabalhadores, das manobras que estão a fazer. Em 432 reuniões nas empresas privadas e cerca de 250 nas freguesias, com a participação

de 19 000 trabalhadores, foram denunciadas mais de 420 violações ao CCT. Assim, durante o ano de 1984 foram resolvidos cerca de 200 processos, no valor superior a 11 000 contos. É uma frente de luta que merece ser bem cuidada e acompanhada.

(...) A unidade dos trabalhadores na luta quotidiana e concreta em defesa dos seus direitos é fundamental para o êxito da nossa luta e para a defesa do regime democrático.

Por isso, o papel do divisionismo sindical, mesmo com pouca influência, é sempre perigoso porque o seu objectivo é enfraquecer a luta dos trabalhadores e os seus verdadeiros Sindicatos. Nunca devemos subestimar a acção provocatória dos lacaios e divisionistas da UGT.

(...)

Mário Silva

## Política contra os agricultores

(...)

Alguns dos agricultores que receberam terra tirada às UCP's estão a ser expulsos pelos agrários e pelo Governo do Dr. Mário Soares, como sucede em: Viana do Alentejo, para reconstituírem o latifúndio da família Piçarra Cabral; no concelho de Évora para reconstituírem a Fundação Eugénio de Almeida, que já tem em seu poder 7000 ha; ou em Fronteira, Serpa, Montemor, Pias e Mértola, etc. Tudo isto, companheiros, vem provar que a política deste Governo, bem como a dos governos anteriores, nunca esteve interessada em resolver os problemas dos agricultores, mas sim agravá-los entregando terra a quem de facto, nunca a trabalhou nem trabalha.

(...)

E queremos também dizer, que muitos de nós agricultores do Alentejo e Ribatejo, precisamos de mais terra para trabalhar. Mas não queremos terra roubada às UCP's/Cooperativas, roubadas aos trabalhadores, que como nós, são eles que a trabalham e precisam de pão para si e para os seus familiares.

Reclamamos é que as terras já expropriadas e na posse dos latifundiários, sejam entregues aos agricultores e trabalhadores agrícolas.

(...)

Joaquim Maria Costa

## Dois caminhos

(...)

Como a vida mostra e a 9.ª Conferência confirma, para a agricultura portuguesa, há 2 caminhos:

Um é o caminho do regresso ao passado, com a destruição das transformações do 25 de Abril, a destruição da Reforma Agrária, a reconstituição do latifúndio, de fundações, de grandes empresas agrícolas capitalistas.

É o caminho da destruição das explorações privadas de centenas de milhares de agricultores e concentração das suas terras e bens nas mãos dos senhorios ricos, latifundiários e grandes capitalistas e intermediários.

(...)

O outro caminho é o caminho de Abril, que define que a agricultura portuguesa deve constituir factor importante para o desenvolvimento da nossa economia, para a satisfação das necessidades alimentares e sociais do nosso povo, o que não será possível com o «novo pacote agrícola», com a destruição da Reforma Agrária, com a adesão à CEE.

(...)

António Murteira

PCP

## Álvaro Cunhal em Évora

(...)

### Defender a Reforma Agrária, desenvolver a agricultura no caminho de Abril

Qual é a conclusão fundamental que podemos tirar da 9.ª Conferência da Reforma Agrária que acaba de realizar-se?

A conclusão fundamental é que a Reforma Agrária continua a resistir, a lutar, a trabalhar, a produzir, não se limitando a dar balanço ao passado, mas olhando com confiança o futuro.

Conforme com o balanço da 9.ª Conferência, roubaram à Reforma Agrária, para entregar de novo aos latifundiários, 700 mil hectares de terra (bem mais de metade da terra expropriada). Liquidaram 220 UCP's/Cooperativas e mais de 50 000 postos de trabalho. Roubaram 244 000 cabeças de gado das quais mais de 50 000 bovinos. Roubaram 1762 tractores e 140 camiões num total de mais de 12 000 máquinas e alfaias roubadas. Roubaram 205 barragens e charcas. Roubaram 72 celeiros e 216 instalações pecuárias. Roubaram 114 habitações. Roubaram cortiça, culturas, frutos pendentes.

A ofensiva contra a Reforma Agrária prosseguida pelo Governo PS/PSD é uma operação de autêntico banditismo político, de pilhagem e destruição.

E, apesar da ofensiva, embora atingida, ferida, espoliada, a Reforma Agrária está viva e bem viva no trabalho, como mostra a produção alcançada e os planos de produção, e na luta, como mostram o balanço da luta heróica travada e a perspectiva da luta, que, sem qualquer dúvida, se irá travar.

Embora atingida, ferida, espoliada, a Reforma Agrária, conforme a 9.ª Conferência demonstrou, continua de pé, assente na terra alentejana e ribatejana — terra regada com o suor de gerações de trabalhadores, com o sangue dos seus heróis, com as lágrimas das mães, dos filhos, dos amigos e camaradas daqueles que caíram.

Continua viva e de pé pelo trabalho e a luta dos trabalhadores. Pelo apoio massivo das populações. Pela solidariedade dos trabalhadores e do povo português de outras regiões, como mostram neste comício muitos milhares de participantes vindos de outras regiões. E pela solidariedade internacionalista de que é testemunho a presença de numerosas delegações.

Nós saudamos as 330 UCP's/Cooperativas, que, nos 428 000 hectares de terra que lhes restam, continuam a resistir, a trabalhar, a lutar, a produzir, nesta firme e poderosa trincheira da liberdade, do progresso social e da democracia que é a Reforma Agrária.

A 9.ª Conferência fez um balanço extraordinariamente circunstanciado e rigoroso das destruições e malefícios da ofensiva reaccionária. Fez um balanço do que se fez e se lutou, do que está fazendo e de como se está lutando. E apurou, com segurança, clareza e determinação, o que se vai fazer, como se continuará a trabalhar, a produzir e a lutar.

Qualquer que seja o ponto de vista pelo qual se considere a Reforma Agrária e a ofensiva de 9 anos contra ela, uma conclusão se impõe. E ninguém a pode desmentir. Ninguém a pode contestar:

**A ofensiva contra a Reforma Agrária significa destruição da agricultura e da economia, destruição do bem-estar social, destruição de liberdades e direitos, destruição de uma importante base da independência nacional.**

**A Reforma Agrária, pelo contrário, significa aumento da produção e da produtividade, progresso social, bem-estar, liberdade, democracia e é uma expressão e um aspecto da independência nacional.**

### A necessidade da Reforma Agrária para o desenvolvimento agrícola

Qualquer opinião séria sobre a Reforma Agrária tem necessariamente de basear-se numa apreciação objectiva das realidades.

Assim, o que representa a Reforma Agrária sob o ponto de vista da economia portuguesa?, mais concretamente sob o ponto de vista do desenvolvimento agrícola?

Os números apresentados na Conferência não são frios números das estatísticas. Cada número acerca da superfície das terras das culturas, da produção, da produtividade, traduz trabalho, luta, esforço, resultado, inquietações, esperanças e confiança no futuro, dos trabalhadores da Reforma Agrária.

Qual o significado do facto de que, apesar da violentíssima ofensiva contra-revolucionária e dos inevitáveis prejuízos provocados nos rendimentos agrícolas, a taxa de ocupação cultural (como mostrou a 9.ª Conferência) é três vezes superior à do tempo dos agrários?

Que mostra o facto de que nas áreas de sequeiro se semeia mais do dobro do que no tempo dos agrários, e que o regadio e as forragens tenham passado de 10 para 30% da área total cultivada?

Que mostra o facto de que por cada hectare de terra há actualmente mais do dobro de cabeças de gado?

Que mostram outros factos (profusamente apresentados na Conferência) do aumento da produtividade?

Que mostra o facto de que a média da produção de trigo por hectare nas UCP's/Cooperativas atingiu este ano mais de 18 quintais/hectare, quando a média no País não chega aos 17 quintais?, e o facto de haver Cooperativas que atingiram 25, 30, 50 e mais quintais por hectare?

Que mostram os altos rendimentos do trigo, milho, tabaco que em alguns casos atingiram cifras recorde?

Todos estes magníficos resultados acusam grande trabalho, investimento, mecanização, progresso tecnológico.

Todos estes magníficos resultados mostram, com a intensificação cultural e o aumento da produtividade, a superioridade econó-



## «A Reforma Agrária continua a resistir, a lutar, a trabalhar, a produzir, não se limitando a dar balanço ao passado, mas olhando com confiança o futuro.»

mica da Reforma Agrária e das suas unidades agrícolas (as UCP's/Cooperativas) em relação à agricultura dos latifúndios e dos agrários.

E quais foram os resultados para a agricultura e para a economia da ofensiva contra a Reforma Agrária?

A ofensiva contra-revolucionária tem representado terríveis prejuízos para a agricultura, para a produção, para a economia.

Segundo os dados da Conferência, 500 herdades com mais de 200 000 hectares estão abandonadas, dezenas de barragens e charcas estão abandonadas, cabeças de gado roubado deixaram de se contar no efectivo pecuário, culturas e outros investimentos foram destruídos.

Convergindo com a ofensiva, os altos preços do gasóleo, dos adubos, das sementes, das máquinas, o crédito inacessível, os preços não compensadores, a destruição dos organismos de intervenção económica, constituem importantes factores de baixa da produção e da produtividade e da recessão agrícola verificada.

A continuar a ofensiva contra a Reforma Agrária e a chamada «política agrícola» do Governo PS/PSD, maiores e mais graves prejuízos resultarão para a agricultura.

E, entretanto, a experiência da Reforma Agrária mostra que é necessário e possível não só não restringir a produção agrícola, como alargá-la consideravelmente.

De facto, em contraste com a ofensiva contra-revolucionária, duplamente criminosa pelo que destruiu e pelo que impediu que se produzisse, a 9.ª Conferência mostrou não só as notáveis realizações, como as imensas potencialidades produtivas da Reforma Agrária.

Segundo um estudo de alto interesse referido na Conferência, se as UCP's/Cooperativas tivessem mantido nestes 9 anos de ofensiva a posse útil das terras expropriadas, ou seja, dos 1 130 000 hectares de terra que chegaram a estar na sua posse, a Reforma Agrária teria contribuído para um considerável aumento da produção nacional de trigo, cevada, aveia, milho, arroz, tomate, oleaginosas e tabaco, além de um notável aumento do efectivo pecuário, por virtude do aumento das áreas de pastagens e de forragens cultivadas.

Fica provado que a ofensiva contra a Reforma Agrária é um gravíssimo delito antieconómico e antiagrícola. E que a Reforma Agrária no que respeita à produção, no que respeita à criação de riqueza, no que respeita à agricultura e ao desenvolvimento económico em geral, tem manifesta e demonstrada superioridade sobre a agricultura dos latifúndios e dos agrários, sobre a política e os planos do Governo PS/PSD.

### A necessidade social da Reforma Agrária

A Reforma Agrária não se impôs e não se impõe apenas por imperiosas razões económicas, apenas como reforma indispensável ao desenvolvimento económico do País. A Reforma Agrária impôs-se e impõe-se também por razões de carácter social.

Antes de mais, e como ponto básico relativo à estrutura agrária, a Reforma Agrária corrigiu as gritantes situações de desigualdade e injustiça social que representava (e que com a ofensiva contra-revolucionária de novo volta a representar) a monstruosa concentração da propriedade agrícola nas mãos de um reduzido número de famílias.

Qual era a situação antes do 25 de Abril?

No total nacional, calculámos nós que os 500 maiores proprietários tinham mais terra que os 500 000 proprietários agrícolas mais pequenos, não contando 800 000 assalariados rurais que então existiam.

E na zona do latifúndio qual era a situação?

Nos distritos de Portalegre, Évora, Beja, Setúbal e Santarém menos de 3% das explorações abarcavam mais de 2 milhões de hectares, ou seja, cerca de 90% da terra de cultura arvense.

Tendo em conta que muitos agrários possuíam mais do que uma e por vezes muitas explorações agrícolas, a concentração da propriedade era ainda maior do que estes números indicam.

E, entretanto, nestes mesmos distritos, havia então quase 300 mil trabalhadores agrícolas — proletários rurais sem um palmo de terra — e mais de 70 mil pequenos e médios agricultores com terra insuficiente para o seu sustento.

A divisão tão desigual da propriedade rural é por si só um testemunho da extrema desigualdade e injustiça social resultante da existência da propriedade latifundiária.

Mas a desigualdade e a injustiça social torna-se ainda mais evidente ao lembrar que os agrários deixavam a maior parte das terras abandonadas, enquanto os trabalhadores ficavam sem trabalho grande parte do ano; ao lembrar que, enquanto os agrários faziam uma vida de parasitas, e grande parte vivia em Lisboa ou no Estoril, ou no estrangeiro, sem muitas vezes nunca terem visto sequer as terras de que eram proprietários, os trabalhadores viviam no desemprego, na fome e na miséria, e milhares de pequenos agricultores e seareiros atravessavam grandes dificuldades e iam-se arruinando e proletarizando.

A Reforma Agrária realizada pela Revolução democrática portuguesa, pela Revolução de Abril, pelos trabalhadores, com a expropriação de 1 130 000 hectares de terra e a sua posse útil pelos trabalhadores agrícolas e por pequenos agricultores, significou um passo de importância e significado histórico para pôr fim à desigualdade e injustiça que significava (e com a contra-revolução volta a significar) a monstruosa concentração da propriedade agrícola.

E nem se pode dizer que a Reforma Agrária de Abril tenha sido uma reforma radical no que respeita à propriedade da terra. Infelizmente em termos de justiça social, a lei da Reforma Agrária de 1975 foi excessivamente generosa para os agrários, ao conceder-lhes o direito de uma reserva de 50 000 pontos, correspondendo a terras de superfície variável, consoante a sua natureza e a natureza das culturas, mas em qualquer caso suficientes para a folgada subsistência dos agrários.

E no que respeita às condições de vida dos trabalhadores e das populações da região o que significou a Reforma Agrária?

Representou uma melhoria radical das condições de vida. Representou a liquidação do desemprego com o desbravamento de terras, com o alargamento e diversificação das culturas, com a criação de cerca de 50 000 postos de trabalho, dos quais mais de 30 000 permanentes. Representou melhoria salarial. Representou regalias sociais, dantes completamente inexistentes. Representou a criação de centros de Terceira Idade. Representou a promoção de actividades culturais. Representou a abertura de creches e melhor alimento, melhor vestuário, melhor instrução, mais saúde e mais alegria para os filhos dos trabalhadores, cuja vida e cujo futuro é um dos maiores objectivos de luta de todos nós.

À medida que rouba terras, gados, máquinas e outros bens às Cooperativas para entregar aos agrários, restaurando os latifúndios, e com eles a extrema desigualdade resultante da concentração da propriedade agrícola, a ofensiva contra a Reforma Agrária vai destruindo as conquistas sociais dos trabalhadores alcançadas com a Reforma Agrária, com o 25 de Abril. Liquida postos de trabalho, lança 50 000 trabalhadores no desemprego. Leva e liquida instalações sociais. De novo semeia a miséria e a fome.

A ofensiva contra a Reforma Agrária merece bem o título não só de política do retrocesso económico, mas também da

PCP

política do retrocesso social, restaurando desigualdades, injustiças e privilégios. A Reforma Agrária tem manifesta e demonstrada superioridade social sobre a agricultura dos latifúndios e dos agrários, sobre a política e os planos do Governo PS/PSD, no que respeita ao emprego, a salários, ao nível de vida, aos benefícios sociais, ao bem-estar material e cultural dos trabalhadores e das classes e camadas populares.

**A Reforma Agrária imperativo da democracia e da independência**

Ainda outra importante questão: o que representa a Reforma Agrária sob o ponto de vista das liberdades democráticas e do próprio regime democrático?

A resposta é clara: a Reforma Agrária apareceu com a liberdade e com a democracia e é inseparável da liberdade e da democracia assim como a liberdade e a democracia no Portugal de hoje são inseparáveis da Reforma Agrária.

A própria formação e funcionamento das UCP's/Cooperativas são expressão de uma dinâmica democrática e exemplo de uma forma elevada da organização democrática.

E já que alguns falam tanto em direito humanos, é oportuno dizer que a Reforma Agrária constituiu uma reposição de direitos humanos elementares, espezinhados pela exploração, pelos latifundiários que, durante quarenta e oito anos de ditadura, se apoiou na repressão e no terror.

O avanço dos trabalhadores para as terras abandonadas, o desbravar de terras, a criação das UCP's/Cooperativas e o seu trabalho, a luta contra os agrários sabotadores da economia e conspiradores contra-revolucionários, caminharam passo a passo com a formação, a organização, a instauração e a institucionalização do regime democrático.

Inversamente, a ofensiva contra a Reforma Agrária actualmente conduzida pelo Governo PS/PSD é, em si mesma, uma violação grosseira, brutal, das liberdades e direitos mais elementares e um atentado contra a democracia.

O Governo PS/PSD, tal como os governos anteriores, não respeita a Constituição, não respeita sequer (por considerarem insuficientes) a própria lei da contra-reforma, nem os mais de 290 Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis aos trabalhadores.

O «Estado de direito» proclamado pelo Governo é na prática o direito usurpado pelo Estado.

As grotescas acções de intimidação, perseguição, ameaças, o envio de fortíssimos contingentes da GNR, com autometralhadoras, G3, cães, bastões e viseiras, os espancamentos em massa de homens, de mulheres, de crianças, os baleamentos, os assassinatos, são medidas de carácter totalitário, despótico e ditatorial.

Enquanto que o Governo e as forças que atacam a Reforma Agrária, atacam as liberdades e o regime democrático em todos os sectores da vida nacional, os trabalhadores e as forças que lutam heróicamente na defesa da Reforma Agrária, estão também, com essa luta, defendendo as liberdades, a democracia, o 25 de Abril.

Ainda uma quarta questão: o que representa a Reforma Agrária sob o ponto de vista dos interesses nacionais?

A Reforma Agrária corresponde inteiramente aos interesses nacionais, além do mais porque é um factor decisivo para o desenvolvimento agrícola indispensável à satisfação das necessidades do nosso mercado interno, à diminuição das importações de cereais e outros produtos agrícolas e à consequente diminuição dos défices da balança alimentar, da balança comercial e da balança de pagamentos.

Inversamente, a ofensiva contra a Reforma Agrária e toda a política do Governo PS/PSD fere profundamente os interesses nacionais e afunda cada vez mais Portugal na dependência externa.

O Governo PS/PSD anunciou como êxitos da sua política o que são verdadeiros desastres para o nosso país.

O que traduzem, por exemplo, as importações de grandes remessas de carnes, recentemente anunciadas e vitorizadas?

Traduzem os efeitos desastrosos da política do Governo na criação de gado no País. E o mesmo com as importações de cereais, de batata, de frutas, de vinhos, e outros produtos agrícolas de que poderíamos produzir incomparavelmente mais do que produzimos.

Que ninguém se iluda agora com as promessas que M. Soares repete todos os dias sobre supostos 100 milhões de contos da CEE. Com a pressa política de alcançar a integração, o Governo PS/PSD subscreveu com a CEE acordos altamente lesivos dos interesses nacionais em geral e da agricultura em particular.

Para sectores-chave da agricultura portuguesa, a integração na CEE, negociada e aprovada pelo Governo teria consequências desastrosas. Seria a limitação das produções (como o tomate, as oleaginosas, a beterraba sacarina). Seria a invasão do mercado interno por produtos agrícolas estrangeiros (vinho e carnes, por exemplo), a arruinarem os produtos nacionais. Seria a liberalização das importações de cereais, liquidando praticamente a produção portuguesa de cereais e transformando grande parte do que é hoje cultura agrícola em florestas de eucaliptos fornecedoras de matéria-prima para o fabrico de celulose.

O Governo apresenta o plano de eucaliptização do País, como exemplo de «modernização». A verdade é que se trata do regresso à política fascista da década de 60.

Em Novembro de 1963, por exemplo, o governo fascista anunciou que a cultura agrícola de sequeiro do Alentejo passaria de 2 020 000 hectares para 750 000 e a florestal de 200 000 para 2 230 000 hectares.

É este o plano fascista de destruição da agricultura alentejana que o Governo PS/PSD retoma, como linha mestra da orientação para a agricultura do Sul.

(...)

**UCPs/Cooperativas solução adequada, viável e superior**

Uma das questões que os Governos contra-revolucionários e os seus propagandistas mais têm levantado contra a Reforma Agrária

é a acusação de que as UCPs/Cooperativas não são uma forma aceitável de organização das unidades agrícolas. Dizem que não asseguram o desenvolvimento da agricultura. Dizem que fracassaram como forma de gestão. Dizem que são formas colectivistas que o povo português rejeita.

Que se pode responder a estas acusações? A resposta é a própria realidade que a dá. É a própria vida que a dá.

A resposta dá-a o desbravamento, despedrega e enxugo pelas UCPs/Cooperativas de 270 000 hectares que se encontravam abandonados ou subaproveitados pelos agrários. Dá-a o progresso agrícola, largamente demonstrado na 9.ª Conferência, como nas Conferências da Reforma Agrária anteriores. Dá-a a vitalidade das UCPs/Cooperativas resistindo, por si sós, e por vezes com resultados sensacionais, às tentativas de asfixia financeira e de liquidação.

E quanto ao carácter colectivo que o próprio nome UCPs/Cooperativas indica, como se pode contestar o seu direito à existência, quando a própria Constituição as consagra? Como se pode afirmar que contraria o sentir do povo, se foi o povo que criou as UCPs/Cooperativas, que as escolheu, que as desenvolve e que se bate heroicamente e em massa para defendê-las?

Desmentindo uma tal campanha, pode afirmar-se que **uma das realizações mais extraordinárias da Reforma Agrária portuguesa foi a forma de organização das novas unidades agrícolas: as UCPs/Cooperativas.**

Ninguém tinha proposto, nem previsto, nem prenunciado a forma de organização que com a Reforma Agrária as novas unidades agrícolas vieram a revestir.

Certos economistas e responsáveis políticos só podiam conceber a Reforma Agrária como a divisão e partilha das terras dos latifundiários e a constituição de cooperativas, ou de herdades do Estado. Alguns ainda continuam a pensá-lo.

A verdade é que, salvo situações muito localizadas, conceber a divisão e partilha de terras, sobretudo em terras de sequeiro do latifúndio e tratando-se de proletários rurais, constitui um completo absurdo que só economistas de gabinete podem imaginar.

A história do Alentejo registou, há mais de meio século, experiências de divisão de terras e sua partilha para constituir pequenas explorações familiares que fracassaram completamente, acabando as terras divididas por ser reconcentradas.

E já depois do 25 de Abril fracassaram e soçobraram também tentativas em terras dos latifúndios de contrapor às UCPs/Cooperativas, cooperativas de tipo tradicional.

Com surpresa desses economistas, na Reforma Agrária da Revolução de Abril, os trabalhadores, logo que alcançaram a posse útil da terra, em vez de dividirem e partilharem a terra e passar cada

concretas do latifúndio alentejano e ribatejano, tanto no aspecto agrícola, como no aspecto social.

A 9.ª Conferência da Reforma Agrária sublinhou uma conclusão que tem o valor de uma prova.

«Em menos de metade da área inicialmente ocupada (lê-se nos documentos da 9.ª Conferência) as UCPs/Cooperativas foram capazes de cultivar três vezes mais terra, manter o dobro do gado e dar duas vezes e meia mais trabalho que no tempo dos agrários.»

Estes factos só por si mostram que **as UCPs/Cooperativas são uma forma adequada e superior de organização das unidades agrícolas na zona da Reforma Agrária.**

Por isso os trabalhadores têm orgulho nas suas UCPs/Cooperativas. Por isso não querem outra forma de organização. Por isso se batem heroicamente na sua defesa.

(...)

**O Governo preste a cair**

Ontem, num dos intervalos da Conferência, um camarada perguntou-me:

— «Ouve, camarada. Amanhã no comício vais anunciar a demissão do Governo?»

Vós todos podeis calcular, camaradas, a alegria que seria para mim se pudesse anunciar tal demissão.

Todos sabeis que, se nos coubesse a decisão de demitir o Governo, ele há muito tempo teria sido demitido e ter-se-iam assim poupado ao povo grandes sofrimentos e ao País grandes prejuízos e destruições.

Agora já não se trata só (e seria mais que bastante para ser demitido) da actuação inconstitucional, ilegal e subversiva do Governo PS/PSD.

Não se trata só (e seria também mais do que bastante para ser demitido) da política que, tendo como objectivo a restauração dos monopólios e dos latifúndios, conduziu a economia ao desastre, o sistema financeiro à ruptura, o País a um colossal endividamento externo, os trabalhadores ao desemprego, aos salários em atraso, à miséria e à fome.

Não se trata só (e seria também mais que bastante para ser demitido) das medidas subversivas que prepara e anuncia contra o regime democrático e das concessões ao imperialismo que põem em perigo a independência e a segurança dos portugueses.

Agora trata-se do estoirar da própria coligação PS/PSD, o que impossibilita que o Governo continue, uma vez que se trata de um governo dessa coligação.

Uma vez que o PSD atirou abaixo a direcção que defendia a coligação do PSD com o PS e escolheu uma direcção que de-



qual a trabalhar individualmente a sua courela, juntaram, em muitos casos, várias herdades, passando a dispor de terras com aptidões variadas — sequeiro, regadio, floresta — e assegurando assim postos de trabalho permanente durante quase todo o ano e passando a gerir colectivamente as unidades agrícolas.

Quais são então as características fundamentais das UCPs/Cooperativas?

A primeira é a **posse útil da terra** pela unidade agrícola —, pelos trabalhadores que a constituem.

A segunda é a **gestão colectiva**, isto é, a direcção da unidade agrícola (nos aspectos económico, técnico, administrativo e social) pelos próprios trabalhadores, através de uma direcção eleita e dos plenários ou assembleias.

A terceira é o **pagamento da força de trabalho com salários e benefícios sociais fixados pelos próprios trabalhadores**, admitindo eventualmente outros proventos (pecuniários ou em géneros), em conformidade com os resultados favoráveis da gestão, e admitindo atribuição a cada trabalhador de uma pequena courela para cultivo próprio.

Esta solução foi possível graças à estrutura agrária específica existente, às características da agricultura e ao predomínio absoluto do proletariado rural na população agrícola activa. Foi possível pois graças à própria realidade objectiva da região.

Mas só foi possível (e esse factor foi determinante) graças à capacidade, experiência de luta, espírito de classe, grau de organização, costumes e hábitos da actuação colectiva e de fraternidade do proletariado rural alentejano e ribatejano.

São naturalmente de admitir e de promover, em certas situações e condições, outras formas de organização de unidades, designadamente cooperativas de pequenos e médios agricultores.

Mas a experiência já mostrou e demonstrou que as UCPs/Cooperativas, produto do trabalho e do espírito criativo dos trabalhadores, constituem **uma forma de organização inteiramente original, portuguesa, viável, particularmente bem adaptada às condições**

fende a coligação do PSD com o CDS, a coligação governamental deixa de existir.

Nestas condições o Governo já não é Governo, não é nada.

Para fugirem ao desastre, bem podem os dois partidos procurar ainda um entendimento de última hora (e amanhã já isso se verá) para virem declarar que a coligação continua e que, continuando a coligação, o Governo também pode continuar.

É porém difícil acreditar que o Presidente da República não demita o Governo tendo a situação chegado onde chegou.

Pode mesmo dizer-se de outra forma:

**Até agora, para que o Governo caísse, era necessário que o Presidente da República, demitindo-o, lhe pusesse a mão em cima. A partir de agora, para que o Governo não caia, será necessário que o Presidente da República, não o demitindo, lhe ponha a mão por baixo.**

Em resumo, camaradas:

**O Governo cairá ao primeiro sopro das Instituições. E é difícil de acreditar que não dê esse sopro aquele a quem cabe dá-lo nos termos da Constituição.**

Uma última questão interessa ainda abordar.

Porque estoirou o Governo por dentro?

Estoirou porque a sua política não resolveu, antes agravou todos os problemas nacionais.

Estoirou porque a sua política de desastre, miséria e fome o conduziu ao isolamento e levantou contra ele a maioria dos portugueses.

Estoirou, em suma, porque a oposição e a luta do povo o fez estoirar.

Para os trabalhadores, para as massas populares, a luta é o único caminho que conduz a uma alternativa democrática.

A 9.ª Conferência da Reforma Agrária evidenciou que, nesta frente, na defesa da Reforma Agrária, a luta vai continuar.

E vai continuar com profunda confiança em que a Reforma Agrária será defendida e o Governo irá para a rua.

## PCP

**Covilhã: Assembleia no dia 16**

«No caminho de Abril, com o PCP, o concelho da Covilhã precisa de uma Câmara APU» — este o lema da 2.ª Assembleia da Organização dos militantes comunistas daquele concelho serrano, que decorrerá no próximo dia 16 (domingo), com início às 10 horas, no Cine-Teatro da cidade da Covilhã. Entre os participantes na Assembleia estará o camarada **Octávio Pato**, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, que discursará no período de encerramento. Perspectivar as medidas necessárias ao reforço do Partido e ao melhoramento da actividade dos militantes, eleger a nova Comissão Concelhia do PCP e discutir as tarefas que se colocam em relação às eleições autárquicas contam-se entre os objectivos fundamentais da Assembleia. O concelho da Covilhã engloba 28 freguesias. Todos os militantes comunistas são delegados à Assembleia.

**Camarate: reforçar o Partido**

O trabalho autárquico e as eleições deste ano serão temas destacados no debate da 1.ª Assembleia dos comunistas da freguesia de **Camarate** (concelho de Loures), marcada para o próximo dia 16 (domingo), sob o lema «com o povo de Camarate, reforçar o Partido, continuar Abril». **Blanqui Teixeira**, da Comissão Política e do Secretariado do CC, estará entre os participantes do encontro, a realizar no pavilhão gimnodesportivo do «Águias», a partir das 10 horas. O dirigente comunista intervirá no comício de encerramento da Assembleia, ao fim da tarde.

**Alvalade Sado: entusiasmo para erguer o Centro de Trabalho**

«Neste ano de trabalho foram contabilizados 2018 horas de trabalho voluntário que a serem pagas corresponderiam a 264 437\$50. Isto é demonstrativo da capacidade de mobilização por parte da nossa organização e do elevado prestígio do nosso partido junto dos trabalhadores e da população da freguesia, pois sem a participação de todos seria impossível ter atingido num ano estes resultados» — são palavras duma breve intervenção registada no almoço comemorativo do primeiro aniversário do lançamento da primeira pedra do novo Centro de Trabalho do PCP na freguesia de **Alvalade Sado**, no concelho de Santiago do Cacém (distrito de Setúbal). O convívio decorreu recentemente com a participação de camaradas e amigos da localidade, e também com a presença de **Ruben de Carvalho**, do CC e chefe da redacção do nosso jornal. Como foi assinalado durante a iniciativa, «o crescimento da organização do Partido na freguesia impõe com urgência um novo espaço de trabalho, de encontro e convívio». Os comunistas de Santiago enquadram as tarefas da construção do novo CT nas tarefas gerais da luta política e do esclarecimento e, como foi revelado na ocasião, entre outras iniciativas, vão realizar-se nas instalações do Centro (ainda em construção) a Festa do Trabalhador, nos dias 6 e 7 de Julho.

**Açores: homenagem a António Ferreira Duarte**

Promovida pela DORAA do PCP decorreu recentemente na cidade da Horta (Faial) uma homenagem à memória do camarada **António Ferreira Duarte**, membro da DORAA, destacado militante do Partido e professor do ensino secundário, falecido a 27 de Setembro de 1984. Conforme resolução aprovada pela Direcção da Organização do Partido, foi atribuído ao Centro de Trabalho da Horta o nome de António Duarte. A homenagem realizada há dias iniciou-se com o descerrar da placa toponímica naquele CT do Partido, pelos filhos de António Duarte: António José e João Manuel. Seguiu-se uma sessão evocativa no 1.º andar do CT, na qual compareceram, entre outros, o presidente da Assembleia Municipal da Horta, o juiz da Comarca, presidentes de Juntas de Freguesia, o presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária da Horta, professores — colegas de António Duarte, representantes de órgãos de Comunicação Social e de colectividades, enfim muita gente que encheu por completo o Centro de Trabalho do PCP. Na Mesa, que presidiu à sessão encontravam-se **Clotilde Duarte**, companheira do saudoso camarada, o professor **Ruben Rodrigues**, democrata independente, **Francisco Matos**, da Comissão de Ilha do Pico, do PCP, **António Freitas**, da DORAA e da CI do Faial e **José Decq Mota**, membro do Comité Central do PCP, responsável da DORAA e deputado à Assembleia Regional. Após a intervenção do prof. **Ruben Rodrigues**, membros do grupo de teatro «Te-Hor», fundado por António Duarte, leram poemas e textos de homenagem ao professor e ao cidadão prestigiado, **Decq Mota** falou em seguida, tendo adiantado uma proposta que mereceu o apoio dos presentes: dar o nome de António Duarte a uma rua da Horta, em reconhecimento da destacada acção cívica e cultural dada por aquele antifascista à cidade e à ilha.

**Algés/Carnaxide: mil comunistas de parabéns**

# Novo Centro de Trabalho

## — uma realidade que se impunha!

Uma sessão pública realizada na última quinta-feira à noite na Liga de Algés, com **Octávio Pato**, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, deu o «arranque» a uma campanha que mobiliza desde já o entusiasmo dos militantes comunistas de toda a freguesia de **Carnaxide**. As atenções dirigem-se para mais um Centro de Trabalho do Partido. Local: Algés. Objectivo: concretizar a velha aspiração (e as necessidades!) dum colectivo partidário que agrupa mais de mil membros e que, em termos eleitorais, dinamiza a segunda força política na freguesia e no concelho (Oeiras). Vamos aos pormenores.

Ultrapassando sérias dificuldades para «encontrar algo que servisse», enfrentando por vezes um clima de receios por parte de senhorios (mais um reflexo da política governamental contra o espírito de Abril), a organização do PCP, conduzindo negociações de forma rigorosa e persistente, acabou por encontrar um edifício que, após as necessárias obras de recuperação e beneficiação virá proporcionar, finalmente, condições de trabalho no quadro da intensa acção política desenvolvida pelos militantes comunistas.

O novo CT localiza-se na área central de Algés (Rua Ernesto da Silva, 107/109). Tem 19 divisões, (incluindo dois salões e uma sala de convívio) distribuídas por cave, rés-do-chão e 1.º andar. Inclui ainda um logradouro. No total, são 340 metros quadrados.

As obras estão a iniciar-se e envolvem um contrato com uma cooperativa de construção civil e também uma componente muito importante, já habitual na vida do Partido: o trabalho voluntário dos militantes e as ofertas, nomeadamente em tintas e materiais para equipamento das novas instalações. Pensa-se que já a partir de Setembro o CT poderá começar a ser utilizado pela organização.

Falando de números, as coisas contam-se em duas palavras: o imóvel e as respectivas obras representam 7500 contos; uma 1.ª prestação de 2150 foi já entregue. Há algum dinheiro em caixa e agora há que dar força à campanha em curso, cujo objectivo é a recolha de 5 mil contos. Recorde-se, entretanto, que já desde 1980 se vinha definindo a necessidade de avançar para um CT, dinâmica que se reforçou a

partir de 84. Já havia, portanto, dinheiro para a 1.ª entrada.

**Um CT apontado à vitória democrática**

Todas as informações que o leitor foi lendo até aqui resultam da conversa que o «Avante!» manteve na Redacção com **Eduardo Nunes**, do organismo de direcção de Carnaxide, e **Dantas Ferreira**, da comissão do Centro, dois camaradas que estão mesmo «por dentro» das tarefas agora em foco na organização da freguesia de Carnaxide.

«Infelizmente há democratas que, atemorizados com a candidatura de Freitas do Amaral e com a nova "AD" que se perfila no horizonte, começam a hesitar e a pensar que, apesar de tudo, será preferível a continuação do Governo de Mário Soares; que, afinal, M. Soares e o seu Governo não poderão ir muito mais longe do que já foram; que face à situação qualitativamente nova que do ponto de vista político se apresenta, M. Soares irá finalmente opôr-se à direita. Poetas ou fingidores, estes democratas querem acreditar naquilo em que de facto não se pode acreditar. Optando por aquilo que lhes parece como um mal menor, evitam assumir responsabilidades, como se fosse possível a alguém, no momento político que vivemos, enjeitar responsabilidades. A verdade é que da atitude que cada um de nós hoje tomar depende o futuro da democracia, o futuro de Portugal, e por essa atitude seremos, mais dia menos dia, responsabilizados».

Octávio Pato, Algés, 30 de Maio de 1985

de, onde a «panorâmica» de Centros de Trabalho do Partido — instrumentos fundamentais para a acção política e organizativa — não é... «famosa». Ora vejamos: em Algés não existia CT, em Linda-a-Velha a mesma coisa, Carnaxide, Queijas e Cruz Quebrada contam com CT's de



Redacção do «Avante!» — **Eduardo Nunes**, do organismo de direcção de Carnaxide, e **Dantas Ferreira**, da comissão do Centro, explicam pormenores da campanha para o Centro de Trabalho do PCP em Algés

reduzidas dimensões e estruturas.

Em Algés estão prestes a terminar as reuniões em casas de camaradas. Para Linda-a-Velha está nos planos da organização conseguir também um CT. E nas outras localidades, os militantes comunistas desta freguesia de Oeiras, onde o PCP ganha cada vez mais força e prestígio entre

Trabalho do PCP nunca é algo isolado das realidades, da situação, das lutas e dos objectivos da acção política. Por isso, a nossa conversa acabaria bem cedo por «tocar» questões como as eleições autárquicas e a situação da Câmara de Oeiras. Como foi salientado, «tendo em conta a necessidade do reforço do trabalho político, de informação, mobilização e esclarecimento com vista aos próximos actos eleitorais, nomeadamente à campanha para as eleições autárquicas de fim-de-ano, é forçoso que se desenvolva a participação e o empenhamento de todos para construir o Centro de Trabalho do Partido e para permitir a reconstrução do concelho».

«Reconstrução?» — interrogá-mos. Eis a explicação:

É alarmante a situação da CM de Oeiras. Aos serviços deficientes, «junte-se» o facto puro e simples de que esgotou a sua capacidade de endividamento!

São, pois, muito significativas as responsabilidades e as exigências que se apresentam ao PCP e à Aliança Povo Unido. São uma força essencial para salvar o concelho da ruína em que a direita o mergulhou. A vitória democrática na freguesia e no concelho estão na perspectiva dos comunistas. Que a partir de Setembro contam com um novo Centro de Trabalho. Estaremos atentos à campanha dos 5 mil. Vamos às iniciativas!

as populações, também acabarão no futuro por erguer Centros de Trabalho com as devidas condições.

Nem só de dinheiros, campanha, ofertas, datas, números e obras falam aqui na Redacção os camaradas **Eduardo Nunes** e **Dantas Ferreira**. Um Centro de

**Hoje, em Lisboa Homenagem a Pires Jorge**

Na passagem do primeiro aniversário da sua morte, realiza-se hoje, dia 6, uma romagem ao túmulo do camarada **Joaquim Pires Jorge**, destacado dirigente do Partido. A concentração está marcada para as 10 horas, frente ao cemitério da Ajuda, em Lisboa.

Esta homenagem é promovida pelo organismo de direcção da 2.ª zona da Organização Local de Lisboa do PCP e incluirá uma intervenção pelo camarada **Aurélio Santos**, membro do Comité Central.

Recordando que **Pires Jorge** «dedicou toda a sua vida à luta pela democracia, pela liberdade,

pelo país e pelo povo», aquela organização do Partido convida «os democratas e antifascistas e a população a participarem nesta romagem».

**Homenagem a José Gomes Ferreira**

Com poesia, música e bailado, a Associação 25 de Abril promoveu uma homenagem a **José Gomes Ferreira**. Na sessão, a que compareceram a viúva e o filho do poeta, foi evocada toda uma vida de resistência deste homem que, aos oitenta anos, se tornou militante co-

**Encontro internacional**

De 31 de Maio a 2 de Junho realizou-se em Wuppertal, na República Federal Alemã, um encontro dos partidos comunistas dos países capitalistas da Europa em que o PCP esteve representado por **Zita Seabra**, membro suplente da Comissão Política.

O encontro foi subordinado ao tema «A condição da mulher nos países capitalistas da Europa — a sua participação nos movimentos sociais e políticos — a contribuição dos partidos comunistas à luta pelos direitos da mulher, pelo progresso social, a democracia e a paz».

munista.

Além da evocação da vida e da obra de **José Gomes Ferreira** e da recitação de alguns dos seus poemas por conhecidos poetas democratas, o Coro da Academia dos Amadores de Música, de Lopes-Graça, dirigido pelo seu maestro, cantou três das

«Heróicas» de que foram — o poeta e o maestro — co-autores.

Além dos dirigentes da Associação, compareceram destacados militantes de Abril, intelectuais, dirigentes políticos e um grande número de sócios apoiantes.

PCP

## 9.ª Festa da Amizade, no Laranjeiro

# «Alegria, confiança e luta» não foi apenas um lema!

O concelho de Almada viveu no último fim-de-semana a 9.ª edição da Festa da Amizade, espaço de convívio popular bem conhecido na Margem Sul, que mobiliza sempre milhares de pessoas — comunistas e outros sectores da população laboriosa.

Este ano, as condições atmosféricas não ajudaram. Tempo cinzento e chuva ameaçadora não foram visitantes simpáticos da Festa. Mas o programa, as iniciativas e o calor humano que envolveram a Festa da Amizade-1985 — com especial destaque no sábado e na tarde de domingo —

acabaram por dar o brilho próprio de uma realização de massas, aberta ao povo de Almada — sem dúvida a iniciativa política, cultural, desportiva e recreativa mais destacada que se efectua no concelho.

Oriundos de diferentes locais, num vai-vém bem notado nas vias de acesso, muitos almadenses (de gema ou apenas residentes) estiveram no Laranjeiro para viver com entusiasmo uma Festa que teve de tudo um pouco: da presença alentejana (os cantares e os petiscos num espaço próprio — o Monte Alentejano, sempre muito

concorrido), ao café-concerto, do palco 25 de Abril com espectáculos de qualidade, passando pelos espaços da juventude e Pioneiros. A adega Fado de Abril, a exposição de aves, os stands de Gondomar, de Trás-os-Montes, de Santarém e outros, incluindo naturalmente os das organizações do concelho de Almada, deram viva animação à Festa, erguida e preparada com o esforço e a dedicação militante dos comunistas, que deram muitas horas de trabalho na sua implantação.

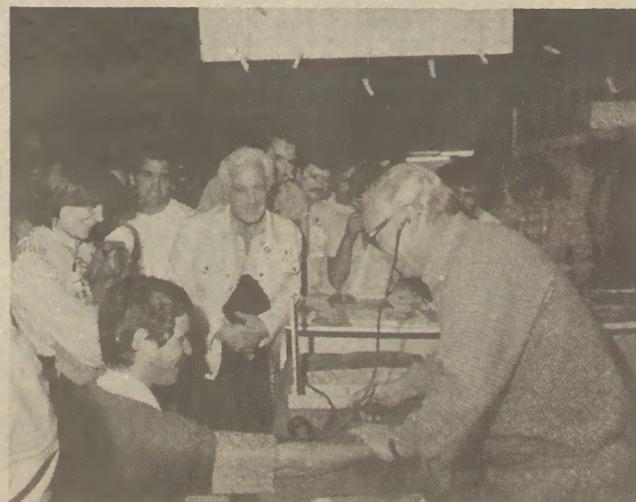
A merecer atenção especial de muita gente estava o pequeno stand sobre as Festas do «Avan-

te!», que incluía uma exposição de primeiras páginas do nosso jornal alusivas às várias edições do grande convívio do Portugal de Abril e ainda filmes coloridos para recordar os bons momentos das Festas do «Avante!».

Uma grande variedade de petiscos, a que não faltaram os caracóis e os enchidos da região de Viseu, com muito algodão doce e farturas graúdas para os mais gulosos, ou ainda a broa, o caldo-verde, os pratinhos de chispe, os assados na brasa, etc., completavam o quadro de verdadeira festa popular. Destaque ainda para os produtos da Reforma Agrária (o repórter de serviço viu grão a bons preços) e as actividades desportivas, culturais e recreativas. Os mais pequenos não foram esquecidos e além de um «mundo» de iniciativas com os Pioneiros lá tiveram os carrinhos em movimento constante e alegre.

Ponto alto da Festa, aguardado com grande expectativa — compreensível tendo em conta as características da situação política actual —, foi o comício com Álvaro Cunhal, no fim da tarde de domingo, no palco 25 de Abril.

Toda a Festa convergiu para o local. Uma multidão combativa ouviu em primeiro lugar breves palavras de uma representante da JCP, seguindo-se a intervenção da Comissão Concelhia de Almada do PCP. Finalmente, a alo-



O secretário-geral do PCP não esteve no Laranjeiro «só» para falar da situação política, no comício que era aguardado com expectativa. Também visitou a Festa, tendo mantido diálogos animados com vários camaradas presentes nos stands



Música para todos os gostos — uma característica da Festa da Amizade

ção de meia hora do secretário-geral do PCP, de que publicamos extracto significativo nesta página. Várias organizações do concelho ofereceram na ocasião lembranças ao Partido, nomeadamente células de empresas.

## Uma passagem da intervenção de Álvaro Cunhal

O momento político esteve em foco no discurso do secretário-geral do PCP no comício da 9.ª Festa da Amizade, domingo no Laranjeiro. A dado passo da sua intervenção, aguardada com expectativa, o camarada Álvaro Cunhal afirmaria:

(...) Nesta conjuntura, qual a situação do PS?

Identificando-se com os objectivos estratégicos e com a prática governativa do CDS e do PSD (destruição das conquistas de Abril e restauração dos monopólios associados ao imperialismo e dos latifúndios) e assumindo como Primeiro-Ministro o papel de «líder» da direita e do processo contra-revolucionário, Mário Soares entregou a sorte do PS às conveniências das forças reacçãoárias.

### PS/M. Soares: os entalados...

Com a sua versatilidade política e o seu manobrismo, Mário Soares pretendeu entalar todos os outros. Afinal, é ele que se entalou e entalou o PS.

Estão, em primeiro lugar, entalados no Governo.

Entalados no Governo pois o PSD, depois de ter aliciado e se ter servido de M. Soares para realizar a política da «AD» repete a operação do CDS em 1977.

Em 1977, Soares, atraíndo a democracia, formou uma coligação com o CDS. Depois, o CDS tirou o tapete a M. Soares, o PS pagou a factura e o CDS aliou-se ao PSD formando a «AD».

Agora, em 1985, parece que vai repetir-se a cena. Soares, atraíndo a democracia, formou uma coligação com o PSD. Mas agora o PSD retira o tapete a M. Soares, volta-se para o CDS a fim de fazer ressurgir a «AD» e procura que seja o PS a pagar a factura da impopularidade.

M. Soares e o PS estão, em segundo lugar, entalados quanto à candidatura para a Presidência da República.

M. Soares contava como certo ser o candidato da coligação PS/PSD e talvez mesmo o candidato de toda a direita.

Julgando ganhar a direita, fez como Primeiro-Ministro a política dessa mesma direita, atacando com violência os trabalhadores e cortando todas as pontes com o PCP, o movimento operário e popular e praticamente toda a esquerda.

Eis que o PSD se volta para o apoio à candidatura de Freitas do Amaral no quadro do ressurgimento da «AD».

### Afinal, está dependente dos outros...

Sem o apoio da esquerda e sem o apoio da direita, Mário Soares, se for demitido de Primeiro-Ministro, sem poder utilizar abusivamente para fins eleitoralistas os meios, instrumentos e recursos do Estado, está derrotado à partida como candidato à Presidência da República.

Característico desta situação é a extrema fragilidade da sua posição actual.

De facto, neste momento o Primeiro-Ministro depende inteiramente de decisões alheias.

### Tal como os «sofredores» do «Um-dois-três»

Nos últimos tempos, aparecia em público aparentando força, segurança, arrogância, como se o actual Presidente da República estivesse já derrotado por ele, M. Soares, e como se o PSD com os chefes à bulha e desmembrado, estivesse já rendido a seus pés para o apoiar nas presidenciais.

Mas lá por dentro, aqui para nós, M. Soares devia estar como os «sofredores» do «Um-dois-três», que se impacientam, se inquietam, se excitam, e ora se sentem ganhantes ora perdedores.

Soares deve ter sofrido muito com a hipótese avançada da candidatura de Firmino Miguel. Sofreu com a hipótese de candidato próprio do PSD. Sofreu com a hipótese do rompimento da coligação se decidir no Congresso do seu parceiro. Tem sofrido (e como!) com a hipótese de o Governo ser demitido e a Assembleia da República dissolvida.

Querendo mostrar que todos os outros dependem dele, M. Soares, afinal, depende de todos os outros.

Depende do PSD que, nos próximos dias, pode rebentar a coligação oficialmente, depois de a ter já rebentado de facto.

E depende do Presidente da República que o pode demitir de Primeiro-Ministro.

Como terminará tão grande sofrimento?

Creio que o Povo português ficará radiante no momento em que o «sofredor» Soares, julgando ir receber o automóvel, afinal receba a bota...

## Começa hoje Barreiro Trabalho em Festa

### Recuperando velhas tradições de convívio

Recuperando velhas tradições barreirenses, a Comissão Concelhia do Barreiro do Partido Comunista Português promove, de 6 a 10 do corrente, uma iniciativa que vai tornar-se em grande convívio popular. O nome escolhido para a iniciativa — que se integra na campanha para o novo Centro de Trabalho da DORS — é bem característico da atitude da população do concelho, reunindo o trabalho e a festa.

«Trabalho em Festa» é pois o título desta jornada que irá decorrer, já a partir de hoje, na zona considerada «Barreiro Velho» (Rua Aguiar, Pátio dos Bichos, Largo do Casal, etc.) — o que vai animar um convívio tradicional das velhas ruas da antiga vila, hoje cidade.

Outras actividades estão previstas — exposições, iniciativas culturais variadas, desporto, visitas e espectáculos que não só

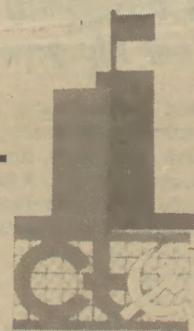
interessarão as mais diversas camadas da população barreirenses como, por certo, os muitos forasteiros que irão desiocar-se à festa.

As exposições terão lugar nas instalações de «Os Penicheiros» e versarão os temas: Ano Internacional da Juventude; Empresas e Lutas dos Trabalhadores; O Partido; O Poder Local Democrático.

No mesmo local, realizar-se-ão colóquios sobre: Poder Local Democrático; o Teatro no Barreiro; o Barreiro e a sua História; a Comunicação Social e o Momento Político.

Também em «Os Penicheiros» terá lugar uma Feira do Livro onde os leitores poderão contactar com os escritores.

A música escolheu lugar no Largo do Casal — coreto com animação musical permanente, bares, petiscos e divertimentos; a Adega do Fado é no Pátio dos



Bichos.

A Feira da Ladra é outra das iniciativas. E para ela espera-se que os camaradas e amigos ofereçam materiais para venda — as entregas podem ser feitas às 2.ª, 5.ª e 6.ª, das 21 às 22 horas, no Conselho de Moradores do Barreiro.

Mas há mais. Nem crianças nem jovens foram esquecidos. Para as primeiras há actividades infantis — com exposições, gincanas, modelagem, pintura e filmes. Para os outros, na Zona Juvenil, há uma discoteca, um pub, espaços de convívio, funcionamento de vídeo.

E o Desporto — com um torneio de futebol de salão a decorrer; o rali-paper no dia 9; estafeta concelhia no dia 8. E o Festival Desportivo, também no dia 8, no Estádio 13 de Agosto — com atletismo, ginástica, judo, futebol de 7 masculino e futebol feminino.

PCP

**Difusão da Imprensa no Porto: balanço positivo**



Terminou no fim do mês de Maio a campanha de difusão da Imprensa do Partido levada a efeito na OR do Porto. Ao terminar a campanha pode-se dizer que foi positiva porque obrigou a discutir o problema da difusão do «Avante!» e de «O Militante», alargou, de facto, o número de habituais leitores do órgão central do Partido e lançou as bases para a continuação do trabalho organizado de difusão da imprensa, estando claro para todos que acabou a campanha mas a tarefa continua pois estamos ainda longe de chegar a todos os nossos potenciais leitores.

Organizações houve que atingiram plenamente os seus objectivos, criando hábitos de divulgação regular através de bancas e «porta-a-porta». A organização concelhia da Maia e a organização local do Porto são disso bons exemplos. Muitas vezes se coloca a questão de que a difusão da Imprensa do Partido é uma tarefa relegada para segundo plano na medida em que a actividade do partido é imensa e há sempre «coisas prioritárias».

Trata-se de uma falsa questão. Um período de intenso trabalho e de múltiplas iniciativas se aproxima. Ora, o que temos é de aproveitar essas iniciativas para junto das pessoas que nelas participam divulgar as posições do Partido, difundindo a nossa Imprensa. Será esta a melhor forma de dar continuidade à segunda campanha de difusão da Imprensa do Partido, já terminada.

**Naturais de Mação e Sardoal**

Está marcada para o próximo dia 14, no CT Vitória, em Lisboa, uma reunião com naturais dos concelhos de **Mação e Sardoal**, residentes na área da capital. No encontro, marcado para as 21 e 30 horas, estará presente o camarada Américo Abalada, da DORSA e do Comité Central.

**Situação económica e CEE: sessão em Alpiarça esta noite**

O economista **Gorjão Duarte**, membro do Comité Central do PCP, será o animador da sessão pública que decorrerá esta noite na vila ribatejana de **Alpiarça**, sobre a situação económica do País e a anunciada adesão à CEE. A iniciativa é promovida pela Comissão Concelhia do PCP e está marcada para as 21 e 30 horas nas instalações da Sociedade Filarmónica Alpiarcense «1.ª de Dezembro».

**Reuniu a DORP do PCP**

O exame e debate das principais direcções de luta e das tarefas que se colocam aos comunistas — designadamente a propósito das autárquicas — preencheram o fundamental da recente reunião da Direcção Regional do Porto (DORP) do PCP, que aprovou também um comunicado sobre a situação na Comunicação Social do Porto. Na nossa próxima edição daremos o devido pormenor às conclusões da reunião (em especial quanto às eleições autárquicas — preparação e objectivos) e ao comunicado sobre a C. Social.

**Amadora: determinação para obter maioria absoluta na CM**

A grave situação social que se vive no concelho (atrasos no pagamento de salários, desemprego, repressão nas empresas — como na Sofefame, Cometra, BIS, Interlastex, Bertrand, Grately, Pereira e Brito, etc.; problemas como a habitação, situações de fome, nomeadamente em crianças de idade escolar), a política do Governo e as leis do aumento das rendas de casa, da «segurança interna» e eleitoral, e as eleições autárquicas foram questões debatidas em recente plenário da Comissão Concelhia da Amadora do PCP. Af se confirmou que os comunistas estão vivamente empenhados num «grande objectivo» — a conquista da maioria absoluta na CM, «necessária para melhorar o trabalho autárquico e resolver os problemas da população». Outras conclusões da reunião do CC: continuar a luta pela instalação de serviços públicos, nomeadamente notário, tribunal, repartições de finanças, construção do hospital e da passagem inferior sob a linha férrea, o reembolso do valor dispendido pela construção do Centro de Saúde e de cerca de 100 mil contos arreçados indevidamente pela CM de Sintra.

A Comissão Concelhia decidiu ainda participar em todas as acções do concelho contra a **lixeria da Boba**, mobilizando a população para apoiar a Câmara no fecho deste flagelo para a saúde e exigindo que a Câmara Municipal de Lisboa acate a decisão da CM da Amadora, deixando assim de utilizar a Boba. A recuperação paisagística da zona que hoje é lixeira constitui outro motivo de firme apoio dos comunistas.

**Festa Popular em Alverca neste fim-de-semana**

Um comício às 16 horas do próximo sábado com **Daniel Branco**, presidente da CM de Vila Franca de Xira, e **José Casanova**, membro da Comissão Política do PCP, é ponto saliente do programa da 8.ª Festa Popular de Alverca, jornada de convívio popular que se inicia amanhã, prolongando-se até à noite de domingo.

Iniciativas de interesse cultural e político num auditório, exposições, banca, bar, quermesse, filmes e espaço da juventude contam-se entre os atractivos da festa, cujo programa geral aqui deixamos:

**Sexta-feira**, às 21 e 30 baile com o conjunto «Opção» e música popular com o «Interpopulo». **Sábado**, às 9 horas mercado da Reforma Agrária; 16 horas, comício seguido de canto livre: grupo «Trigonovo», coro «Unidos Baixo Alentejo» e o grupo de intervenção cultural «GIC»; às 21 e 30 espectáculo de variedades, música popular com «Bago de Milho», Nuno Gomes dos Santos, Filipe Gomes dos Santos, José Jorge Letria, rancho folclórico C. Social Bom Sucesso e Jaime Reis.

**Domingo**, às 9 horas, provas de atletismo; 11.30 provas de ciclismo populares; 16 horas tarde infantil, Pioneiros de Portugal do núcleo do Sobralinho, palhaços «Pantufa e Pantufinha», rancho folclórico da Casa do Povo de Arcana, «Gic»; às 21 e 30 noite de fado com o «Fado de Abril».

O ingresso para os três dias de festa custa 150 escudos. Quanto aos bilhetes diários, a situação é a seguinte: na sexta-feira custam 200 escudos para os homens e 80\$00 para as senhoras, sábado 120 e domingo 100.

A 8.ª Festa Popular de Alverca, iniciativa do PCP, decorrerá no Jardim do Bairro.

**Festa da Alegria Uma certeza!**

A Festa da Alegria vai mesmo realizar-se. Sem quaisquer dúvidas e em quaisquer circunstâncias, nos próximos dias 12, 13 e 14 de Julho, na cidade de Braga.

A que propósito se reforça esta ideia? No fundo, tudo se explica pela má vontade, pelo vesgo sectarismo, pelo ódio antidemocrático, pelos complexos de inferioridade que reinam na Câmara Municipal, cujo presidente, sr. Mesquita Machado, tudo tem feito para boicotar e impedir a realização da Festa, ora criando obstáculos directos, ora pressionando escandalosamente personalidades e organismos.

Entretanto, a Direcção Regional do Minho divulgou posteriormente outra nota de Imprensa onde acentua e esclarece, a propósito de um comunicado do pároco e Conselho Paroquial de Santo Adrião e da Confraria de São João da Ponte:

«Não ignoramos as pressões

que elementos da maioria PS na Câmara de Braga, com o senhor Mesquita Machado à cabeça, têm realizado sobre entidades directas ou indirectamente ligadas à utilização do Parque de São João da Ponte (exterior), no sentido de serem levantadas dificuldades à sua ocupação pela Festa da Alegria. Tais pressões, demonstrativas da postura persecutória, totalitária e do mais vesgo comportamento digno de politiqueros mas não de autarcas que, pelo menos, deveriam primar por uma actuação transparente e responsável.»

E acrescenta a nota da DORM: «Foram tomadas todas as medidas legais para acauletar o direito de ocupação ao espaço público do Parque (exterior) de São João da Ponte pela Festa da Alegria, nos termos da legislação em vigor. Ao mesmo tempo, e

através da autarquia da área em causa (Junta de Freguesia de São Lázaro), foi assumida pela DORM do PCP a responsabilidade da conservação da área a ocupar no período referido e a não perturbação das actividades do local de culto religioso ali existente. Apraz-nos registar, em todos os contactos havidos, a seriedade e isenção que sempre caracterizaram o comportamento de toda a Junta de Freguesia, que integra representantes de várias forças políticas.

«Em relação às questões levantadas pelo comunicado do pároco e Conselho Paroquial de Santo Adrião e da Confraria de São João da Ponte, a DORM do PCP procurará promover o seu pronto esclarecimento com estas entidades religiosas, confiando que, pelo diálogo, com boa vontade e no respeito mútuo dos direitos de cada uma das partes, será possível esclarecer e resolver o problema surgido.»



O convívio e o esclarecimento são os pontos salientes da Festa-85 e da Festa da Amizade iniciativas do PCP marcadas para este fim-de-semana, respectivamente na vila da **Marinha Grande** (distrito de Leiria) e na cidade de **Viana do Castelo**, lá para o **Alto Minho**. Enquanto na **M. Grande**, o convívio começa já amanhã, em **Viana** o programa arranca no sábado. Nos dois casos, a garantia de bons motivos de interesse até ao fim da tarde de domingo. A **Festa-85** decorrerá no **Parque Mártires do Colonialismo** e a **Festa da Amizade** no jardim público. Aceite o convívio!

**1ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LEIRIA DO PCP**

**Profunda ligação à vida do distrito**

«A falência e encerramento de muitas empresas para logo abrirem outra(s) ao lado, com as mesmas máquinas e com outros trabalhadores ou parte dos mesmos (mas em situação mais gravosa), deixando na região muitas centenas de trabalhadores com salários e regalias por receber, milhares de contos por pagar às empresas nacionalizadas, à Previdência e aos sindicatos é uma das características da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores» — acentuou **António Orcinha**, membro da Comissão Política do PCP, na intervenção que introduziu o debate intenso e vivo da 1.ª Assembleia da Organização Regional de Leiria (ORLEI) do PCP, cujos trabalhos decorreram no último domingo, na **Marinha Grande**.

A situação social, económica e política do distrito de Leiria foi tema destacado desta realização política, que cumpriu plenamente os objectivos da sua convocação

e preparação: foram prestadas contas do trabalho desenvolvido e apreciados os seus aspectos positivos e negativos, foi analisada a situação actual e definido o

conjunto de linhas de orientação para o trabalho futuro e ainda eleita a nova Direcção Regional do Partido — a DORLEI.

Realizada sob o lema «com o PCP, um distrito em progresso, um Abril mais forte», a 1.ª Assembleia da ORLEI reuniu, na sede da «Ordem», conhecida colectividade da **Marinha Grande**, cerca de 400 delegados e de 100 convidados, entre os quais membros do MDP, democratas destacados do distrito, velhos resistentes antifascistas, eleitos da APU não comunistas, e ainda representantes das Direcções Regionais do PCP do Alentejo, Lisboa, Santarém, Minho, Porto, Trás-os-Montes e Setúbal.

**Aprovada a resolução política**

A 1.ª Assembleia da ORLEI registou cerca de 50 intervenções nas quais foram abordados aspectos relevantes da situação regional, das propostas do Partido para o desenvolvimento do distrito e da vida partidária, com destaque para as preocupações e ideias apontadas ao melhoramento da actividade e ao seu reforço.

Temas como, por exemplo, movimento camponês, trabalho nas autarquias e eleições autárquicas ou a luta das conservadoras, mereceram especial destaque no decorrer dos trabalhos.



A 1.ª Assembleia da ORLEI debateu com vivacidade as propostas do PCP para o desenvolvimento regional

O documento principal da Assembleia — a resolução política — foi aprovado por unanimidade, tendo merecido numerosas propostas de alteração que o enriqueceram. Essas propostas foram apresentadas individual e colectivamente pelos militantes comunistas não só durante as mais de 200 reuniões preparatórias que mobilizaram largas centenas de participantes, como no

decurso da própria Assembleia, que fez um minuto de silêncio em memória do destacado resistente antifascista camarada **João Faria Borda**, natural de **Alcobaca**, um dos concelhos do distrito de Leiria.

Para a nova Direcção Regional foram eleitos 49 camaradas, 32 dos quais faziam parte da composição anterior, tendo agora sido eleitos 17 novos elementos.

Sete dos camaradas que agora constituem a DORLEI são mulheres. A média de idades não ultrapassa os 34 anos.

**Joaquim Gomes**, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, deputado eleito pelo círculo de Leiria, foi um dos participantes na Assembleia, e discursou na sessão pública de encerramento, abordando o actual momento político.

**Chamusca • Domingo**  
«Reforçar o PCP, continuar Abril» é o lema da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia da Chamusca, que decorrerá no próximo domingo, dia 9, a partir das 14 e 30, na Escola Preparatória daquela vila ribatejana. Um dos participantes na Assembleia será o camarada **Jaime Felix**, do Secretariado do Comité Central do Partido.

**Montijo Convívio de corticeiros**  
Integrada na campanha para o novo CT da DORS, vai realizar-se na próxima segunda-feira, dia 10, uma festa-convívio dos corticeiros do Montijo, promovida pelo organismo de direcção daquele sector.

Um encontro de futebol às 10 horas no campo do Ares entre equipas de trabalhadores corticeiros, uma intervenção sobre o actual momento político às 12 e 30 horas, por **José Encarnação**, da Direcção Regional de Setúbal do PCP, e um almoço-convívio às 13 horas (estas duas últimas iniciativas marcadas para o pavilhão da Montigni) constituem os pontos altos da jornada festiva. Que promete bons momentos de convívio.

**Camaradas Falecidos**  
**Vitor Augusto Carvalho**  
Antigo operário da Setenave, faleceu no passado dia 2 de Junho, em Setúbal, onde residia o camarada **Vitor Augusto Carvalho**, tendo-nos a informação sido transmitida pela Organização do PCP, em Almada, onde vive o pai do camarada falecido.

**José António Martinho**  
Vítima de acidente de viação, faleceu no passado dia 30, o nosso camarada **José António Marques Martinho**, de 31 anos. O militante desaparecido era membro da Comissão de Freguesia da Asselceira.

**Manuel Ricardo Lourenço**  
Membro da célula dos trabalhadores comunistas da Carris (núcleo de S.º Amaro) e da Comissão de Trabalhadores da empresa, faleceu recentemente o nosso camarada **Manuel Ricardo Gonçalves Costa Lourenço**.

**ASSEMBLEIAS CONCELHIAS DO PCP**

**Coimbra: não se esquece a ruínosa gestão PS na Câmara**

O conhecimento dos problemas e aspirações do concelho, demonstrando íntima ligação às realidades, e o debate em torno de questões como a política de recuperação capitalista e os seus traços e reflexos no concelho, a luta de massas — balanço e direcções fundamentais, as propostas objectivas do PCP para o desenvolvimento económico, social e cultural e ainda algumas orientações apontadas ao reforço do Partido foram temas destacados da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Coimbra do PCP, realizada no último domingo, no CRP do B.º Norton de Matos, na capital do Mondego.

Electuada sob o lema «pelo progresso de Coimbra, reforçar o Partido, continuar Abril», a Assembleia reuniu 180 delegados comunistas em representação dos dois mil membros do Partido no concelho.

Os delegados discutiram, enriqueceram e aprovaram o projecto de resolução política, documento que reuniu cerca de meia centena de alterações propostas

individual e colectivamente pelos membros do Partido.

Foi também eleita a nova Comissão Concelhia, que integra 40 elementos.

A ruínosa gestão PS na Câmara de Coimbra, que tem esquecido os graves problemas do concelho, optando por uma política demagógica e eleitoralista de obras de fachada, foi um dos aspectos vinculados durante o debate proporcionado pela Assembleia, que registou cerca de 40 intervenções. Para além dos aspectos relacionados com a vida

do Partido, os delegados deram particular relevo às importantes batalhas políticas e eleitorais que se aproximam e às propostas para a resolução dos problemas que se defronta o concelho.

A acção de luta de antontem, o XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes e a demissão do Governo foram temas em moções aprovadas. A Assembleia aprovou ainda uma saudação à Conferência da Reforma Agrária.

O camarada **Jaime Serra**, da Comissão Política do Partido, fa-



lou no encerramento da Assembleia dos comunistas de Coimbra. O momento político e as tarefas que se colocam ao Partido foram, naturalmente, temas desenvolvidos na sua intervenção.

**Faro: as propostas dos comunistas**

No último domingo, nas instalações da Escola João de Deus em Faro, realizou-se a 3.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP. Cerca de 180 delegados discutiram o projecto de resolução política, documento que já antes tinha sido colocado à discussão nas organizações de base há cerca de um mês. Neste extenso documento são inventariados vários aspectos da realidade económica, social e cultural do concelho, sendo em relação a muitos deles apresentadas pela organização local do PCP propostas concretas para a sua resolução.

De entre os problemas inventariados, salientamos no que respeita à agricultura os estrangulamentos verificados pela falta de água para o regadio, essencial para o apoio e desenvolvimento da horticultura, sector de grande importância no concelho; a defesa da Ria Formosa, reserva natural de especial significado na economia local (só na zona de Faro existem 300 viveiros de produção de amêijoas); e o relacionamento da indústria, sector que, à semelhança do que se passa no resto do distrito, tem vindo a perder consecutivamente o seu peso.

A necessidade de proceder à melhoria das condições de funcionamento e acesso ao porto de Faro, estrutura de grande im-

portância para a economia não só local como regional, já que é através deste porto que são recebidas matérias-primas essenciais e por ele escoados alguns produtos transformados localmente, em particular produtos agrícolas como são exemplo os derivados da alfarroba, foi outra questão salientada no discurso da Assembleia, realização que demonstrou profunda ligação às realidades, problemas e aspirações do concelho e da sua população.

Particular relevo foi dado na Assembleia às eleições autárquicas, quer pelas referências que lhe são feitas na resolução política aprovada quer através de várias intervenções nela produzidas.

A denúncia das gestões do PS e ultimamente do PSD/CDS na Câmara de Faro, foi feita detalhadamente, tendo sido sublinhada a existência de reais condições para que a APU, pelo trabalho feito e pelo prestígio dos seus eleitos, venha a ganhar nas próximas eleições esta importante autarquia.

ganhar a maioria na freguesia de St.ª Bárbara de Nexe foi também um dos objectivos colocados à assembleia pela voz do

camarada que trouxe à reunião o balanço do trabalho realizado pelo Partido naquela freguesia.

A 3.ª Assembleia escalpelizou ainda vários problemas que se colocam hoje à organização local do Partido, que conta actualmente com cerca de 1300 membros. Deficiente estruturação da organização, dificuldades em manter o funcionamento regular das estruturas de base, particularmente em organismos de empresa e classe profissional, insuficiente número de quadros, fenómenos de cansaço e sobrecarga de tarefas, foram alguns dos problemas colocados.

No sentido de responder a tais problemas e dar continuidade ao

trabalho de direcção, foi eleita, por unanimidade, uma nova Comissão Concelhia, composta por 34 camaradas, 50 por cento dos quais foram eleitos pela primeira vez para este órgão. Da nova Comissão Concelhia 32,3 por cento são operários, 5,8% são agricultores, 35,2% são empregados; 17,6% são quadros técnicos e 8,8% são «vários». A média etária é de 40 anos, sendo mulheres 17,6% dos seus membros.

Encerrou a Assembleia o camarada **José Vitoriano**, membro da Comissão Política do CC do PCP, que abordou a situação do momento e as tarefas que se colocam na luta dos comunistas e dos trabalhadores.

**Meia Maratona Jovem Avante-85**

Está a suscitar grande interesse a **Meia Maratona Jovem Avante-85**, jornada de atletismo promovida pela Organização Regional de Lisboa do PCP com vista à divulgação da Festa do «Avante!» e, contribuindo, naturalmente, para um reforço da promoção desportiva no País. A iniciativa está marcada para **23 de Junho**, como aqui referimos na semana anterior, e é aberta a atletas de todas as idades, embora não se aconselhe a jovens com menos de 16 anos este percurso de 21,95 quilómetros, ligando a Póvoa de S. Iria aos Restauradores, via Estrada Nacional n.º 10.

**Trabalhadores**

# Intensificação das lutas na Função Pública e noutros sectores dos Serviços

## ● Solidariedade contra os salários em atraso

Ao mesmo tempo que preparava uma muito ampla participação na jornada de terça-feira, o movimento sindical na Função Pública anunciava elevadas adesões às greves na **Informática da Segurança Social** (ver «Lutas e Tarefas»), entre os **trabalhadores das escolas** (60/70 por cento de adesão) e nos **serviços sociais universitários** (adesão superior a 90 por cento, em Lisboa, Porto e Coimbra). Nesses como em outros sectores está prevista a intensificação da luta por reivindicações específicas, relacionadas na sua maior parte com a melhoria das condições de trabalho e da qualidade do ensino.

O Secretariado da Direcção dos Sindicatos dos Trabalhadores das **Indústrias Química e Farmacéutica** salientava, por

seu turno, a elevada adesão (90 por cento) à greve de 24 horas na **Lusofane** (23 e 24/5) em luta pela recuperação da empresa e por um caderno reivindicativo.

Na **Cometna**, os metalúrgicos paravam no dia 30 (três horas por turno), também pela negociação de um caderno reivindicativo, e anunciavam nova paralisação para o dia 4.

Na **Petrogal**, as organizações representativas dos trabalhadores (ORTs), preparando a sua participação na jornada de terça-feira, convocavam plenários gerais em toda a empresa, onde se desenvolve, segundo a Federação sindical do sector, «**uma grande acção no sentido da revogação da proposta de lei do Governo 102/III** (lei das desnacionalizações), **pela anulação do projecto de desmante-**

**lamento da empresa, elaborado pelo Ministério da Indústria e Energia, e contra a aprovação do Pacote Laboral**» que teria «**graves consequências**» nessa empresa pública.

Além das adesões sectoriais, praticamente na totalidade da grande indústria, destaca-se a adesão no **comércio, escritórios e serviços** que, no fim da semana passada, tinha já convocada uma greve nacional para todo o segundo período de trabalho no **comércio automóvel**; uma greve também no sector crediário da **Livraria Bertrand**; e apresentação de pré-avisos no **comércio retalhista** dos distritos de Lisboa e de Évora, bem como no concelho da **Marinha Grande**. Destaque para o **sector alimentar e bebidas**: anunciadas paralisações e greves, incluindo as

conservas do Norte e de Vila Real de Santo António.

A Assembleia Geral de Delegados do Sindicato dos **Professores da Grande Lisboa** (SPGL) decidia, entretanto, recorrer novamente à **greve em 17 e 18 de Junho**, «caso, até lá, o Ministério da Educação não altere radicalmente a sua atitude quanto à negociação de soluções para os problemas» que levaram os professores à greve no passado dia 24. Aquela estrutura sindical reclama «a concretização pelo Ministério dos compromissos assumidos sobre a entrega de propostas e sua negociação», nomeadamente quanto «aos futuros enquadramentos de carreira», e exige a «abertura de negociações até 11 de Junho sobre os restantes problemas, com destaque para os que se re-

ferem à garantia de emprego e à qualidade da formação em exercício». O SPGL reclama ainda a «**negociação dos diplomas regulamentares sobre contratos dos professores não efectivos** e sobre a segunda fase do concurso de **professores provisórios**».

### Tribuna solidária com os sem salário

A luta que se desenvolve em empresas e sectores pelo pagamento dos salários em atraso, pela liquidação completa dessa chaga social, tem sido acompanhada por atitudes solidárias de vários movimentos de opinião pública, com a participação de elevado número de personalidades nacionais e estrangeiras. A mais recente acção nesse campo foi a **Tribuna de Solidarieda-**

de organizada no último fim-de-semana em Lisboa (cinema Promotora) por oito organizações de natureza diferente, com o objectivo de denunciar e combater os salários em atraso — prática que este Governo tem deixado prosseguir por ser parte integrante da sua política de despedimentos, desemprego e ruína do sector empresarial do Estado. Promoveram a sessão, que integrava juristas, deputados, dirigentes sindicais, jornalistas, professores e médicos, num total de 70 personalidades, a CGTP-IN, a Equipa Nacional da Liga Operária Católica (LOC), a URAP, MDM, União Coordenadora Nacional dos Organismos dos Deficientes, a Fenacoop (Federação das Cooperativas), a Associação dos Inquilinos Lisboenses e a Associação Portuguesa de Escritores.

## LUTAS E TAREFAS

● **Para o Ministério soarista só existem os conflitos sociais que «passam» na televisão** e, como por aqui os que passam são raríssimos, o «discurso» oficial sente-se perfeitamente à vontade para omitir centenas de greves, paralisações e acções de massas, que a paz do cemitério televisivo, ignora. Foi assim ainda no último «tempo de antena» do PS, onde a «paz social» vingou. Mas já não vinga, por exemplo, para a insuspeita Divisão de Sociologia do Ministério do Trabalho, nem para a não menos oficial Direcção-Geral das Relações Colectivas de Trabalho, dependente também do MT. A estas fontes, que o Governo certamente não vai desmentir, foi a Inter buscar uma relação das greves «oficialmente conhecidas» nos últimos dez anos. Segundo os números dessas fontes oficiais, «**o ano passado foi aquele em que se realizaram mais greves desde o 25 de Abril**, ultrapassando até — acrescenta a CGTP — os valores referidos para os anos de Governo AD». Aqui vai, por anos, a lista das greves que o Ministério soarista não vê: 1974 — 313 (de Abril a Dezembro); 1975 — 340; 1976 — 367; 1977 — 357; 1978 — 333; 1979 — 378; 1980 — 374; 1981 — 754; 1982 — 565; 1983 — 663 (este número refere-se a pré-avisos de greve); 1984 — 930 (total também dos pré-avisos, tendo-se concretizado 828). É este o panorama que a falhada «concertação social» se esforça por esconder, com dislates do género da «pouca conflitualidade» e da «acalmia social» PS/PSD.

● **Ibrahim Zakaria, secretário-geral da Federação Sindical Mundial, que acaba de visitar o nosso país, chefiando uma delegação a convite da CGTP-IN, disse em Lisboa que os salários em atraso são «um autêntico escândalo» e uma afronta aos «mais elementares direitos dos trabalhadores**». Referindo-se à solidariedade internacionalista, que considerou de primeira importância, o secretário-geral da FSM acrescentou que esta organização sindical alargará a sua «solidariedade para com os trabalhadores portugueses», nomeadamente aproveitando, de todas as formas possíveis, o estatuto consultivo de que dispõe na Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na ONU. Referindo-se ainda ao mesmo assunto, Ibrahim Zakaria salientou que a delegação da FSM será boa mensageira dos trabalhadores portugueses e que «à internacionalização da produção é necessário que os trabalhadores respondam com a internacionalização da solidariedade». Antes da partida da delegação da FSM

previa-se a assinatura de um protocolo de cooperação entre a Federação Sindical Mundial e a CGTP-IN que, como se sabe, não é filiada naquela Central, com sede em Praga. Em Outubro próximo, a FSM festeja o seu 40.º aniversário com um total de filiados muito próximo dos 260 milhões de trabalhadores.

● **Liquidação da CNP?** — Naturalmente preocupados com a mudança de «**todos os directores dos sectores vitais da empresa**», os trabalhadores da **Companhia Nacional de Petroquímica**, pertencente ao sector empresarial do Estado, receiam que se trate «de mais uma operação para colocar nos lugares-chave da empresa os homens de mão e de maior confiança do conselho de gerência e do Governo», que, segundo o Secretariado da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Química e Farmacéutica de Portugal, se preparam para «**novas ofensivas tendentes à liquidação da CNP**, cujo futuro o Governo deixou pendente para uma decisão final a tomar em finais deste ano, em função dos resultados que se venham a registar em 1985». A nota da Federação, datada de 28 de Maio findo, refere sobretudo a mudança do director comercial que, apesar da competência revelada «durante vários anos», se vê agora «**posto na prateleira**», integrado «num secretariado de informação para a gestão».

● **A secretária de Estado da Segurança Social, Leonor Beleza (PPD) foi inteiramente responsabilizada pelos quatro dias de greve, que os trabalhadores da Informática daquele sector da Função Pública efectuaram nos dias 27 a 30 de Maio findo, com uma adesão de 95 por cento**. A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, maioritária no sector, afirmou, ainda antes de iniciada a forma de luta, que a secretária de Estado da Segurança Social, além de fugir sistematicamente ao diálogo com as organizações representativas dos trabalhadores, não respeitou sequer o prazo de 30 dias «por si própria solicitado para satisfazer as reivindicações» que originaram a greve. Entre essas reivindicações destaca-se «a equiparação com outros trabalhadores da Informática da Função Pública». A disposição de continuar a luta mantinha-se terminada a greve que afectou seriamente o normal funcionamento dos serviços nos centros regionais e no Centro Nacional de Pensões, designadamente no que respeita ao pagamento de subsídios. A agravar-se a luta, pode ser afectado o pagamento das pensões.

## TAP, EPAC, Lisnave

# Forte oposição ao desmantelamento do sector público

A recente greve na **TAP**, as movimentações sindicais e as lutas que têm acompanhado o processo de desmantelamento da **EPAC** e a forte oposição com a qual tem deparado o Ministério soarista para levar a cabo os despedimentos colectivos na **Lisnave** e na **MDF** são factos bem sintomáticos da determinação organizada com que a política de desmantelamento do sector empresarial do Estado continua a deparar entre os trabalhadores visados.

Na **TAP**, na sequência da luta e da oposição gerada num curto período de tempo, o **regime sucedâneo** foi anulado; pelo menos os golpes mais graves contra os direitos e regalias constantes da contratação colectiva foram evitados. Continua a haver muita coisa que vai mal, ou pessimamente, na **TAP**, com esta política, este Governo e este conselho de gerência. Provou-se, no entanto, em mais um caso, que a luta dá resultados proveitosos e que, sem ela, o Governo não parará na sua es-

calada de submissão e entrega fraudulenta do património nacional aos grandes interesses privados.

Na **EPAC** - forte escândalo a que se deu o necessário relevo nas duas edições anteriores do «Avante!» — as organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) continuam a movimentar-se no sentido de evitar o pior: o desmantelamento e entrega da empresa ao grande capital particular, ligado às multinacionais e a outros interesses na mão de grandes intermediários e clientelas partidárias que actuam na importação de cereais, ramos de açúcar e oleaginosas. Caso continue a desafectação patrimonial, as ORTs convocarão uma greve na EPAC.

Na **MDF** (Metalúrgica Duarte Ferreira) os sindicatos e demais organizações representativas continuam a opor-se ao despedimento dos cerca de 400 trabalhadores suspensos, aos quais a administração se recusou a pagar os salários em Abril.

Entretanto, aqui, como na Lis-

nave, o Ministério soarista continua a distribuir fortes verbas: 3,5 milhões de contos para que o presidente do conselho de administração, José Manuel de Mello, possa «afastar trabalhadores da empresa com a condição de não pagar os salários» em atraso, afirmam as ORTs da Lisnave; na **MDF**, entregando também ao Duarte Ferreira umas centenas de milhares de contos com a mesma finalidade, enquanto que a suspensão dos 400 trabalhadores se mantém a par com a admissão de uns vinte contratados a prazo — talvez a primeira fornada para substituir trabalhadores efectivos e com largos anos de casa.

Tudo isto, sabendo perfeitamente o Governo como aqueles dois capitalistas têm descapitalizado a **Lisnave** e a **MDF**; como à custa de dinheiros para essas empresas têm criado ou adquirido outras, dispensado efectivos, congelado os salários, ou não os pagando pura e simplesmente. Que espera o Governo? Aplausos dos trabalhadores?

## Um acontecimento editorial

45 dias após a realização da Conferência Nacional do PCP sobre «**A Via de Desenvolvimento para Vencer a Crise**» (realizada em 30 e 31 de Março de 1985) a Editorial «Avante!» publica 2 volumes com 1628 págs.

edições  
**Avante!**  
Cada volume  
500\$00

- \* Intervenção de abertura (Carlos Costa) e Intervenção de encerramento (Alvaro Cunhal)
- \* 360 intervenções sectoriais produzidas em Plenário e nas Secções que abrangeram as grandes questões da economia nacional
- \* Documento-Base da Conferência
- \* Proclamação aprovada na Conferência



Nacional

# Acção nacional de protesto PROVADAS CONDIÇÕES PARA AVANÇAR

Os elementos recolhidos durante a acção nacional de protesto, promovida anteontem com êxito seguro pela CGTP-IN, confirmam de um modo geral as significativas adesões que, segundo o movimento sindical unitário, raramente terão atingido o volume registado desta vez.

A meio da tarde do dia 4, quando os primeiros desfiles se encaminhavam para São Bento e para outros locais da Grande Lisboa e do resto do País onde houve concentrações, a notícia formal do rompimento da coligação governamental confirmava o êxito das lutas diárias dos trabalhadores por todo o País. A própria diversidade das formas de acção a nível de empresa, sector de actividade e região, além de confirmar a capacidade inigualável de mobilização que caracteriza o movimento sindical unitário, expressa também como é possível avançar, se necessário, para novas acções de protesto e luta, se se mantiverem as razões objectivas que determinaram a acção nacional da passada terça-feira.

Assinale-se, no entanto, que um dos factores de êxito deste tipo de acções junto da opinião pública reside sempre da intervenção apagada, ou parcial, dos órgãos de comunicação, que se limitam a informar segundo os interesses contrários ao móbil da acção; e é desnecessário sublinhar, por mais que sabido, o papel de ocultação que desempenham rigorosamente os órgãos de comunicação social estatizados, sobretudo quando as acções de luta não têm em si mesmas as facetas espectaculares ou sensacionalistas que despertem um tipo de

informação virado frequentemente para o acessório e a evasão das realidades sociais. A mobilização e o índice elevado de participação nas lutas foi, ainda assim, um facto tão relevante que alguns dos seus resultados secundários (exemplo flagrante foi o dos grandes engarrafamentos nos acessos a Lisboa) tiveram que saltar para as primeiras páginas de alguma informação ainda não de todo entregue à «selecção» dos factos susceptíveis de agradar à classe dominante. Registe-se, no entanto, que, apesar da cortina de silêncio

que funciona sempre com este tipo de governos e de meios de comunicação de massas ao seu serviço, a acção nacional de protesto teve o alcance previsto, e justificou a elevadíssima adesão que durante toda a semana passada foi motivo de ampla divulgação por parte da CGTP-IN e das outras organizações representativas dos trabalhadores. Dentro dos limites desta curta nota, destaque-se, para já, o índice de participação superior na maioria dos casos a 80 (e algumas a 100) por cento nas primeiras horas de paralisação em grandes sectores,

empresas e oficinas, incluindo os transportes, onde os resultados da política dos últimos anos se faz sentir com mais gravidade, designadamente nos grandes sectores de actividade pertencentes ao sector empresarial do Estado; destaque-se também a significativa adesão às acções de rua (concentrações e manifestações) que acompanharam numerosas acções de esclarecimento e intervenção junto das populações, sensibilizando-as para os objectivos da acção nacional que, como se sabe, incidiram na luta «contra o

pacote laboral; pelo pagamento dos salários em atraso; contra os despedimentos e o desemprego; contra a lei das rendas de casa; contra a fome

e miséria; contra a corrupção, pela Reforma Agrária e as nacionalizações; por uma nova política e um novo Governo», como expressamente divulgou a CGTP-IN.



**Abraços, lágrimas, uma alegria exuberante e a imediata palavra de ordem «não parámos de lutar e a coligação foi ao ar», foi como a multidão que enchia por completo o largo de São Bento saudou o anúncio da ruptura da coligação governamental. Foi a confirmação, para os muitos milhares de trabalhadores que acorreram a esta concentração — uma das onze no distrito de Lisboa — de que vale sempre a pena lutar e de que só uma política que tenha em conta os interesses dos trabalhadores e do País tem condições para vingar, por muita repressão e atentados à liberdade que cometa. A alegria que transbordou do largo de São Bento foi também sinónimo de que «agora mais do que nunca a luta continua» porque todos «queremos Governo novo, com Abril, pelo Povo», porque «o povo não quer fascistas no poder».**



**Os trabalhadores realizaram mais de 40 concentrações, marchas e plenários regionais em todo o país**

## Hipocrisia e leviandade

Antero e Fontana chamados a «colaborar» com a UGT

Veio aqui parar um impresso que à primeira vista é impossível decifrar. É necessário conhecer por dentro as falsificações ideológicas do PS/UGT/PSD para encontrar algum significado nesse texto de doze linhas de máquina de escrever, que pretende ser nem mais nem menos do que um «programa de acção» de uma comissão de trabalhadores. Concorrendo às eleições de 29 de Maio findo para a CT do CNP (Centro Nacional de Pensões), local de trabalho em pleno centro de Lisboa com mais de mil trabalhadores, onze quadros administrativos e técnicos pedem aos que nas eleições anteriores os «honraram com a sua confiança» para continuarem a fazê-lo, elegendo-os para o biénio de 1985/86.

Se ficassem por aí, nada haveria a dizer; podia-se era estranhar que um «programa de acção» para dois anos contivesse apenas uma linha de texto, com 80/83 batidas de dactilografia normal a anteceder os nomes dos subscritores; mas a concisão é uma atitude estimável, e para «garantir» — como dizem — o «nosso (deles) empenhamento numa concertação social possível e necessária» toda a concisão serve; bastaria mais linha e meia, e estava arrumado o assunto. Mas não senhor: o impresso abre com um símbolo cheio de mãozinhas encimadas pela afirmação universal «Comissões de Trabalhadores Livres/Democráticas/Independentes» abraçadas à sigla CTs; e depois de explicar, no entender dos onze subscritores; o que é «por princípio» — advertem — uma comissão de trabalhadores, que «representa a opinião dos mesmos acerca dos problemas que lhes concernem», a lista concorrente, a propósito da «concertação social possível e necessária», promete, «não obstante as limitações impostas», uma «defesa intransigente dos interesses dos funcionários» do CNP... «norteadas» (não se percebe claramente no texto se o norte é o das comissões, se o das limitações) norteadas — dizem, enfim — «pelo exemplo moral que nos advém da prática doutrinária de um Antero ou de um José Fontana». E tudo fazem os onze candidatos derivar desse norte. Mas para onde aparece agora apontada a «bússola» histórica? Socialistas — admitamos — do século passado, Antero de Quental (1842-1891) e José Fontana (1841-1876) teriam mais uma razão para darem voltas nas respectivas sepulturas, se a hipocrisia «reformista» do tempo em que viveram não fosse mais que suficiente para não repousarem tranquilos. Mas metê-los na concertação social com a UGT, o seu Governo, a CIP, a CCP e a CAP é francamente demais. Vejam lá os onze subscritores da lista UGT se para o ano, com menos leviandade, em vez do Antero e do Fontana, arranjam outros patrocinadores mais à altura, mais concertados! Por exemplo, um Rodrigo da Fonseca, um Fontes Pereira de Melo, mesmo um Luciano, um Alpoim, um João Franco, uns Cabrais dos piores — concertadores assim, dos autênticos. Talvez nesse caso seja mais fácil decifrar as doze linhas do «programa de acção» da UGT e os onze subscritores do CNP obtenham mais votos em 1986/87.

## Desemparelham-se os paralelos da Carris

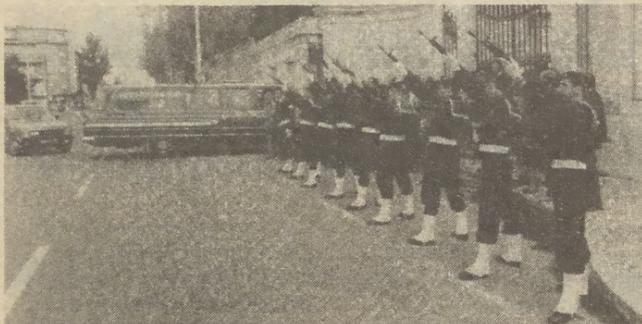
Significativa é a atitude da UGT sobre a acção nacional de protesto do dia 4. Três dias antes da jornada, dirigentes como António Janeiro (PS) continuavam a «badalar» a falta de «conflictualidade» das greves contra o seu Governo, ou o que dele existia nessa altura, e comportavam-se na Carris com a conhecida desorientação própria de quem não sabe o que quer. Um dos paralelos apelidado «Sima» tornava pública a sua adesão à greve do tráfego, mas logo outro concorrente, também da UGT, apelidado «Sintra», juntamente com o Janeiro do Sítio e da Fetese (escritórios/UGT), falando em nome dos filiados na Carris, negavam a pés juntos mesmo a existência da luta na empresa, decidida pelas organizações representativas dos trabalhadores unitários para anteontem. A paranóia conhecida por «acalmia social», que os próprios delegados e mesmo alguns dirigentes sindicais organizados dentro dos partidos do Ministério soarista confirmam constantemente por palavras, inclusivamente quando se deslocam à televisão, teria atingido a fase incurável, sobretudo com o «pacote laboral» do PPD Amândio de Azevedo, que tem servido para lançar a cisãnia mesmo dentro da organização «sócio-laboral» do PSD. Assim, não é de estranhar que duas excrescências mal emparelhadas do divisionismo na Carris tenham dado a nota mais audível dessa desorientação, que resulta evidentemente da cada vez maior distância a que os mentores do divisionismo se encontram dos trabalhadores e mesmo das organizações que dizem representar.



**Na Lisnave Setenave, Sorefame, Siderurgia Nacional e Parry and Son, como em muitas outras grandes empresas, os trabalhadores aderiram a 100 por cento**



## PCP



Honras militares para um marinheiro à entrada do carro funerário no cemitério



Centenas de camaradas e amigos acompanharam o funeral de João Faria Borda ao cemitério do Alto de S. João

## Honras militares no funeral de um revolucionário

Teve honras militares o funeral do camarada João Faria Borda, que no sábado se realizou no Cemitério do Alto de São João, em Lisboa.

À entrada do cemitério, quan-

do a urna passou, uma força da Marinha de Guerra Portuguesa disparou a salva de tiros da praxe. Centenas de amigos e camaradas aguardavam ali a chegada do funeral.

João Faria Borda faleceu no Hospital da Marinha, onde fora internado devido a problemas cardíacos súbitos. O corpo foi transferido, depois, para a casa mortuária da Igreja de Santo Condestável, em Campo de Ourique.

Neste local, prestaram-lhe homenagem muitos dos seus amigos e companheiros. Álvaro Cunhal, Joaquim Gomes e Sérgio Vilarigues, em representação do Comité Central do PCP, ali estiveram na tarde de sexta-feira passada.

No cemitério, a urna foi transportada ao ombro, sucessivamente pelos seus companheiros de desterro no Tarrafal, oficiais sargentos e praças da Armada, delegações da URAP, pela direcção desta organização, pelos membros da Assembleia de Freguesia e do Centro de Trabalho

do PCP de Santo Condestável e, por último, por membros do CC do PCP.

Entre as centenas de pessoas que acompanharam o funeral estavam os membros do CC do PCP, Sérgio Vilarigues, Carlos Brito, António Dias Lourenço, Aboim Inglês, Manuel Pedro, Georgete Ferreira e Severiano Falcão. Presentes, também o general Vasco Gonçalves, o tenente-coronel Vasco Lourenço, e ainda, pela direcção da URAP, o comandante Vasco da Costa Santos, Luísa Irene Dias Amado, Alcina Bastos e José Maria do Rosário, da qual João Faria Borda era presidente.

A vida e a luta deste camarada foi recordada, no elogio fúnebre, pelo comandante Vasco da Costa Santos, por Oliver Bártole, em nome de todos os compa-

## Só com a morte deixou de lutar

Nos traços frios de uma biografia dificilmente se dá a dimensão da vida de um homem. Dizer que João Faria Borda nasceu, em Alcobaça, a 18 de Novembro de 1912, e se alistou na Marinha de Guerra no início da década de 30, passando a ter um papel importante na organização da resistência ao fascismo é manifestamente pouco para quem, nos seus 73 anos de vida, nunca virou as costas à luta pela liberdade do Povo português.

Destacou-se na Organização Revolucionária da Armada (ORA) e teve participação importante na revolta dos marinheiros, em 8 de Setembro de 1936, insurreição que agitou o estuário do Tejo.

Não se furtando às responsabilidades, que teve na revolta, foi deportado pelo regime fascista para o campo de concentração do Tarrafal, regressando à Pátria só em 1952, com a saúde abalada. Mas não seria ainda a liberdade, pois cumpriu mais dois anos de prisão na Fortaleza de Peniche. Voltaria a ser preso, novamente, no ano de 1959, durante oito meses, mercê da sua actividade contra o regime fascista.

Contudo, só voltaria a ser um homem livre, a igual do que aconteceria com todos os seus compatriotas, a 25 de Abril de 1974, sem nunca ter esmorecido na luta que em todas as frentes se travava. Comunista desde a sua juventude, comunista se manteve até à última hora.

Após Abril, é reintegrado na Armada e promovido, após frequência de um curso, a sargento-ajudante.

Em 1984, é eleito presidente do Conselho Directivo da URAP, assumindo, após o falecimento de Manuel Alpedrinha, no fim desse mesmo ano, as funções de director do Boletim da URAP.

Morre subitamente no dia 30 de Maio de 1985. O funeral foi uma grande manifestação de pesar por parte de todos os que o conheciam.

(Ler também *Em Foco*)



Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e Joaquim Gomes e Sérgio Vilarigues, membros do Secretariado e da Comissão Política do CC, prestando a última homenagem ao camarada falecido

nheiros de Faria Borda no Tarrafal e na Armada e por Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP.

A urna ia coberta com as bandeiras do PCP e da URAP e

antes de descer à terra foi respeitado um minuto de silêncio. Numa última homenagem os presentes cantaram o Hino Nacional, o hino da Pátria pela qual João Faria Borda consagrou toda a sua vida.

## Poder Local

### Porto - 15 de Junho - um segundo olhar...

Num primeiro encontro, num primeiro olhar sobre a cidade - promovido pela APU no passado dia 23 de Março, com o valioso contributo e participação de mais de 200 destacados intelectuais e técnicos portuenses - concluiu-se que a cidade do Porto é, mais do que nunca, motivo de atenção da sua população, como centro singular, acumulação de memória e de história, cidade culturalmente única.

Pretende-se, agora, com este II Encontro, pôr em evidência, debater e detalhar os aspectos mais significativos da cidade, tendo presente que o facto essencial é a vivência humana da população portuense no seu quotidiano.

Olhar a cidade significa, pois, penetrar nas suas lutas e sedimentações históricas, redescobrir a sua cultura nos fragmentos da vida da comunidade, indagar as suas conexões com as actividades políticas e económicas, os seus diálogos com o rio e o mar, as suas instituições e as suas carências.

Para aprofundar as questões, para enquadrar os problemas de um modo mais orgânico e concreto, para permitir um olhar mais próximo da cidade, este Encontro organizar-se-á em sete espaços de debate que decorrerão em simultâneo, na casa de D. Hugo, no Porto.

No final dos debates realizar-se-á um jantar-convívio seguido de uma sessão cultural que constará da projecção de filmes alusivos à cidade do Porto, da leitura de poemas de autores portuenses e peças de música.

### Mãos limpas da APU

A propósito das graves calúnias proferidas recentemente em conferência da imprensa da secção PS de Braga, a Comissão Concelhia do PCP, em comunicado tornado público, declarou-se inteiramente solidária com a actuação do vereador comunista, Casais Batista, cuja actuação tem sido «caracterizada pela dignidade, isenção, seriedade e firmeza com que se tem batido na Câmara de Braga em defesa dos interesses do concelho e contra a corrupção, ilegalidades e abusos de poder que caracterizam a maioria absoluta do PS encabeçada por Mesquita Machado».

Acusando a direcção local do PS de ter vindo a público «cumprir um desonroso frete aos seus eleitores na Câmara de Braga depois destes, na última reunião, terem fracassado no lançamento da mesma calúnia» - o comunicado da Comissão Concelhia de Braga do PCP prossegue:

«Que a calúnia com que agora tentam inutilmente manchar

a dignidade e seriedade comprovadas do vereador da APU, deitando mão de falsidades e infâmias, apenas demonstra os baixos processos do grupo dirigente do PS local para encobrirem uma gestão manchada de ilegalidades e corrupção dos seus eleitos na Câmara de Braga, cuja denúncia e combate tem sido exactamente o vereador da APU a encabeçar. É que, se o vereador da APU tem as mãos limpas, o mesmo não pode dizer qualquer um dos vereadores socialistas.»

### Esclarecimentos aos trabalhadores

O Presidente da Câmara Municipal de Loures, Severiano Falcão, reuniu-se, no passado dia 23 de Maio, com os trabalhadores municipais, a fim de traçar uma panorâmica geral da gestão camarária e para desfazer um boato posto recentemente.

### Aos casteloidenses!

No sentido de divulgar as propostas e objectivos do Povo Unido para o concelho de Castelo de Vide - recorde-se que, nas últimas eleições, apenas por um voto, não foi eleito o vereador APU - vai realizar-se uma reunião, no próximo dia 15, um sábado, às 16 horas, no Centro de Traba-

lho Vitória, em Lisboa.

Para a reunião, promovida pela Comissão Eleitoral de Castelo de Vide, da APU, estão convidados os casteloidenses que residam nos distritos de Lisboa e de Setúbal.

Estarão presentes eleitos da APU na Assembleia Municipal de Castelo de Vide.

te a circular, segundo o qual os salários do mês passado não seriam pagos, por falta de aprovação de uma alteração orçamental necessária.

Ao dirigir-se aos trabalhadores, Severiano Falcão afirmou que tais boatos não passam de manobras que têm como objectivo desestabilizar a vida municipal. A melhor prova foi dada no dia seguinte, quando todos os trabalhadores receberam, como habitualmente, os seus vencimentos.

Na ocasião o Presidente da edilidade referiu ainda que, apesar das reduzidas verbas transferidas pelo poder central e do aumento de encargos, a actual situação económica do município é invejável e permite assegurar o pagamento regular e integral dos salários ao pessoal e o cumprimento de todos os compromissos para com fornecedores, decorrentes da grande actividade camarária.

O esclarecimento feito pelo Presidente da Câmara surgiu na sequência não só dos boatos postos a circular, como igualmente do facto de há cerca de um mês estar dependente de aprovação, na Câmara, uma alteração orçamental destinada a proceder ao pagamento de salários a cerca de 200 trabalhadores do quadro. Esta aprovação ainda não se verificou, uma vez que os vereadores do PS, PSD e CDS a têm inviabilizado desde que foi apresentada pela primeira vez.

### A ausência do presidente

Na véspera dos incidentes - Mário Soares levou-os a Setúbal no passado sábado, com a inauguração-fantochada de melhoramentos no hospital, desencadeando a repressão sobre os trabalhadores que se reuniram para protestar contra a presença do Primeiro-Ministro -, o presidente da Câmara de Setúbal tornou pública a sua intenção de não participar na cerimónia, «não obstante o alto significado de tais melhoramentos para o hospital».

«Na verdade», esclarecia Francisco Lobo, «não pode o presidente da Câmara tomar outra atitude perante o primeiro responsável por um Governo que conduz o País à degradação económica, social e moral.»

Recordando as chamadas de atenção para a grave situação que se vive no concelho, dirigidas a Mário Soares não só pela Câmara como pelo bispado e pelos sindicatos, atitudes que não modificaram a política seguida pelo Governo, que continuou a agravar a situação, diz a nota tornada pública:

«A ausência do presidente da Câmara naquela solenidade pretende assim manifestar o seu protesto pelo desprezo que o sr. Primeiro-Ministro tem manifestado por este concelho.»

### Abaixo-assinado em Machico

Perto de duas centenas e meia de assinaturas subscrevem um documento dirigido ao Governo Regional da Madeira - e com conhecimento à Assembleia Regional e à Câmara Municipal de Machico. Nesse documento, um numeroso grupo de cidadãos, residentes no sítio do Piquinho, freguesia de Machico, solicitam ao Governo Regional providências no sentido de estudar e resolver uma situação dramática. Com efeito, há vários meses que a população vê «com apreensão o escorregamento de terras, que já provocou a fissura acentuada de oito casas e, nos arredores de outras, e que a estrada se encontra danificada, preocupação essa que aumenta de dia para dia, se não forem tomadas medidas imediatas».

Assembleia da República

# Da lei dos autores sem direitos à lei dos direitos de autor

Por unanimidade, a Assembleia da República decidiu obrigar o Governo a suspender a aplicação do Código de Direitos de Autor e dos Direitos Conexos, cujo diploma baixará agora à subcomissão para lhe serem introduzidas as alterações consideradas necessárias, por consenso de todos os partidos. As alterações serão feitas num prazo de trinta dias. Nesta controversa iniciativa governamental procurava pôr-se em prática o regime censório que a Revolução de 25 de Abril abolira de imediato. Os partidos da coligação, ou melhor, os seus deputados, não tiveram a coragem, bem como os deputados do CDS, de adoptarem uma lei que violava frontalmente a liberdade estabelecida na Constituição.

Debalde o ministro da Cultura, Coimbra Martins, tentou fazer crer que não existiam as mínimas intenções censórias na lei que estava em discussão, nomeadamente no artigo 72.º, que estabelece que «os direitos reconhecidos ao autor não tolhem aos poderes constituídos a facilidade de permitir, restringir ou proibir a circulação, a representação ou a exposição de qualquer obra, quando o interesse público o exigir».

Também o fascismo fazia censura a pretexto do interesse público e como se via o interesse em causa era muito diferente do que a esmagadora maioria da população portuguesa considerava como seu interesse.

Na sessão plenária de sexta-feira passada como já vem sendo hábito o Governo não respondeu às questões mais polémicas que lhe foram colocadas. De parte ficou uma pergunta do Grupo Parlamentar comunista sobre o boicote do Governo à aquisição pela Rodoviária Nacional de autocarros à UTIC.

O Governo agora selecciona as perguntas e responde às que lhe interessam. Deste modo ficam por responder toda e qualquer questão que não lhes interesse.

Entretanto, os trabalhos da Assembleia da República foram suspensos na segunda-feira última em virtude do falecimento do deputado socialista Catanho de

Meneses, tendo os trabalhos começado na quarta-feira.

## Não aos subsídios para fins eleitoralistas

Pois é! O PCP é um desmancha-prazeres! Imagine-se que apresentou na AR um projecto de lei que visa contribuir para a urgente aprovação de medidas que ponham cobro ao escândalo da utilização ilegal e abusiva de dinheiros públicos para fins de apoio a apoiantes do Governo, em detrimento do interesse público.

Referindo o que se passa com a distribuição de dinheiros de todos nós (como se não bastasse a utilização descarada dos meios de comunicação social para a propaganda eleitoral), a iniciativa do PCP foca o escandaloso caso da gestão da Secretaria de Estado do Emprego sob a égide de Rui Amaral.

Mas vai mais longe. Ao divulgar a iniciativa revela-se que o favorecimento de interesses ligados aos processos eleitorais em preparação atingem hoje tal dimensão que o Ministério da Indústria não hesitou em anunciar a assinatura de um pacote de protocolos financeiros (um deles envolven-

do verba superior a 900 mil contos) com empresas ligadas a industriais que em Vale de Cambra manifestaram a sua confiança no Primeiro-Ministro».

Boa iniciativa, esta, caso venha a ser aprovada. Sim, porque isto de ser o Povo a pagar e o primeiro-ministro Mário Soares a fazer figura de benemérito, é coisa que deve agradar apenas à citada figura e aos que embolsam a massa.

## Menos verbas para 30 municípios

Este assunto focou o deputado comunista João Amaral, no passado dia 30 de Maio, ao revelar que 30 municípios distribuídos por doze distritos de todo o Continente recebem a título de Fundo de Equilíbrio Financeiro (excluídos os montantes para acção social escolar e transportes escolares) verbas que, em relação a 1984, representam acréscimos inferiores a dez por cento, isto em violação do disposto no artigo 59 da Lei Orçamental».

Estão nesta condição, entre outros, S. João da Madeira, Barrancos, Vila Velha de Ródão, Tabua, Peniche, Loures, Marvão,

Lousada, Torres Novas, Seixal, Cinfães e Lamego.

Na ocasião da aprovação da Lei do Orçamento, o próprio Governo se comprometia a atribuir a mesma verba de 1984, acrescida de uma percentagem de dez por cento. Sucede que nem todos os municípios estão a receber essa quantia, como denunciou João Amaral, que exigiu a reposição da legalidade.

## O que é bom para a CAP é bom para o Governo

Não é novidade nenhuma que o que é bom para a CAP é bom para este Governo PS/PSD. Agora que se perca o pudor e se peça parecer à CAP pela nomeação do responsável pela Rádio Santarém, dependente da RDP, é que já ultrapassa o imaginável.

Pois foi isto que sucedeu e que a bancada comunista fez constar de um requerimento ao presidente da Assembleia da República.

Conforme se refere, o procedimento da Comissão Administrativa da RDP é a todos os títulos estranho, uma vez que as disposições constitucionais e legais aplicáveis à nomeação de directores de órgãos de co-

municação social pertencentes a entidades públicas — como é o caso — não estão sujeitas a parecer ou «opinião» de entidades como a Associação de Agricultores do Ribatejo (filial na CAP), mas sim ao parecer do Conselho de Comunicação Social, conforme a Constituição da República, artigo 39.º e Lei n.º 23/83, de 6 de Setembro, artigo 5, alínea c).

Pelo começo se vê logo a isenção daquela rádio local dependente da RDP. É o pluralismo de que o PS e PSD tanto falaram.

## Crianças por um dia

Do Dia Mundial da Criança falou a deputada comunista Mariana Lanita. Falou da realidade cruel de um grande número de crianças do nosso País, cuja situação tem vindo a piorar nos últimos anos.

Os salários em atraso e o desemprego — disse — são dois factores essenciais de agravamento das condições de vida das famílias. Por isso mesmo quando se fala em crianças com fome vem-nos à memória os trabalhadores com salários em atraso.

Não foi para isto que fizemos o 25 de Abril — desabafou, — O Dia Mundial da Criança tem de ser comemorado todos os dias, sem excepção, com medidas e iniciativas concretas que dêem às crianças do nosso país aquilo a que elas têm direito: uma vida digna, uma infância e um futuro feliz!

Nacional

# «Portugal — Pátria de Abril» sábado no Porto

«Portugal — Pátria de Abril» é um fórum, um «espaço de reflexão e diálogo sobre o presente e o futuro da sociedade portuguesa» que se realiza este sábado no Salão Nobre da Faculdade de Ciências do Porto.

Promovida por diversas organizações, a esta iniciativa já aderiram numerosos intelectuais e artistas do Porto.

Ao promover o fórum «Portugal — Pátria de Abril», a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, o Cineclub do Porto, a Federação de Colectividades do Distrito do Porto, o FITEI, o Seiva Trupe, o TEP e o UNICEP, salientam que «o Dia de Camões evoca uma dignidade nacional que exige nos campos social, económico e cultural, a fixação de prioridades que tenham em conta as necessidades humanas correspondentes às melhores possibilidades actuais e que tenha em conta os recursos naturais (de solo, sub-solo, localização geográfica, rede hídrica e zona litoral disponível), numa perspectiva a longo prazo virada para o desenvolvimento independente do País».

Só assim, sublinham os promotores desta iniciativa, se poderá pôr termo «à subordinação da dinâmica produtiva interna a interesses de reduzidos grupos capitalistas que têm efectivamente tiranizado a vida portuguesa, estiolando a capacidade empresarial da indústria, arruinando a modernização da agricultura, asfixiando o comércio e travando o

desenvolvimento de sectores (autónomos ou oficiais) de investigação e outros serviços úteis».

No texto subscrito pelos promotores e apoiantes desta iniciativa, pode-se ler ainda que «Camões, como símbolo da incompreensão dos poderosos e dos exploradores, foi o nome mais invocado na Restauração de 1640, nas lutas liberais pela constitucionalidade e pela liberdade frente ao absolutismo e ao imperialismo, na propaganda republicana e em todo o ininterrupto processo ainda incompleto de lutas a favor da emancipação e do progresso da Nação, no âmbito político, económico, social e

cultural, cujo último marco militário é o 25 de Abril de 1974».

## Actividades culturais

Ainda sobre o lema «Portugal — Pátria de Abril» estão programadas, ao longo de Junho, diversas actividades culturais. Assim, estarão patentes ao público exposições de Manfred Reiter e Paulo Hernâni, serigrafias de Vieira da Silva e uma outra mostra de bibliografia sobre Camões.

Deste programa de actividades consta também a sessão de lançamento do Prémio AJHPL — «Meu Canto de Ainda» de Fernando Alvarenga — e da colectânea de homenagem a Rosália

de Castro. Haverá também uma série de debates sobre Fernando Pessoa e Aquilino Ribeiro.

Durante todo o mês decorrerá uma mostra de teatro em que participam os grupos Teatro Experimental do Porto, com os «Amores de D. Perlimplim» e o Seiva Trupe, com «Uma Família do Porto» e «Fidalgo Aprendiz».

Finalmente, será organizado um circuito de visitas, sob o lema «memória da história e da escrita», a estátuas de poetas e escritores, onde haverá leitura de textos e declamação de poesia. Estão também previstas visitas guiadas sobre «o Porto das grandes crises nacionais» e «o Porto da expansão».

# Desfile da juventude hoje no Porto

Hoje, a partir das 15 horas, os jovens do Porto vão desfilarem na baixa desta cidade para exigir que, neste Ano Internacional da Juventude, se dêem passos importantes para a efectiva resolução dos problemas da Juventude, o que passa necessariamente pela ampla participação dos jovens na vida económica, social e política do País.

Promovido por mais de uma centena de organizações e estruturas juvenis — desde associações de estudantes, a grupos pacifistas e colectividades —, «Porto Jovem» é uma iniciativa que, culminando com o desfile desta tarde,

vai fazer do Porto a capital da juventude, à semelhança do que aconteceu há duas semanas em Lisboa.

Já para ontem, e ainda no âmbito do «Porto Jovem», estava prevista a realização na baixa portuense de diversos espectáculos de teatro, música, mímica, ranchos e fanfarras.

A alegria e o humor da juventude vão estar uma vez mais na rua para exigir uma política que cumpra os objectivos do Ano Internacional da Juventude — «Paz, Participação, Desenvolvimento».

# Movimento juvenil reforça-se

## — salienta a Direcção Nacional da JCP

Segundo a Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa, «o movimento juvenil tem conhecido um reforço, sem precedentes nos últimos anos, com um papel importante das suas expressões organizadas tradicionais e com o aparecimento de novas expressões particularmente para a realização de acções concretas de debate-convívio, desportivas e culturais». Neste contexto, a realização de acções coordenadas entre as diversas estruturas constituem «um dado novo e positivo».

A contrastar com o salto qualitativo do movimento juvenil, está a actuação governamental que, para os jovens comunistas, é a «principal responsável pelo agravamento brutal dos problemas e da situação dos jovens portugueses», uma vez que promove o desemprego em massa, permite e anima o não pagamento dos salários em atraso, atenta contra as liberdades democráticas, revelando assim um total desprezo pela participação da juventude na vida nacional, o que contraria os objectivos do Ano Internacional da Juventude proclamado pela ONU em resolução que o Governo português subscreveu.

A Direcção Nacional da JCP, ao concluir ser positivo o trabalho preparatório do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, salienta a necessidade



de se intensificar e dinamizar a sua preparação.

## Apelo

Em conferência de imprensa realizada a semana passada, a Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa apelou à juventude para que, «com todo o seu entusiasmo e combatividade, se integre na poderosa corrente de luta do movimento popular, promovendo as mais diversas acções de protesto e luta nas empresas, nas escolas, nas localidades, concelhos e regiões, afirmando as ideias da participação, do desenvolvimento e da Paz, contribuindo pelas formas e acções que considere mais adequadas para a urgente demissão do Governo PS/PSD, pela dissolução da Assembleia da República e para a realização de eleições legislativas antecipadas».

## Internacional

## LÍBANO

# A paz não se consegue à custa dos palestinianos

Os campos de refugiados palestinianos no Líbano voltaram a ser palco nos últimos dias de terríveis confrontos armados, que se saldaram em novos e terríveis massacres. Balanços provisórios apontam para mais de um milhar de vítimas, entre mortos e feridos.

Desta vez, em Sabra, Chatila e Burj-Brajneh, os ataques contra os palestinianos não foram desencadeados por Israel nem pelas milícias falangistas, mas sim pelos combatentes do movimento libanês shiita Amal de Nabih Berri. Com o objectivo expresso de conseguir o controlo daqueles campos.

As dramáticas situações provocadas pelos massacres constituem uma reedição do pesadelo vivido em Sabra e Chatila aquando da invasão israelita. Têm, porém, agora, a agravante de se terem registado entre forças que já estiveram do mesmo lado da trincheira quando foi necessário lutar contra o invasor.

Compreender as causas que estão subjacentes a estes acontecimentos não é fácil. Porque os terríveis incidentes agora registados têm as suas raízes no passado, tal como será necessário remontar às origens do Líbano para encontrar razões para a luta permanente de facções entre os próprios libaneses.

A quase contínua guerra civil no Líbano nos últimos dez anos é atribuída muitas vezes a motivos religiosos. O carácter confessional do Líbano, que é um facto, serve no entanto para escamotear as verdadeiras razões políticas, económicas, sociais e ainda as influências externas da interminável crise libanesa.

De igual modo a atribuição aos palestinianos, que chegaram a constituir uma força económica e política determinante no país, da instabilidade no Líbano, cai pela base perante a situação actual. O governo não governa, o país continua dividido em sectores de influência dos diferentes grupos políticos, os confrontos armados sucedem-se, a econo-

mia degrada-se de forma cada vez mais caótica.

Mesmo os massacres agora registados nos campos de refugiados palestinianos que subsistem a sul e oeste de Beirute pouco ou nada têm a ver com potenciais perigos que aqueles representam. Mas talvez tenham



Líbano, a reedição dos massacres dos refugiados palestinianos

com a aplicação de estratégias políticas que são estranhas aos interesses do povo libanês.

## A solução não é a guerra

Cabe recordar que os confrontos iniciados no dia 19 de Maio não foram os primeiros entre o movimento shiita Amal e os palestinianos. O movimento Amal nunca escondeu a sua hostilida-

de à presença dos palestinianos armados no Líbano, por considerar que essa presença era um pretexto às intervenções israelitas, em particular no sul do país, onde a população shiita se encontra sempre entre as primeiras vítimas. Não deixa no entanto de ser curioso assinalar que, no Sul, as duas partes se batem conjuntamente contra os ataques sionistas.

De referir ainda que os sangrentos acontecimentos nos três campos de refugiados palestinia-

coisa com isso. Reacenderam-se ódios, aprofundaram-se divisões, avolumaram-se desconfianças em relação ao exército libanês, cuja presença junto dos campos continua por explicar. Mas que serve muito bem aos interesses norte-americanos e sionistas, que apostam no fracasso do projecto patriótico nacional libanês, de modo a transformar o Líbano se não num aliado obediente pelo menos súbmetido à sua zona de influência.

A experiência dos últimos

anos demonstrou bem que o Líbano não conseguirá o seu equilíbrio interno, a sua estabilidade, à custa do povo e da causa palestinianas. As soluções terão de ser encontradas no âmbito mais lato da resolução dos problemas do Médio Oriente, através do diálogo e não do confronto. Não o aceitar é persistir no erro que conduz ao extermínio mútuo, à perda de identidade e da independência.

Não se pode dizer que os libaneses tenham lucrado alguma

deflagração de diversas cargas explosivas, cortaram no passado dia 25 as comunicações ferroviárias entre os dois países.

De acordo com as autoridades moçambicanas, o local onde ocorreram as sabotagens é patrulado dos dois lados da fronteira, pelo que tudo aponta para que só com a cumplicidade sul-africana tenha sido possível levar a cabo tais operações.

Recorda-se que já em Abril último a linha férrea que liga o porto de Maputo à província do Transval tinha sido alvo de actos de sabotagem, tendo na ocasião sido assinalada a «coincidência» entre a destruição da linha e a autorização de Pretória ao envio pelos caminhos-de-ferro de um carregamento de carvão antes solicitado por Moçambique. Apesar de urgente, o pedido de fornecimento feito semanas antes só teve resposta escassas horas depois da linha estar interrompida. Um caso deveras curioso.

## Tensão na península coreana

A concentração de tropas sul-coreanas e de contingentes norte-americanos na linha de demarcação com a República Popular Democrática da Coreia (RPDC) está a provocar um aumento da tensão que se vive na península coreana, denunciou em Lisboa a embaixada daquele país.

O comunicado da RPDC afirma que a concentração de tropas começou a intensificar-se em Abril e que neste momento cerca de 80 a 90 por cento das forças sul-coreanas e norte-americanas presentes no território estão prontas para desencadear uma ofensiva a qualquer momento.

## O chamado «caso Antonov»

O julgamento das oito pessoas acusadas de cumplicidade na tentativa de assassinio do Papa João Paulo II, efectuada em Maio de 1981 pelo terrorista turco Ali Agca, começou no dia 27 do mês passado sob o signo das contradições, pese embora os esforços de uma certa imprensa (e de certa televisão...) para fazer renascer a paranóia da famosa «pista búlgara».

O caso agora em tribunal na capital italiana, e chamado por aqueles jornais e televisões como «caso Antonov» — nome do cidadão búlgaro e funcionário da embaixada do seu país em Roma implicado por Ali Agca no processo — fez correr rios de tinta nos últimos três anos, graças ao empenhamento de certos meios de comunicação ocidentais em provar que o atentado ao Papa resultou de um «complot dos serviços secretos búlgaros e soviéticos».

Acontece no entanto que o tempo jogou contra a chamada «pista búlgara», seguida com particular empenho pela jornalista norte-americana Claire Sterling, descobrindo-lhe os buracos, as ficções, as deliberadas mentiras, as conotações políticas mais obscuras, ao ponto de alguns jornais mais liberais de vários países chegarem a falar, em seu lugar, de pista da CIA.

É o caso do jornal italiano «La Repubblica», que entre as provas de colaboração de Ali Agca com a CIA refere uma carta que aquele enviou da prisão ao adido militar da embaixada dos EUA em Roma, dizendo-lhe que basta que me dê o sinal e faia. Se se tiver presente que o terrorista turco demorou ano e meio a recordar-se do «seu colaborador búlgaro Antonov», talvez se entenda melhor de que «sinal» se tratava...

Também o semanário «Die Zeit», de Hamburgo, dedicou larga atenção ao caso, pondo em relevo o jogo coordenado dos serviços secretos italianos e norte-americanos que, utilizando sobretudo determinados jornalistas anticomunistas, manipulou a opinião pública e proporcionou assim a todos os comentaristas conservadores de direita a pólvora para a histeria anticomunista.

Na sua análise o «Die Zeit» refere ainda a descoberta, em Itália, e quase em simultâneo com o atentado ao Papa, das ligações dos círculos do crime organizado com altas personalidades políticas italianas, as mesmas, curiosamente, que mais pugnam pela difusão da «pista búlgara».

## Um processo viciado

O «caso Antonov», que se baseia exclusivamente nas declarações de Ali Agca que decidiu agora assumir o papel de louco afirmando-se Jesus Cristo reincarnado e anunciando o fim do Mundo, provocou entretanto uma onda de protestos nos meios jurídicos internacionais.

O vice-secretário-geral da Associação Internacional de Juristas Democratas, professor Mazov, não hesita mesmo em afirmar que não existe uma abordagem objectiva por parte do juiz de instrução italiano, Martella, no que respeita à avaliação das declarações da testemunha Agca.

Considera aquele jurista, professor de Direito Internacional, que nos documentos da investigação judicial que foram elaborados pelo juiz Martella e apresentados ao tribunal, documentos que somam 1243 páginas, não existem quaisquer provas directas da culpabilidade de Antonov, existindo, em contrapartida, muitos raciocínios, conjecturas, hipóteses e deduções do juiz de instrução. Por outras palavras, não há um único facto concreto.

## A cruzada

Além disso, diz ainda o professor Mazov, o responsável pelo processo fez, contra todas as normas elementares de preparação de materiais de investigação judicial, várias declarações aos órgãos de informação, afirmando que tinha havido participação do cidadão búlgaro Antonov no caso do atentado contra o Papa João Paulo II. Trata-se de uma violação grosseira de um dos princípios básicos do Direito Penal — o princípio da presunção de inocência de uma pessoa que ainda se encontra submetida a um processo de investigação judicial. Apenas o tribunal pode decidir se Antonov é ou não culpado e nunca o juiz de instrução.

Muitos outros juristas têm chamado à atenção para estas questões, bem como para o facto de Agca ter modificado várias vezes as suas declarações.

Também o Comité Soviético de Defesa de Antonov, recentemente criado, tomou posição contra a forma como está a decorrer o julgamento, acusando a Justiça italiana de ideias pré-concebidas face aos cidadãos búlgaros, de violar várias normas jurídicas e internacionais e da inconsistência «de jure» e de facto das acusações.

Segundo aquele Comité, a atmosfera na qual decorre o processo de Roma mostra a baliza dos métodos utilizados pela reacção imperialista para acentuar a confrontação entre os dois sistemas sociopolíticos do mundo contemporâneo, para substituir a guerra ideológica na cena internacional por uma verdadeira guerra psicológica, que o imperialismo desenvolve no quadro da sua «cruzada» contra o socialismo.

## Nova ordem informativa

A revista senegalesa «Le Citoyen» divulgou recentemente um estudo alertando para o monopólio da informação que as agências noticiosas e a imprensa ocidentais detêm nos países em vias de desenvolvimento. É o que se passa nos países da África Negra onde vive 9,9% da população mundial, mas onde apenas se imprime um centésimo de todos os jornais diários.

Fazendo notar que a cobertura dos acontecimentos nos países em vias de desenvolvimento é feita de uma forma geral com deturpações e com o objectivo de impor a propaganda de valores estranhos, a revista conclui: **só o estabelecimento de uma nova ordem informativa internacional justa poderá acabar com o domínio da produção dos meios ocidentais de informação e propaganda na imprensa, rádio e televisão dos países em vias de desenvolvimento.**

Nesse sentido, é destacado o papel da Unesco que, em 1980, aprovou o programa internacional de desenvolvimento das comunicações, do Pool das agências noticiosas dos países não-alinhados, da agência noticiosa Pan-Africana (PANA) e das agências noticiosas nacionais na luta pelo estabelecimento de uma nova ordem económica internacional. Este um dos motivos, de resto, que levaram à saída dos EUA daquela organização.

## Sabotagem em Moçambique

A destruição de uma ponte situada a quatro quilómetros da fronteira entre Moçambique e a África do Sul, provocada pela

Proletários de todos os países: UNI-VOS!



# O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Internacional

GENEVBRA

# O diálogo necessário

A cadeia de televisão norte-americana «ABC» anunciou a decisão de transmitir hoje uma reportagem de três horas sobre os custos e erros da indústria nuclear norte-americana, abordando o problema da utilização da energia atómica nas suas vertentes militar e civil. Desconhecendo-se embora o conteúdo daquela reportagem, que entre outros itens anuncia a abordagem de questões como a segurança das centrais nucleares, a corrida aos armamentos e o projecto de «guerra das estrelas» da administração Reagan, a sua apresentação numa altura em que em Genebra as negociações americano-soviéticas ameaçam cair num impasse pode ser de algum modo reveladora do interesse que a questão suscita nos próprios norte-americanos.

Na verdade as preocupações quanto aos resultados de Genebra acumulam-se. Enquanto o dirigente soviético Mikhail Gorbachov insiste na proposta de moratória das armas nucleares e espaciais, Reagan afirma, em entrevista ao «New York Times», ter recomendado inflexibilidade aos seus representantes em Genebra, por considerar que a URSS endureceu as suas posições.

É difícil deixar de ter a sensação de se estar perante um diálogo de surdos, em que uma das partes — a americana — exige da outra a apresentação de novas propostas, recusando-se a ouvir as que são apresentadas.

A moratória proposta por Gorbachov, reafirmada no passado fim-se-semana durante a visita à URSS do presidente da Checos-

lováquia, Gustav Husak, permitiria segundo o dirigente soviético que, no prazo de um ou dois meses, norte-americanos e soviéticos apresentassem propostas práticas sobre todas as questões em ponderação.

Na estreita paridade de forças existentes na actualidade, disse Gorbachov, uma moratória nas armas nucleares e espaciais não daria vantagem a qualquer das partes, mas ajudaria a encontrar um princípio de igualdade e segurança.

Condicionando a proposta à eliminação prévia das armas «especiais de ataque», o dirigente soviético salientou que entre as propostas a apresentar durante a vigência da moratória se incluiriam os níveis a que a URSS e os EUA estariam dispostos a reduzir os seus arma-

mentos ofensivos e estratégicos. Como prova da boa vontade soviética a URSS anunciou estar disposta a permitir que os EUA fiscalizem os mísseis «SS-20» instalados na parte asiática do país, de modo a ter a garantia de que os mesmos não serão transferidos para a região europeia do território soviético.

A resposta de Washington, pelo menos a nível público, foi a recomendação de inflexibilidade nas negociações de Genebra!

## A preocupação cresce

Como repetidamente se tem dito, a defesa da paz é uma questão que respeita a todos. Por isso cresce em todo o mundo a preocupação para com a irresponsabilidade norte-americana, que para levar a cabo os seus planos está a pôr a humanidade à beira de um perigo terrível.

A China divulgou recentemente um apelo à comunidade internacional para que se mobilize contra o projecto Reagan de «guerra das estrelas», ao mesmo tempo que alertava para a inevitável escalada da corrida aos armamentos se tal projecto se vier a concretizar, o fracasso das negociações de Genebra sobre desarmamento e o aumento

dos perigos de uma guerra nuclear.

Como se afirmava num recente editorial do «Pravda», é preciso escolher, ou a via da corrida aos armamentos e do aumento da ameaça de guerra, ou a do reforço da segurança e da paz.

É neste momento decisivo, nesta hora de escolha, que a opinião pública internacional tem de se mobilizar para fazer sentir a Reagan, como referia o «Pravda», que mesmo o melhor cowboy não pode montar por muito tempo dois cavalos simultaneamente, sobretudo se estes forem em direcções diferentes.

## O perigo é real

As declarações pacíficas da administração Reagan podem enganar muita gente, pelo menos durante algum tempo, quanto mais não seja pelo desejo de que correspondam à verdade, pela humana necessidade de tranquilidade, de esperar o melhor. Mas para que tal desejo se converta em realidade cabe às forças progressistas alertar para a verdade, para os perigos existentes, pois a possibilidade de uma guerra nuclear nunca esteve tão próxima.

Há que parar e ponderar um pouco quando em Washington o



Ajuda tu também a defender a paz

conselheiro de Reagan para os assuntos de desarmamento (?), Paul Nitze, declara publicamente que os EUA desejam rever os acordos de 1972 sobre mísseis antibalísticos, para abrir caminho ao projecto de «Iniciativa de Defesa Estratégica», de militarização do espaço.

Há que ter a lucidez suficiente para reconhecer, como afirmou o cientista soviético Evgueni Velikhov, vice-presidente da Academia das Ciências da URSS, que o sistema de choque com elementos de estacionamento es-

paçal (que os americanos se propõem construir), sendo extremamente complicado, não pode ser experimentado em condições reais, pelo que não garante a segurança absoluta.

Sabendo isso, o facto dos estrategos norte-americanos insistirem na realização deste projecto mostra que os EUA estão interessados não na defesa, mas na criação de novos meios para poder aplicar o primeiro golpe nuclear.

É isso que se torna imperativo evitar.

# A paranóia americana contra a Nicarágua

O presidente dos EUA anda amargurado, sofre de sentimentos de frustração, dá murros nas mesas e chora nos ombros dos seus mais íntimos colaboradores as restrições que lhe são impostas pelo Congresso na hora de dispor dos fundos da União.

É pelo menos o que afirma o porta-voz da Casa Branca, Larry Speakes, que confidenciou aos jornalistas a vontade do presidente em ir até ao fim no apoio aos contra-revolucionários nicaraguenses, pese embora a habilidade que o Congresso manifesta, na sua opinião, para lhe atar as mãos e impedi-lo de dirigir a política externa dos Estados Unidos.

Se era esta a disposição de Reagan há umas semanas atrás quando, para curar a raiva sentida pela recusa de 14 milhões de dólares para os anti-sandinistas, negociava com os republicanos do Senado e do Congresso a inclusão no orçamento para 1986 de uma verba de 42 milhões de dólares para o mesmo fim, imagine-se como não se sentirá agora que a Câmara dos Representantes decidiu adoptar um projecto de orçamento que congela as despesas militares para o próximo ano fiscal!

Parece na verdade que o segundo mandato de Reagan, cuja reeleição deu azo a tantas loas que bem merecem o apodo de americanices, não só começou mal como segue de mal a pior.

Só no final do mês a administração Reagan sofreu duas im-

portantes derrotas. No Senado, que decidiu reduzir a 50 o número de mísseis «MX» a construir quando a proposta era de uma centena; e no Congresso, onde para além do congelamento do orçamento militar o projecto aprovado pelos congressistas prevê uma redução de 56 mil milhões de dólares no défice orçamental norte-americano sem para tal recorrer, como pretendia Reagan, a reduções nas pensões sociais.

É claro que os debates ainda não terminaram, já que o projecto de orçamento aprovado pelo Senado, onde os republicanos são maioritários, difere do aprovado pelo Congresso, onde os mesmos estão em minoria. Mas num primeiro balanço não há dúvida de que o inquilino da Casa Branca está a perder.

## E os malandros dos aliados

No que toca à Nicarágua as frustrações de Reagan são como as cerejas. Nada lhe é poupado.

Primeiro foram os malandros dos parceiros europeus que condenaram o boicote económico e que uns a seguir aos outros,

com a modestíssima excepção da «dama de ferro», foram garantindo aos sandinistas as alternativas necessárias o que, aliado à acção dos países do bloco socialista, aligeira bastante o impacto das sanções norte-americanas.

Verdade seja dita que o prestimoso Henry Kissinger saiu a terreiro em defesa dos brios dos EUA, clamando pela adopção de medidas contra os países que tentem tirar vantagens do embargo económico contra a Nicarágua.

Para sermos eficazes, disse Kissinger, quando impomos um embargo a um país devemos também impor sanções aos países que não respeitem o embargo. É caso para pensar que o antigo secretário de Estado de Nixon e conselheiro especial de Reagan está a perder a noção das conveniências. Na verdade, sabe-se como os próprios empresários norte-americanos reagem mal às sanções ditadas pelos interesses políticos, dado que em termos económicos os efeitos negativos são sempre mútuos. Imagine-se agora o que seria azedar relações comerciais com a França, a RFA, a Espanha e por aí fora!

## O isolamento de Reagan

No fundo, o que preocupa de facto Washington é a crescente inutilidade das suas medidas de

boicote contra Estados soberanos, provocada pelo não-alinhamento dos aliados europeus às palavras de ordem políticas norte-americanas. O que, não sendo ainda a afirmação de independência que seria desejável por parte dos países da Europa, é pelo menos um sintoma positiva na sua direcção. Um sintoma a que não é estranha, de resto, a grave situação económica internacional, pouco propícia a rasgos aventureiristas quando o que está em causa é a possibilidade de realizar transacções mutuamente vantajosas, quer isso agrade ou não aos EUA.

Assim, os esforços da admi-

nistração Reagan desdobram-se em várias frentes, tocando por vezes o ridículo. Sempre tendo em vista convencer o Congresso da «necessidade» de apoiar os contra-revolucionários nicaraguenses, agita-se cada vez mais o espantoso da ameaça que a Nicarágua representa para a «mais poderosa nação do mundo».

Enquanto os seus assessores não se lembram de coisa melhor, Reagan avança com o anúncio de um provável «êxodo» de latino-americanos que estariam prestes a invadir o sul dos EUA, para fugir aos comunistas. Catapum, catapum, catapum! E,

coincidência das coincidências, menos de uma semana depois do alerta reaganimo, eis que das Honduras surge o anúncio dum êxodo em preparação, envolvendo milhares de pessoas, dispostas segundo o chefe do grupo reaccionário «Misura» a atravessar vales, montanhas e rios para chegar à pátria da liberdade, à América!

Onde pode chegar a paranóia anticomunista de um chefe de Estado isolado pela sua própria política. Seria para rir se por detrás de tudo isto não estivessem os interesses do imperialismo disposto a tudo para sobreviver, apesar de se saber condenado.

# Eleições na Grécia

As eleições gerais realizadas no passado domingo na Grécia saldaram-se por uma vitória do Partido Socialista Pan-Helénico (Pasok) do primeiro-ministro Andreas Papandreu, que conquistou a maioria absoluta elegendo 161 dos 300 deputados do parlamento.

As eleições gregas, que segundo a tradição se realizaram de sol a sol, registaram uma das maiores afluências de sempre. Os cerca de 7,7 milhões de eleitores votaram em 14 738 assembleias de voto instaladas nos 56 distritos eleitorais.

No escrutínio estavam em disputa directa 288 lugares no parlamento, já que segundo o regime eleitoral em vigor os doze restantes para o total de trezentos são os chamados «deputados do Estado», atribuídos de acordo com o número de votos de cada partido em todo o país.

O segundo partido mais votado foi o da «Nova Democracia», de direita, dirigido por Constantino Mitsotakis, que elegeu 125 deputados. O Partido Comunista da Grécia (KKE), o terceiro em representação parlamentar, ficou

por seu turno com treze representantes.

Recorda-se a propósito que o KKE afirmou, antes de serem conhecidos os resultados eleitorais, estar disposto a apoiar o Pasok na formação do futuro governo, caso este não obtivesse a maioria absoluta.

De acordo com as primeiras declarações de Andreas Papandreu, o povo grego não se limitou a dizer sim ou não à política do seu governo, mas manifestou com o seu voto o apoio ao governo de mudança que lidera.

## Internacional

# Angola desmascara terrorismo de Estado da África do Sul

No dia 21 de Maio de 1985, cerca das 17.30 h, uma patrulha das FAPLA surpreendeu na zona de Malongo, na província de Cabinda, um grupo de 9 elementos armados que se verificou posteriormente tratar-se de um «comando» sul-africano.

O referido «comando», segundo elementos na posse do governo angolano, tinha como objectivo a sabotagem do complexo petrolífero da Cabinda Gulf Oil C., em Malongo, devendo no entanto deixar no local material de propaganda suficiente para que a acção fosse imputada ao grupo fantoche da Unita.

Assim começava a declaração divulgada no fim do mês pelo Ministério das Relações Exteriores da República Popular de Angola, na sequência do abortado plano de sabotagem de Malongo tentado pela África do Sul.

Apanhado com a boca na botija, como costuma dizer-se, o «comando» racista forneceu a Angola uma das suas mais importantes provas na sua luta pelo desmascaramento da política agressiva da África do Sul. Para além do diverso material de guerra apreendido, as forças armadas angolanas eliminaram dois soldados do exército sul-africano e capturaram o oficial que comandava a operação, o capitão Mynand Petrus Du Toit.

Que dizer agora das propaladas intenções de paz de que Pretória tem feito tanto alarde, desde que no ano passado deci-



diu propor negociações com Angola e Moçambique?

As primeiras tentativas por parte das autoridades racistas em fazer crer que o comando apanhado em flagrante se encontrava em missão de espionagem contra bases do Congresso Nacional Africano (ANC) e da Swapo, nem chegaram a merecer eco nos comentários internacionais. Primeiro porque se torna difícil aceitar a existência de tais missões a mais de dois mil quilómetros da fronteira com a Namíbia; depois, porque as próprias declarações do capitão sul-africano capturado puseram a nu toda a verdade da operação.

Em conferência de Imprensa realizada em Luanda, a que assistiu o corpo diplomático creditado em Angola, Du Toit foi claro em afirmar que o objectivo da acção que o levou a Cabinda foi a destruição dos tanques de armazenamento de petróleo da Cabinda Gulf Oil. E ainda no relato que fez de outras acções de sabotagem em que participou quer em Angola quer em Moçambique, bem como na utilização de propaganda da Unita usada na maioria das operações, para dar a impressão de uma intensa actividade daquele grupo fantoche.

## Situação incómoda

Trata-se, como é fácil de entender, de uma situação incómoda tanto para a África do Sul como para os seus aliados mais ou menos discretos.

Com o desmascaramento da acção da Malongo ficou provado que a África do Sul, longe de estar interessada num diálogo que possa conduzir à pacificação na



As FAPLA estão alerta pela defesa da revolução

região, aposta forte no terrorismo de Estado na esperança de conseguir liquidar a revolução angolana.

E se é verdade que de Londres, Lisboa ou Washington não se ouviram, a nível oficial, mais do que uns débeis «deploramos», não é menos verdade que nem os governos mais complacentes com a política de Botha deixaram de se sentir incomodados com o sucedido. Como se dizia num comentário da Anop a estes acontecimentos, parece, de alguma forma, haver consciência nos países ocidentais de que a estratégia da confrontação militar abraçada por Pretória fecha uma a uma as portas da paz e ameaça os seus interesses na região.

Uma ameaça que poderá vir a agravar-se, tendo em conta a arrogância com que os responsáveis racistas pretendem agora exigir de Angola o repatriamento dos soldados mortos e do oficial prisioneiro. Como se, refere a Angop, depois de violentada na sua integridade territorial Angola ainda devesse pedir desculpas à África do Sul por se ter defendido.

## Os EUA lavam as mãos

Para quem, como a administração Reagan, se tem empenhado tanto a defender a política de engajamento dito construtivo com o regime de apartheid sul-africano, os acontecimentos de Malongo constituem uma situação deveras embaraçosa.

Entre outras razões porque, se o comando sul-africano tem conseguido levar a cabo a sua acção de sabotagem, tal implicaria não apenas a destruição de uma companhia em que os EUA têm interesses, como ainda a quase certa destruição das residências dos trabalhadores próximas do local; entre os quais se contam 118 norte-americanos (além dos 811 angolanos e 170 outros de diversas nacionalidades).

Talvez por isso os EUA, especialistas em encontrar «soluções» para as dificuldades diplomáticas próprias e dos seus aliados, optaram neste caso pelo silêncio, pelo lavar de mãos de quem nada quer ter com o assunto, deixando o seu preferencial aliado na África Austral a desenvencilhar-se sozinho da teia em que se envolveu.

# Olof Palme defende cancelamento das dívidas

A posição defendida pelo presidente cubano, Fidel Castro, sobre a inviabilidade da generalidade dos países do Terceiro Mundo pagarem a sua dívida externa, e da necessidade urgente de se incrementar uma nova ordem económica internacional, foi retomada no passado fim-de-semana pelo primeiro-ministro sueco, Olof Palme.

Entrevistado como o dirigente cubano pelo jornal mexicano «Excelsior», o prestigiado dirigente da Internacional Socialista defendeu que devem ser canceladas todas as dívidas dos países em circunstâncias desesperadas.

É realmente monstruoso, afirmou Olof Palme, o dano que se causa aos países devedores ao obrigá-los a investir quase todos os seus rendimentos no pagamento das dívidas externas. Todo o dinheiro do mundo, frisou, está a ser desviado para pagar o défice orçamental dos Estados Unidos.

Os dados desviados pelo go-

verno norte-americano na sexta-feira são bem a confirmação daquele facto. Segundo os números oficiais, a balança comercial dos EUA apresentou em Abril o défice recorde de 11 850 milhões de dólares, o que significa que o défice total acumulado este ano é já de 44 600 milhões de dólares, mais 2600 milhões do que o registado o ano passado em igual período.

Recorda-se que a balança comercial norte-americana fechou o ano fiscal de 1984 com um défice de 123 300 milhões de dólares!

A questão que neste momento se coloca com uma acuidade

cada vez maior é a impossibilidade de forçar os restantes países a arcarem com o peso de tal défice.

Como disse Olof Palme, recordando que a Suécia optou por cancelar o pagamento das dívidas das nações em situação mais desesperada, a escalada da dívida e o pagamento dos seus juros é imparável, a não ser que se efectuem alterações radicais na situação económica mundial.

O cancelamento das dívidas é um passo, mas só por si não resolverá grande coisa. O que se impõe é o repensar das relações económicas internacionais, numa base justa e de respeito entre os povos, virada para o aproveitamento dos recursos e tecnologias para o bem-estar da humanidade. O que pode parecer ainda um sonho, mas que mobiliza cada vez mais povos em todo o mundo.

## O objectivo da sabotagem

A exploração do petróleo é a actividade por excelência de Cabinda, a província mais ao norte da República Popular de Angola.

Na zona visada pela sabotagem sul-africana encontram-se, associadas num contrato de partilha de produção, as companhias Sonangol (51%) e Gulf Oil (49%), que produzem actualmente entre 170 mil a 180 mil barris de petróleo diários, prevendo-se que seja atingida, até finais do ano, a cifra de 200 mil barris.

Foi em 1962 que o governo português, então instalado em Angola, assinou com a Gulf Oil o primeiro contrato de exploração dos jazigos de petróleo de Cabinda.

A concessão tem uma superfície de 10 116 quilómetros quadrados, sendo um terço constituído por uma zona terrestre e o restante por uma área marítima, que se estende até aos 200 metros.

A Cabinda Gulf Oil era, já antes da independência, o principal produtor de petróleo em Angola. Ela conserva, em regime de concessão de pesquisa e produção, a totalidade da parte marítima, onde estão situadas todas as estruturas de exploração.

Para além disso existe, em terra, a base petrolífera de Malongo, o principal alvo da tentativa de sabotagem pelo comando sul-africano.

Em Malongo estão localizadas instalações de armazenamento constituídas por reservatórios com a capacidade de 1675 mil barris de petróleo bruto que, depois de tarado, é enviado através de oleodutos para o terminal de carregamento, a 14 quilómetros da costa.

Da base de Malongo fazem também parte duas refinarias que tratam cerca de 1300 barris por dia e fabricam gasóleo e Jet-B.

A importância estratégica de Malongo, que os sul-africanos pretendiam destruir para atingir a economia angolana, pode ser ilustrada pelos possíveis prejuízos materiais que se iriam registar, avaliados em mais de 500 milhões de dólares, para além das vidas humanas.

«Mais do que a falência do corporativismo, a influência do Partido Comunista no seio das massas assusta os homens do Estado Corporativo; são os dirigentes dos sindicatos nacionais que o manifestam, quando falam a Salazar "da propaganda intensíssima do comunismo desenvolvida dentro delas, e que no momento presente encontra facilíssima aceitação"; ou quando dizem que os comunistas "em vagas cerradas e cada vez mais numerosas e intensas vão fazendo a sua ofensiva; ganhando terreno de forma assustadora, dentro daqueles que passam a vida a trabalhar" ou o conspícuo "Diário de Notícias" quando fala das "nocivas propagandas" que agravam o mal-estar da classe trabalhadora...

«Esta desorientação do fascismo nacional perante a vontade de lutar dos trabalhadores, esta ideia crescente entre os opressores do povo, de que a exploração desenfreada e lavradaz dos trabalhadores pelos grémios e consórcios fascistas não pode prolongar-se indefinidamente, e leva os "rolões" e as direcções dos sindicatos nacionais e os grémios a uma divisão de opiniões em volta da política corporativista de Salazar e da anunciada manifestação "ao chefe"»

(«Para a Frente Pelo Aumento dos Salários» — «Avante!», VI Série, n.º 11, Junho de 1942)



«O Presidium do Comité Executivo da gloriosa Internacional Comunista acaba de tomar uma decisão histórica: a dissolução da Internacional Comunista como centro dirigente do movimento operário internacional. Essa decisão, que é submetida às Secções da Internacional, liberta as secções das obrigações dos Estatutos e das decisões dos Congressos da Internacional.

«O Presidium do CE da Internacional Comunista apela para todos os comunistas do mundo para que concentrem todos os seus esforços na participação activa na guerra de libertação dos povos e Estados da coligação anti-hitleriana, para a mais rápida derrota do mais cruel inimigo dos trabalhadores — o fascismo alemão, os seus aliados e vassallos.»

(...) «O Partido Comunista Português (S. P. I. C.), permanecendo fiel aos princípios do marxismo-leninismo, aos princípios do internacionalismo proletário, saúda esta decisão histórica, convicto de que ela corresponde aos interesses do movimento operário internacional, aos interesses da Humanidade avançada e progressiva. O Partido Comunista Português, que está elaborando uma carta ao Comité Executivo da Internacional (que tornará pública) continuará na vanguarda do proletariado e das massas trabalhadoras portuguesas e lutará com acrescido vigor pela formação dum amplo movimento de Unidade Nacional, de todos os antifascistas e patriotas, para o derrubamento do governo traidor pró-hitleriano de Salazar e pela instauração de um governo democrático de Unidade Nacional.»

(«Decisão Histórica do Presidium do Comité Executivo da Internacional Comunista» — «Avante!», VI Série, n.º 33, Junho de 1943)



«O campesinato do grande Alentejo — esse leão até há pouco adormecido — acordou para o combate. Os trabalhadores rurais do Alentejo acabam de travar mais uma grande batalha vitoriosa contra a exploração salazarista. Em Montemor, Portel e Lavre, os camponeses e camponesas declararam-se em greve e, resistindo à brutal repressão fascista, conseguiram um grande aumento geral de salários e o fornecimento de géneros. Esta nova luta mostra que as vastas massas dos camponeses alentejanos estão entrando decididamente na luta nacional antifascista. A entrada no campo da luta do grande peso do campesinato alentejano representa um extraordinário fortalecimento do movimento de União Nacional Antifascista. É necessário que as lutas camponesas pelo Pão e pela Liberdade se estendam a todo o grande Alentejo. Que a terra alentejana trema debaixo dos pés dos exploradores e opressores fascistas.»

(«Os Camponeses do Alentejo Entram Decididamente na Luta Nacional Antifascista» — «Avante!», VI Série, n.º 73, 2.ª Quinzena de Junho de 1945)

## CÓDIGO DO DIREITO DE AUTOR

# A LIÇÃO DE UM DEBATE

artigo 42.º da Constituição da República inscreve, na liberdade de criação cultural, a «protecção legal do direito de autor» — que é um dos direitos do homem, segundo a Declaração Universal de 1948.

O direito de autor não é mais do que o salário do escritor, do músico, do cineasta, do pintor — a forma específica de remunerar uma actividade cujas condições de produção se revestem de características próprias.

Fundamentalmente, ele decompõe-se em vários direitos complementares uns dos outros: o direito do autor exigir a liberdade de expressão e comunicação das suas obras, o respeito pela sua integridade e uma remuneração de cada vez que elas são utilizadas.

Ora, estes direitos são negados ou cerceados no Código que o Governo aprovou em 10 de Janeiro deste ano e publicou em 14 de Março.

A vasta e generalizada contestação que esse diploma suscitou, traduzida em enérgicas tomadas de posição por parte dos organismos interessados, levou a quase totalidade dos Partidos representados na Assembleia da República — incluindo o próprio Partido Socialista — a requerer a sua ratificação, que foi concedida com carácter de urgência.

Efectivamente, contrariando o princípio constitucional da liberdade de expressão, o Código prevê no seu artigo 72.º a possibilidade de «os poderes constituídos restringirem ou proibirem a circulação, representação e exposição das obras quando o interesse público o exigir»; contrariando a exigência do respeito pela integridade das obras, permite no artigo 63.º, n.º 2, a introdução de «modificações exigidas pelo fim a que o seu uso se destina»; e estabelece ainda diversas medidas em matéria de reprodução e radiodifusão que, além de serem manifestamente lesivas dos legítimos interesses dos autores, contrariam regras internacionais constantes de tratados que o nosso país subscreveu e que está por isso constitucionalmente obrigado a respeitar.

Por outro lado, o Código reduziu o nível de protecção das obras no caso de violação dos direitos não só dos autores como dos produtores fono e videográficos, e omitiu disposições relativas a matérias novas mas de premente actualidade, como sejam as que se referem à informática, à transmissão por satélite e à distribuição por cabo.

O mais estranho é que o projecto submetido ao Governo — e que resultava da reformulação do que este havia aprovado na generalidade em 3 de Maio de 1984 — não continha nenhum daqueles preceitos aberrantes, nomeadamente os discutidíssimos artigos 72.º e 63.º, n.º 2, esta-

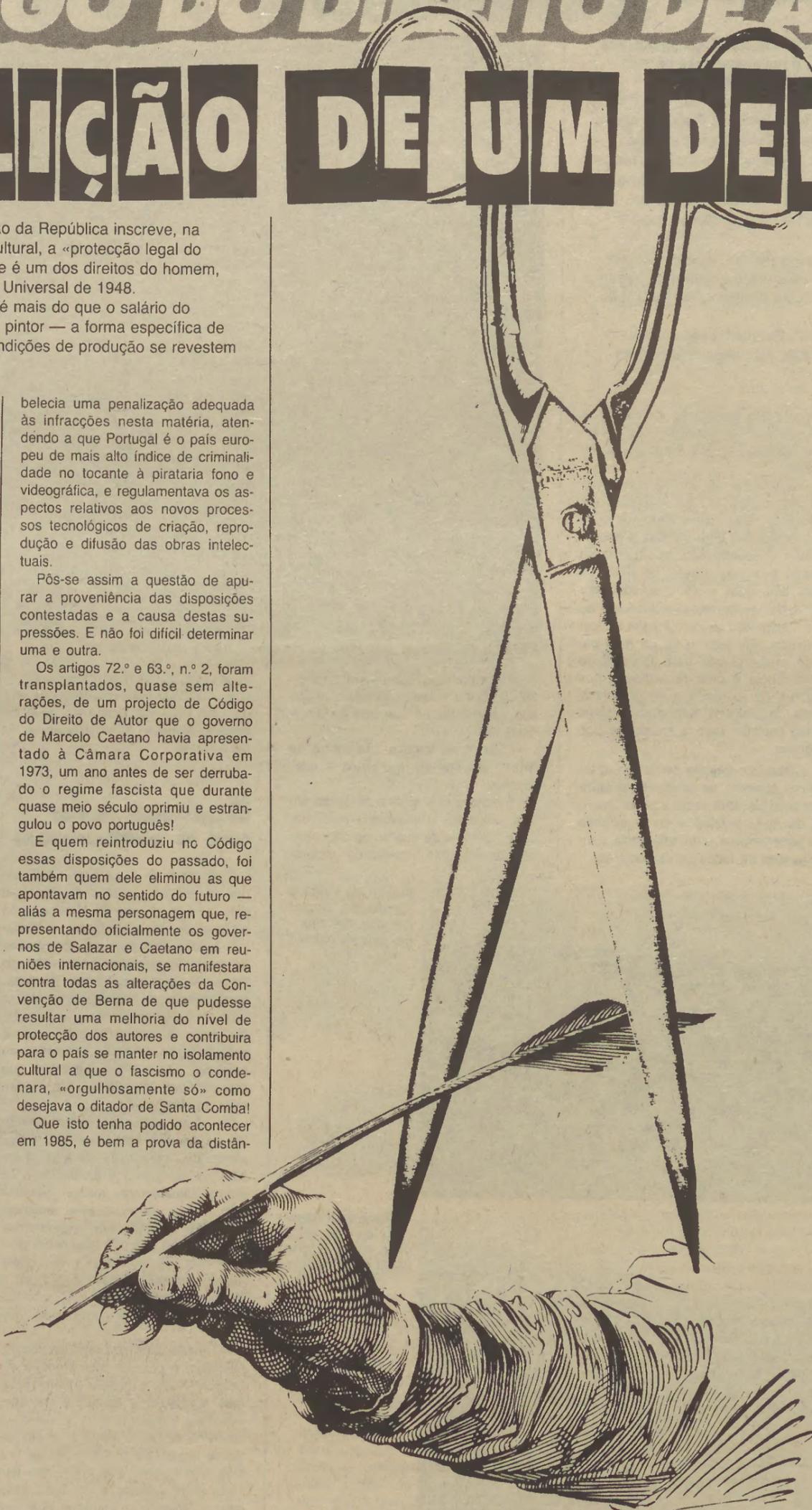
belecia uma penalização adequada às infracções nesta matéria, atendendo a que Portugal é o país europeu de mais alto índice de criminalidade no tocante à pirataria fono e videográfica, e regulamentava os aspectos relativos aos novos processos tecnológicos de criação, reprodução e difusão das obras intelectuais.

Pôs-se assim a questão de apurar a proveniência das disposições contestadas e a causa destas supressões. E não foi difícil determinar uma e outra.

Os artigos 72.º e 63.º, n.º 2, foram transplantados, quase sem alterações, de um projecto de Código do Direito de Autor que o governo de Marcelo Caetano havia apresentado à Câmara Corporativa em 1973, um ano antes de ser derrubado o regime fascista que durante quase meio século oprimiu e estrangulou o povo português!

E quem reintroduziu no Código essas disposições do passado, foi também quem dele eliminou as que apontavam no sentido do futuro — aliás a mesma personagem que, representando oficialmente os governos de Salazar e Caetano em reuniões internacionais, se manifestara contra todas as alterações da Convenção de Berna de que pudesse resultar uma melhoria do nível de protecção dos autores e contribuiu para o país se manter no isolamento cultural a que o fascismo o condenara, «orgulhosamente só» como desejava o ditador de Santa Comba!

Que isto tenha podido acontecer em 1985, é bem a prova da distân-



cia que separa o Governo do espírito de Abril e as conquistas consagradas na Constituição da República.

Em vão argumentou o Governo, tentando justificar o injustificável artigo 72.º, que ele não introduzia a censura, limitando-se a remeter para a legislação já existente, que permite a apreensão judicial de livros e publicações em certos casos especiais (delitos previstos na Lei de Imprensa e repressão da pornografia). A verdade, porém, é que por um lado a expressão «poderes constituídos» não se restringe aos tribunais, deixando assim o campo aberto à possibilidade de intervenção das autoridades policiais e administrativas — e, por outro, é falso que o artigo se aplicasse apenas à legislação «já» existente, pois que, dados os seus termos genéricos, é igualmente aplicável a toda e qualquer lei que venha a publicar-se e, violando embora a Constituição, permita a censura. E isto não é uma hipótese académica nem gratuita: basta pensar na tenebrosa lei da segurança dita interna, que este mesmo Governo propôs à Assembleia da República e em que se prevê a apreensão de livros e a suspensão de espectáculo públicos quando o interesse público o imponha!

Compreende-se, pois, a atitude de repúdio que uma tal disposição suscitou — os portugueses, e especialmente os trabalhadores da cultura, não esquecem os vexames e as humilhações a que a censura fascista os submeteu — e que encontrou um significativo reflexo na Assembleia da República, onde se formou já consenso entre todos os partidos no sentido da eliminação desse infeliz preceito.

Aliás, o consenso alargou-se a várias outras normas aberrantes do diploma, tendo sido no final do debate aprovada, por unanimidade, a proposta apresentada pelo PCP de suspensão das disposições mais controversas do Código em matéria penal.

Este resultado do debate, em que intervieram deputados de todos os partidos e o ministro da Cultura, constitui, por um lado, uma prova eloquente da vitalidade do regime democrático quando apoiado na Constituição, e por outro uma séria advertência ao Governo de que não pode impunemente tripudiar sobre as leis fundamentais do país nem atentar contra os direitos dos que, com o seu trabalho criativo, formam a consciência do povo e garantem a identidade nacional.

■ **Luis Francisco Rebelo**

Deputado independente pela APU

■ **António Modesto Navarro**

# Do rio Douro ao Vale da Vilarica

## Onde se festeja o 25 de Abril

**S**ão excelentes, os espaços de diálogo nos comboios. Iguais aos espaços do Douro, que ainda não é navegável mas permite este olhar amplo, desde a água até aos mortórios em recuperação pelas multinacionais do vinho do Porto.

Um homem ainda novo espraia a vista pelos vinhedos. Vem de Vila Nova de Foz Côa e vai até Santa Marta de Penaguião. Fala-nos, com facilidade, da vida que teve em Lisboa. Trabalhou em Queluz, numa padaria, antes do 25 de Abril. Era ainda rapaz, recém-imigrado. Como ganhava pouco, foi dar serventia para as obras. — «Em 1974, os salários aumentaram cá por cima e regresssei ao Douro. Nunca mais voltei a Lisboa».

Se o 25 de Abril valeu a pena, foi também para permitir destes milagres de regressar à terra. Mas a vida está dura. Falamos do custo das coisas e digo-lhe que hoje um bife (uma refeição) custa o mesmo em Lisboa ou em Vila Real.

— «Bifes!? E quem os vê?!» — diz-me. — «Em minha casa, desde pequenino, nunca lá vi entrar dessa carne. Não lhe chegávamos. Nem depois, desde que me casei».

Vai até à terra, no concelho de Santa Marta. É caseiro de uma quinta, em Vila Nova de Foz Côa. — «Estou para lá faz agora seis meses e sinto-me bem. Andei por aqui, a trabalhar nas quintas, desde que vim de Lisboa. Já antes trabalhava nelas, para quem me chamava. Mas andar à diária é mau. Quem paga pior são os patrões das quintas maiores. Trazem por exemplo vinte pessoas fixas, mas às tantas põem-nas a ganhar meio-dia. Está a ver, ganha-se seiscentos escudos e de repente fica-se só com trezentos, durante o tempo que eles entendem. Como se pode viver assim, com o dinheiro a não valer para nada e as coisas a aumentarem?»

### A fome ronda o Douro e a luta cresce

A tuberculose deixa de ser uma lembrança da nossa infância para regressar ao quotidiano de quem trabalha. — «Lá na quinta, em Vila Nova de Foz Côa, comemos do que dá a terra. Uma couve, uma novidade, e vamos andando, eu, ela e as duas crianças. Só comemos bem quando cá vem o senhor doutor de Coimbra. Aí sim, é que me encho de coisas boas».

O senhor doutor de Coimbra é o patrão, o dono da quinta. Falamos do vinho fino e da perda de «benefícios» (autorizações para produzir vinho do Porto), retirados a muitos pequenos agricultores pela Casa do Douro e pelo Governo para serem entregues às grandes companhias. Ele sabe o que se passa no Vale da Vilarica, com a destruição de olivais e outras culturas e plantações de vinhas ilegais. Olhamos os mortórios e as grandes quintas da outra margem e ficamos calados. Recordo o entusiasmo do camarada de Santa Comba, o Hernâni, que me falou da festa do 25 de Abril em Assares. «Alvorada de morteiros, música, encontro de futebol entre as equipas de Assares e Santa Comba da Vilarica, baile popular defronte da igreja, intervenção sobre o 25 de Abril e arrematação de prendas ao longo da festa». Bom programa, que diz assim na introdução:

«Onze anos são volvidos sobre a madrugada redentora. Data que se tornou o símbolo do amor à liberdade

que o povo português se empenha em conservar na esperança de um futuro mais justo para todos os portugueses.

«No entanto, ao fim de onze anos de democracia, o País atravessa um momento difícil, polarizado na crise económica que gera dúvidas e desencantos. O desemprego, os salários em atraso e a degradação do nível de vida, dão lugar a um desmobilizador clima de insegurança, susceptível de ser manipulado pelos inimigos da democracia. Por isso, o 25 de Abril deverá proporcionar uma tomada de consciência e uma reafirmação dos valores da liberdade e da potencialidade do sistema democrático como único caminho para a sociedade portuguesa.

«Olhando o trajecto percorrido, é legítimo concluir de forma bem clara que o 25 de Abril valeu a pena, que o 25 de Abril continua a ser uma razão de esperança e uma referência congregadora de todos os democratas.



Plantio de vinha e produção ilegal no vale da Vilarica, pela Cockburn



À chegada a Assares, deparamos com outra vinha ilegal da Cockburn



Mortório da margem esquerda do rio Douro agora recuperado

«Participar nas comemorações do 25 de Abril é mostrar sempre o nosso apoio aos militares que derrubaram a ditadura.

«É dar mais força à luta contra as injustiças sociais e contra a corrupção.

«É denunciar a crise prolongada em que se debate a sociedade portuguesa, na certeza de que só os caminhos abertos em 1974 poderão dar respos-

ta positiva às questões nacionais.

«É contribuir para que Portugal seja um País cada vez mais respeitado internacionalmente, mais próspero e independente».

### Exploração maior com as multinacionais

Falo disto ao trabalhador agrícola que vai ali, no comboio do Douro, e digo-lhe que no Vale da Vilarica já há proletariado como no Douro, a trabalhar todo o ano para as companhias da produção clandestina de vinho do Porto. Na Junqueira e em Assares, por Exemplo, os trabalhadores sofrem hoje uma exploração mais acentuada, como não sofriam a trabalhar para os patrões tradicionais. As condições de produção são outras e permitem que eles tomem consciência de classe mais rapidamente.

Não é por acaso que os trabalhadores de Assares votam na APU e comemoram assim o 25 de Abril. Também na Junqueira, a juventude e os outros trabalhadores tomam contacto com formas de exploração sofisticadas. São dirigidos por engenheiros, em nome de patrões desconhecidos, trabalham com máquinas e têm capacidades exigentes ao lado, todo o dia. A produção de vinho e a exploração tornam-se outras, nos campos da Vilarica.

— «Ainda bem que eles se preocupam com o que se está a passar no Douro» — diz o caseiro jovem. Estamos a chegar à Régua e vai sair. Apanhará transporte para a aldeia do concelho de Santa Marta e no dia seguinte regressará a Vila Nova de Foz Côa. Um homem que ainda não tem trinta anos, moreno e de mãos calosas. — «Nunca lá entraram bifes em

casa» — repete. Vejo-o, se cair na mesa do senhor doutor que está em Coimbra, nos dias em que este sobe ao Douro para ver como vão as vinhas. Acho que o caseiro deve ser tão bom profissional que até merece uma atenção do patrão... Come bem, nesses dias, talvez até um bife, para variar. Depois, o patrão desce à cidade dos doutores e lá ficam, ele, ela e os filhos, a comer do que a horta dá. O salário não chega para comprar carne.

### Festejar a liberdade e organizar melhor

Mas a vida muda. Nas grandes quintas da Régua, nas multinacionais que açambarcam os mortórios e os bons terrenos do Vale da Vilarica (graças à portaria de Basílio Horta, ao Plano de Desenvolvimento Rural Integrado, ao Banco Mundial e à CEE) crescem trabalhadores que criam consciência de classe, organizam-se, festejam o 25 de Abril e lutam.

Bons campos de mobilização popular e de trabalho político, em sectores importantes da nossa economia. A exploração acentuada dos trabalhadores agrícolas leva-os a avançarem para novos caminhos de resistência e de libertação.

Os espaços de liberdade do 25 de Abril são infindos, apesar das tentativas de controlo e destruição do Governo PS/PSD. Continuam à espera da atenção e do empenhamento dos que podem fazer sempre mais na luta política e dos que despertam para o combate, perante a exploração desenfreada da sua força de trabalho e a ocupação das terras da região demarcada, perante o perigo da perda da nossa identidade e independência. ■



Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas

# Um panorama revelador

Como seria de esperar de um partido que, como o PCP (aliado na APU com o MDP e independentes), há dez anos se empenha na resolução efectiva dos problemas das populações e no reforço do Poder Local democrático, a Conferência realizada por sua iniciativa no Pavilhão dos Desportos trouxe ao de cima um manancial imenso de realizações, na diversidade geográfica e política em que a APU desempenha um papel — não só dirigindo autarquias mas nelas também, em muito lado, trabalhando em minoria. Mas não foi apenas ao balanço das actividades que a Conferência se dedicou, analisando detalhadamente os mais variados aspectos do Poder Local, desenvolvendo as perspectivas do trabalho futuro a partir da experiência adquirida e das necessidades e problemas verificados, a partir também de uma realidade política em mudança. As intervenções produzidas — poucas, aliás, em relação a todo o trabalho preparatório que antecedeu a Conferência —, sintéticas embora, à medida do tempo curto de um dia apenas, deram uma panorâmica muito larga da situação, baseada num estudo aprofundado, apontando perspectivas que revelaram uma grande confiança no futuro.

Para além das intervenções de carácter «distrital» e «regional», em que à tribuna foram levados um sem número de dados relativos a todas as grandes zonas do País, a par da análise da respectiva situação e da denúncia, em muitos casos, das ofensivas — ou do seu resultado — contra o Poder Local e as suas iniciativas mais válidas, por parte do Poder Cen-

as linhas de orientação do PCP neste campo e dar voz às reivindicações populares, continuando e aprofundando os contactos com órgãos autárquicos e com as populações em defesa dos seus direitos e interesses, apresentação de iniciativas legislativas.

A participação das mulheres, não só nas listas da APU mas também constituindo elas o maior número de

de eleitos — e noutros organismos de interesse público onde, apesar das dificuldades impostas pelas outras forças políticas, intervêm em defesa do progresso do País. Depois de ter abordado alguns dos problemas novos que se vão deparar aos eleitos no próximo mandato, Luís Sá referiu-se à superioridade moral dos eleitos comunistas que têm demonstrado uma grande dedicação ao povo, um espírito isento e abnegado no exercício dos seus cargos. E ao facto de, no seio da Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas, terem contribuído — com a soma de verbas retiradas às remunerações que auferem nos cargos de eleitos — para um sem número de realizações e obras que, de outra forma, não seria possível concretizar.

## A APU e os outros

A Conferência revelou — embora sumariamente, que os exemplos eram por de mais numerosos para um só dia — o imenso trabalho realizado pelos comunistas e seus aliados. Traba-

(...) Em resultado dos incentivos e apoios prestados, a iniciativa popular tem-se traduzido num aumento significativo do número de colectividades, grupos de teatro, corais, ranchos, etc., existentes: assim, nos municípios de maioria APU, esse número passou de 527 para 1491 em cerca de 10 anos.

Ao mesmo tempo, a construção de instalações destinadas a actividades culturais e desportivas sofreu um impulso significativo, por vezes espectacular. É o caso da construção de mais 376 campos de jogos, 91 pavilhões gimnodesportivos e 133 equipamentos polivalentes, de 30 piscinas e tanques de natação e 33 circuitos de manutenção.

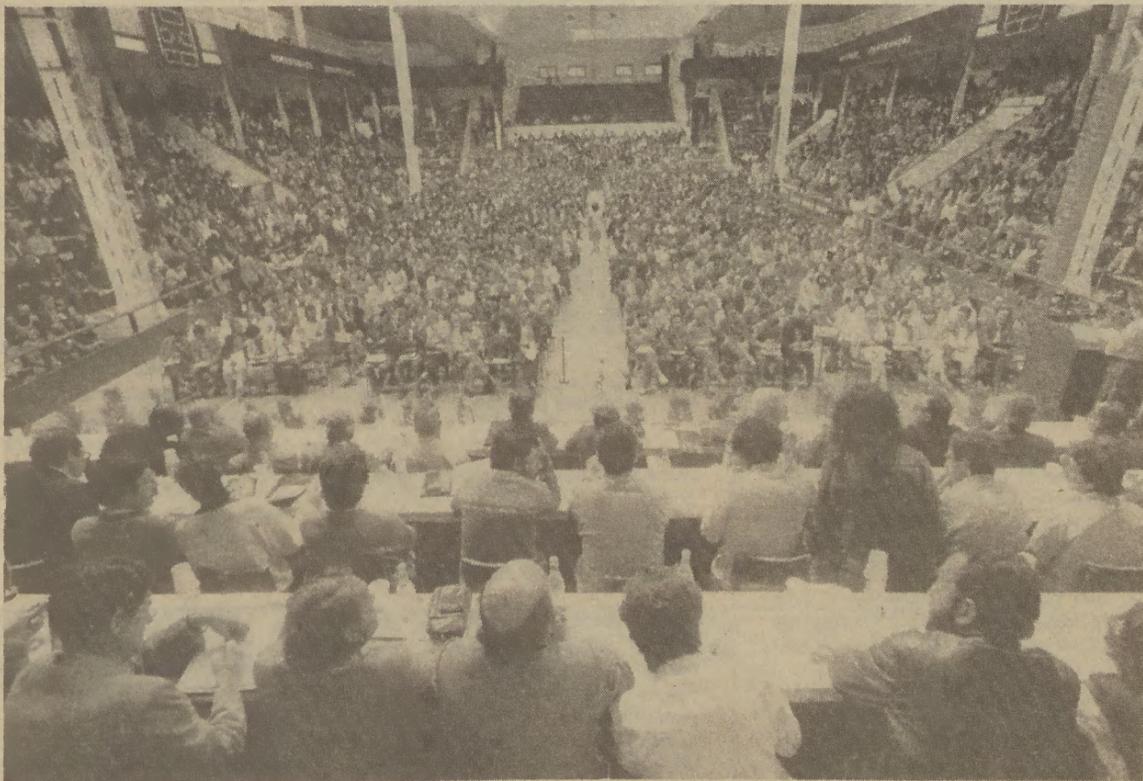
Neste mesmo período o número de centros culturais nos 55 municípios de maioria APU passou de 4 para 90, os museus de 20 para 42 e as bibliotecas de 81 para 249. (...)

(Do discurso de Carlos Costa)

(...) No distrito de Setúbal — em que todos os 13 municípios são de maioria APU — a percentagem de população servida por rede de esgotos aumentou para mais do dobro entre 1972 e 1982, atingindo os 82% neste último ano, o que coloca este distrito na primeira posição, em todo o País, ao mesmo nível do de Lisboa. No que se refere ao abastecimento de água, a percentagem de população servida em 1982 era de 88,5% (enquanto no total do País era apenas de 54,3%), e no que se refere à remoção de lixo era de 93,6% (total nacional: 62,9%).

No distrito de Évora (13 Câmaras de maioria APU em 14) apesar dos atrasos de que partiu e de ser uma região predominantemente rural, as posições nos domínios referidos eram as seguintes em 1983: abastecimento de água — terceira posição entre os 18 distritos do Continente a seguir a Lisboa e Setúbal; drenagem de esgotos e remoção de lixo — quarta posição. (...)

(Do discurso de Carlos Costa)



De todo o País, exemplos de trabalho e dedicação

tral, onde diversos governos se têm sucedido, outros discursos centraram-se em questões de carácter mais geral.

## Defender o Poder Local

João Amaral, deputado comunista, falou particularmente da acção parlamentar do PCP em defesa do Poder Local democrático, caracterizando os seus traços fundamentais — uso de todos os direitos no combate contra a ofensiva antiautárquica do PS/PSD, utilizando o parlamento para divulgar

eleitos de uma força política nas diferentes autarquias do País, foi particularmente saudada durante a intervenção da camarada Deolinda Rosa Pereira. Jorge Zacarias, da Direcção Nacional da JCP, sublinharia a participação dos jovens e, sobretudo, o contributo das administrações do Povo Unido no apoio às realizações juvenis. A especial importância da participação dos trabalhadores das autarquias na vida nacional foi ainda um tema que a Conferência abordou, na palavra da camarada Lídia Pereira.

Ainda no âmbito das intervenções de carácter geral, o camarada Luís Sá interveio sobre as posições do PCP e da APU nas autarquias — 9 milhares

de eleitos — e noutros organismos de interesse público onde, apesar das dificuldades impostas pelas outras forças políticas, intervêm em defesa do progresso do País. Depois de ter abordado alguns dos problemas novos que se vão deparar aos eleitos no próximo mandato, Luís Sá referiu-se à superioridade moral dos eleitos comunistas que têm demonstrado uma grande dedicação ao povo, um espírito isento e abnegado no exercício dos seus cargos. E ao facto de, no seio da Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas, terem contribuído — com a soma de verbas retiradas às remunerações que auferem nos cargos de eleitos — para um sem número de realizações e obras que, de outra forma, não seria possível concretizar.

A obra é imensa. Os números — que se podem ler no documento-síntese da Conferência, obtidos através de um levantamento estatístico — reveladores do quanto se modificou a vida das populações lá onde a APU assumiu a direcção das autarquias. Saneamento básico, abastecimento de água, drenagem e tratamento de esgotos, remoção e tratamento de lixo; electrificação, apoio e promoção da habitação social, equipamentos co-

lectivos; protecção à infância e à terceira idade, com a construção de instalações e de equipamentos e outras iniciativas; construção de postos médicos; iniciativas e apoio à cultura e ao desporto, nomeadamente a colectividades; defesa do património cultural. Um mundo de trabalho, no qual avulta a estreita ligação dos eleitos às massas e às suas organizações de base.

Muitos exemplos surgiram e a eles as diversas intervenções se referiram. Foi destacado também, o esforço de muitas câmaras na execução de obras por administração directa, poupando muitos milhares de contos aos municípios, isto é, às populações. Milhares de contos que não entraram nas algibeiras de empreiteiros que pediam, muitas vezes, mais do dobro do custo das obras. Sublinhando a superioridade deste método, na Conferência denunciou-se que ele dificulta ou impede uma das principais fontes de negociação e corrupção que abunda em autarquias da responsabilidade do PS, do PSD e do CDS. Isto é, dos... outros.

Quanto à prática dos «outros», exemplos também não faltam. Negativos mesmo se não generalizarmos. Desde a prepotência à recusa sistemática das propostas da APU; das ilegalidades à corrupção pura e simples. Que muitas vezes rebenta como escândalo. Que muitas vezes a APU tem impedido, com a sua luta persistente.

## Derrotar a ofensiva

Essa luta é, no fim de contas, de todos os dias. Porque, à ofensiva que as forças políticas antidemocráticas desenvolvem nas autarquias onde são maioritárias, junta-se a ofensiva, não menos gravosa, que o próprio Governo dirige contra o Poder Local democrático.

Tal ofensiva, conduzida por sucessivos governos, tem-se desenvolvido sob vários aspectos. E se, por exemplo, foi derrotada a tentativa da direita de alterar o sistema eleitoral e de limitar a participação popular na gestão local, outras iniciativas já fizeram muito mal e continuam a fazê-lo, enquanto pairam sobre o Poder Local novas ameaças.

No que toca às finanças locais, por exemplo, a Conferência revelou que os municípios receberam este ano, do Orçamento do Estado, em média, verbas superiores em 20 por cento do que em 1984, embora a inflação desse ano tenha rondado os 30 por cento. E muitos municípios ficaram abaixo da média nacional...

A par destes ataques ao Poder Local, foram referidos outros. Muitos outros. Na senda da «AD», o Governo de Mário Soares, desprezando a legalidade ou «inventando» novas «leis», tudo faz para que as autarquias percam a sua autonomia e democrática e sejam dóceis instrumentos do Poder Central e centralizador ao serviço da direita.

«A ofensiva antiautárquica continua», disse o camarada Carlos Costa no seu discurso. «Mas também é verdade que a luta desencadeada permitiu impor alguns recuos e obter algumas vitórias parciais.»

E, falando do incentivo que constituem os êxitos conseguidos, para prosseguir a luta em defesa do Poder Local e dos objectivos que se colocam, afirmou:

«A luta por estes objectivos não altera a necessidade fundamental de, como condição indispensável para a defesa do Poder Local e do regime democrático, demitir com urgência o Governo PS/PSD e abrir caminho a uma política democrática que terá como uma das componentes essenciais o respeito e o reforço do Poder Local democrático.» ■

■ **Fernando Correia  
e João Galacho**

## A tragédia

### de Bruxelas

# QUEM SÃO OS CULPADOS?

Sobre os trágicos acontecimentos do Estádio Heysel, em Bruxelas, entre o Liverpool e a Juventus, cujo balanço final aponta para as três dezenas de mortos e as mais de duas centenas de feridos, já muito se disse e se escreveu. Talvez nem tudo, porém, tenha sido dito e escrito. Ou, pelo menos, parece-nos necessário insistir em alguns aspectos, inseridos numa análise global que, de uma maneira geral, tem sido preterida em favor de juízos demasiado sectoriais e simplistas, mesmo que bem intencionados.

### Razões insuficientes

Uma boa parte das reacções aos acontecimentos que precederam a final da Taça dos Clubes Campeões Europeus traduz-se em lamentações abstractas, generalizantes e piedosas, expressas em frases mais ou menos grandiloquentes sobre a «degenerescência dos costumes», o «crescente clima de violência», a «desumanização do homem», quase sempre culminando com a angustiada interrogação: «para onde caminha a nossa sociedade?».

Outros comentadores, indo um pouco mais fundo e procurando explicar os factos, insistem no tema do futebol como «escape para as frustrações sociais», resvalando no entanto facilmente para a concepção de um desporto virginal e idealizado, «escola de todas as virtudes» e vítimas inocentes de uma «sociedade agressiva e agnizante».

Outros ainda, num terreno menos intelectualizado, pretendem transformar os acontecimentos, digamos, num caso de polícia, clamando contra as insuficiências das medidas de segurança e situando o debate ao nível das redes metálicas, dos fossos, das cervejas a mais ou a menos, do sim ou não ao cão-polícia e ao gás lacrimogéneo.

E não falta mesmo quem, pura e simplesmente, assaque todas as culpas ao futebol, em si próprio, como espectáculo ou mesmo como modalidade desportiva.

Em qualquer destes casos, e não obstante as boas razões existentes num ou noutro argumento, a análise revela-se incapaz de abarcar o problema em toda a sua magnitude e no seu verdadeiro contexto.

### Sintomas diversos

Uma coisa deve ser dita desde já: a violência (o caso de Bruxelas é mais um, ainda que tendo assumido proporções particularmente trágicas) é a parte ostensivamente brutal e visivelmente doentia de um espectáculo desportivo (não é só o futebol) cuja doença se manifesta, directa e indirectamente, por muitos outros sintomas. E da convergência desses factores que resulta são, por vezes, os próprios actos violentos.

De que sintomas falamos?

Falamos da adulteração do desporto, muitas vezes transformado em mero negócio comercial, veículo de tráfico de influências e de despique entre empresas capitalistas, pretexto para promoções individuais ou de grupo, terreno para operações financeiras ou políticas. O desporto «puro» à

por exemplo no basquetebol, o corte de luz do pavilhão quando é preciso travar o ímpeto da equipa adversária; o barulho junto do «banco» desta ou, à noite, do hotel onde está alojada; a inundação prévia do campo ou, conforme as conveniências, o «alargamento» ou «encurtamento» dos seus limites.

ver desportos mais ou menos violentos, mas sim a resultante do espectáculo desportivo como fenómeno de massas na sociedade capitalista: em geral, os actos violentos ocorrem entre os assistentes, ou por sua instigação, e quase nunca têm origem nos próprios atletas, mesmo — ou princi-

almente incorrecto transferir todas as culpas para a «sociedade» (principalmente quando desta se tem um conceito abstracto), como se dentro do próprio espectáculo futebolístico não existissem condições propícias à ocorrência de acontecimentos condenáveis.

O desporto, fenómeno social, é indiscutivelmente um reflexo da sociedade em que se insere, cujas características e contradições reproduz, à sua maneira e de forma dialéctica. Mas se de tal inserção se tem uma concepção meramente mecanicista, é-se levado (e isso acontece com muitos dirigentes, jornalistas, etc.) à cómoda atitude de desculpabilizar por inteiro o espectáculo desportivo e de contemporizar com as suas aberrações, transferindo todas as culpas para o «sistema».

Aos bem intencionados que alinham nesta tese convém chamar a atenção para o seguinte: denunciando e combatendo frontalmente os males do desporto está-se não só a lutar pela melhoria do próprio desporto mas também a contribuir para a melhoria da sociedade.

### Violência sem fronteiras

Mas há sem dúvida que ir mais fundo na análise, saindo para fora do sector do desporto e indo até ao nível da sociedade englobante — não a sociedade em abstracto, mas esta sociedade que produz este desporto. E perante certas lamentações hipócritas sobre a violência no desporto, o que desde logo apetece perguntar, sem que seja legítimo acusar-nos de estar a desconversar, é o seguinte: pois não é verdade que a sociedade em que vivemos, a sociedade de classes, se caracteriza por uma grande violência, mesmo que não necessariamente traduzida em sangue e morte?

palmente — quando se trata de profissionais.

### Nem réu nem vítima

Por tudo o que acima ficou dito, bem se percebe que não é ao nível do aumento da repressão ou da intervenção administrativa e policial que o problema se resolve. A raiz vai mais fundo. Tem razão os que, a propósito de Bruxelas, se indignam com a absurda transformação do futebol em réu, e compreende-se o seu esforço em o apresentar essencialmente como vítima.

Aliás, é bem sabido (lembramo-nos do tempo do fascismo) como a fácil adesão popular ao futebol (em parte justificada por certas características psicológicas desde jogo) o tornaram, ao longo dos anos, num instrumento privilegiado de diversão e alienação nas mãos de governantes interessados em distrair as populações dos seus verdadeiros problemas e dificuldades.

Entretanto, também por tudo aquilo que acima ficou dito se pode concluir que se é errado culpabilizar o futebol ou mesmo o espectáculo futebolístico como origem de todos os males, é

Em Portugal, por exemplo, o desemprego, os despedimentos, os salários em atraso, a fome, a falta de assistência médica, a incultura, a ignorância, o analfabetismo não serão manifestações sociais de extrema violência? E as cargas policiais contra os trabalhadores que legitimamente exercem o seu direito de protesto? E, por outro lado, construir escolas sem gímnasios não será uma forma de contribuir para a violência no desporto?

Mas voltemos a Bruxelas. Nos dias que se seguiram ao jogo gerou-se polémica acerca da decisão de o ter realizado, tida por muitos como condenável. Tudo indica, porém, que em função das circunstâncias vividas no local, essa decisão foi a mais prudente: o cancelamento do desafio e a consequente evacuação do estádio viriam, provavelmente, piorar a situação e torná-la ainda mais incontrolável.

Porém, o facto de o jogo se ter realizado e ter decorrido e sido visto como se de qualquer outro jogo se tratasse, acabou por de forma brutal ilustrar esta coisa evidente e palpável a que poderemos chamar a **banalização da violência** na sociedade capitalista. Banalização esta que não resulta de quaisquer causas incontroláveis, como se de um qualquer fatalismo se tratasse, mas sim de razões muito objectivas que entroncam na própria natureza da sociedade capitalista dos nossos dias. Não será decreto por acaso, aliás, que nos países socialistas o problema da violência no desporto seja praticamente desconhecido.

Deixemo-nos de hipocrisias: que se espera de uma juventude educada num ambiente deliberadamente belicista, desde os brinquedos às bandas desenhadas e aos desenhos animados, passando pelas letras das canções e pelos televidios, pelas séries televisivas e pelos filmes, chegando, finalmente, à propagação descarada da guerra e ao verdadeiro clima de guerra-fria, de confronto e de tensão instalado pelo imperialismo? Em tudo isto gastam-se milhões — e quanto se gasta na difusão da cultura, na pro-

moção do entendimento entre os povos, na propagação da paz?

Os actos violentos em Bruxelas de uma centena de marginais são altamente condenáveis, os culpados terão de ser rigorosamente castigados, devem ser tomadas medidas que evitem a repetição de tais situações (não tenhamos dúvidas: os «democráticos» defensores das «democracias musculadas» aproveitam sempre estes incidentes para levar a água ao seu moinho...), mas o certo é que tais marginais causadores dos incidentes são marginais desta sociedade, são um produto dela — e iludir isto é escamotear o essencial.

Quando Margaret Thatcher, com ar compungido, promete sanções severas contra os prevaricadores e se queixa dos «hooligans» que envergonham o futebol, atraíam o celebrado «fair-play» e conspurcam o nome do país, pretende precisamente dar a ideia de que o mal reside num pequeno tumor localizado e que, extirpado este, tudo ficará resolvido...

Do mesmo modo, centrar os focos da culpabilidade exclusivamente nos adeptos ingleses também não ajuda a ir ao fundo do problema, já que tudo indica que a «dimensão inglesa» da violência deriva decerto de razões identificáveis (desde as tradições muito próprias do «soccer» britânico até, por exemplo, ao número recorde de desemprego juvenil naquele país...), sem que isso possa, como é óbvio, fazer dos ingleses os únicos «maus da fita» nem muito menos legitimar qualquer novo tipo de segregação racial.

### Tudo e nada a ver

Segundo o relato de um espectador belga a um jornalista do seu país (Michel Dubois, correspondente de A Bola) os causadores dos distúrbios «eram grandes adolescentes de 17 anos, tinham o crânio rapado com uma navalha e ostentavam brincos nas orelhas. Estavam também cober-

tos de tatuagens que evocavam a época do nazismo» e transportavam «facas, cadeias de ferro, barras de metal, matraca e pedras do pavimento, algumas pesando entre dois e três quilos».

Por seu turno, o presidente do Liverpool diz ter identificado entre eles militantes da organização neofascista britânica Frente Nacional, enquanto a Polícia inglesa afirma ter conhecimento de grupos organizados no país para causar distúrbios nos campos de jogos.

Uma tão clara conotação política desta gente — a que posteriormente se juntaram notícias no mesmo sentido vindas da RFA — ajuda a compreender os acontecimentos de Bruxelas, as suas dimensões, raízes e objectivos, mas seria cair num outro simplismo identificar a violência no desporto exclusivamente com o (real e preocupante) recrudescimento do neofascismo nos países capitalistas da Europa. Digamos antes que o neofascismo, quando e onde pode, se aproveita das condições propícias que lhe são oferecidas por uma sociedade roída por contradições que, irremediavelmente, já não consegue superar, e incapaz de proporcionar à juventude as respostas de futuro que esta ambiciona e merece.

O imperialismo — posto em causa internamente pela evidente inadequação da sua política às necessidades e aspirações dos povos e externamente pelo conformismo e revolta do chamado Terceiro Mundo e pela consolidação e prestígio crescente da comunidade socialista — o imperialismo afasta as massas populares da política para poder continuar impunemente a sua política, cultiva o irracionalismo e o acriticismo, promove o individualismo, enaltece os valores da força e da violência, procura seduzir a juventude com um belicismo que começa por ser folclórico mas pretende acabar na guerra das estrelas.

Nada disto tem a ver directamente com a tragédia de Bruxelas. Mas raspando as diversas camadas de verniz é aqui que se chega. ■



## Portugal

### Os números

Falando de violência no desporto, afigura-se interessante tomar conhecimento do que, nesta matéria, se passa em Portugal. Segundo os números oficiais fornecidos pela GNR referentes aos espectáculos desportivos realizados na área da sua actuação, podemos retirar algumas conclusões:

- Após um aumento em flecha do número de «jogos com incidentes» de 1978 (465 casos) a 1981 (857 casos) esse valor tende a estabilizar ou mesmo diminuir até 1983 (797 casos);
- no entanto, o número «total de incidentes» tem vindo a aumentar com assustadora regularidade — 1978 (718 casos) e 1983 (2012).

Parece-nos poder concluir que o aumento do número médio de «incidentes» por «jogo com incidentes» — de 1,54 em 1978 para 2,52 para 1983 — significa um aumento de violência e de «extensão» dos problemas.

Por outro lado são particularmente claros os valores que se encontram na evolução do «tipo de incidentes» que se têm registado.

O quadro seguinte ordena, pela sua ordem de grandeza, o «tipo de incidentes» ao longo de seis anos:

	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Agressões ao árbitro	1.ª	1.ª	1.ª	1.ª	2.ª	2.ª
Invasão de campo	2.ª	2.ª	2.ª	4.ª	4.ª	4.ª
Arremesso de objectos	3.ª	3.ª	3.ª	3.ª	3.ª	3.ª
Desordem na assistência	7.ª	7.ª	4.ª	2.ª	1.ª	1.ª
Inc. entre público e jogadores	-	-	8.ª	9.ª	9.ª	6.ª

A «agressão ao árbitro» — tradicional primeira causa de incidentes — perdeu a sua «hegemonia», tal como a «invasão de campo» passou de segunda para quarta causa dos distúrbios.

Em contrapartida as «desordens na assistência» deram um salto «espectacular» de sétima posição para a primeira, onde parecem ter estabelecido.

Em nossa opinião estes números revelam:

- o aumento da violência — melhor dizendo: da utilização do espectáculo desportivo para o extravasar de uma agressividade contida;
- a transferência do objecto de violência: do incidente com os participantes do jogo para os «companheiros» do espectáculo — o restante público.

Analisando agora os números em relação aos jogos com incidentes obtidos pela GNR, somados aos da PSP e distribuídos por distrito, podemos concluir:

- Distritos com maior número de jogos com incidentes: Porto — 232, 296, 282, 284 casos para os anos de 1980 a 1983. Aveiro — 102, 96, 139, 184 casos para idêntico período. Braga — 64, 88, 101, 100 casos para idêntico período.
- Distritos com menor número de jogos com incidentes: Portalegre — 6, 14, 7, 11 casos para os anos de 1980 a 1983. Beja — 4, 8, 18, 9 casos para idêntico período.

Naturalmente que os valores encontrados são absolutos e, nesta primeira leitura, não é possível cruzá-los com, por exemplo, o número de jogos realizados, mas não deixa de ser notória a diferença entre os primeiros e os últimos. Reparemos nestes números, os dois últimos relativos a regiões muito populosas e de grande participação desportiva:

Évora — 11, 16, 19, 14 casos para os anos de 1980 a 1983.  
Setúbal — 20, 53, 44, 46 casos para idêntico período.  
Lisboa — 42, 65, 49, 39 casos para idêntico período. ■



# O que foi a ORA e o Tarrafal

O camarada João Faria Borda, agora desaparecido, foi um dos destacados participantes na célebre «Revolta dos Marinheiros» de 8 de Setembro de 1936 e uma das vítimas da feroz repressão que o regime fascista de Salazar fez abater sobre os heróicos marinheiros, enviando-os para o Tarrafal. Recordamos aqui, em traços muito gerais, o que foi essa grande acção de luta contra o regime fascista desencadeada pelos marinheiros organizados na ORA e o papel odioso do «campo da morte lenta» na estratégia repressiva do regime salazarista — papel bem expressivo do carácter sanguinário e banditesco do Estado Novo.

Na madrugada de 8 de Setembro de 1936 as tripulações dos avisos «Bartolomeu Dias» e «Afonso de Albuquerque» e do contra-torpedeiro «Dão», fundeados no Tejo, revoltaram-se e tentaram sair do Tejo. A revolta falhou e a repressão fascista foi impiedosa — mas nas duras condições do fascismo dos anos 30, esta acção ficou a constituir um marco dos sentimentos antifascistas e democráticos de amplos sectores das Forças Armadas.

É sabido que este acontecimento foi preparado e levado a cabo pela Organização Revolucionária da Armada (ORA), organização clandestina de marinheiros onde os comunistas tinham papel determinante. Começou, por volta de 1932, no navio de guerra «Vasco da Gama», onde se estruturou e começou até a lançar um jornal, o célebre «Marinheiro Vermelho».

Havia, entretanto, uma norma na Marinha que impunha que os marinheiros com mais de três anos de serviço num navio fossem os primeiros a ser transferidos para outros barcos. Como a tripulação do «Vasco da Gama» era já antiga, os seus tripulantes começaram a ser distribuídos por outras guarnições, o que levou a ORA a alargar-se.

Em 1934, com as novas incorporações, a organização alargou-se ainda mais. Foi nessa altura que se compraram o «Afonso de Albuquerque» e o «Bartolomeu Dias» (que eram «gémeos», do tipo «aviso»), o «Dão» e mais alguns, que as tripulações foram buscar a Inglaterra. Essas tripulações já tinham células da ORA.

Em princípios de 1935 foram descobertos e presos 30 marinheiros — e entre eles toda a direcção da ORA — mas a luta prosseguiu. Foi eleita nova direcção e a organização continuou a crescer num contexto político efervescente: a guerra civil em Espanha, o 18 de Janeiro de 1934 em Portugal, as manobras da Marinha nesse ano, nos Açores, onde participaram todos os barcos entre cujas guarnições a sublevação ganhava um vasto apoio.

Os acontecimentos de 8 de Setembro de 1936 tiveram o seu verdadeiro início com uma ida a Espanha de «Afonso de Albuquerque» com o pretexto de recolher portugueses fugidos à guerra. Houve problemas a bordo porque havia ordens para não se desembarcar em portos republicanos, mas apenas nos que estivessem sob controlo dos fascistas de Franco. Ai os marinheiros decidiram não desembarcar em porto nenhum, o que causou burburinho. À chegada a Lisboa foram licenciados diversos marinheiros e feitas várias prisões, o que precipitou os acontecimentos e o desencadear da sublevação.

Já com as autoridades fascistas

alertadas, a artilharia de costa imporia, a tiro, a rendição. Foram considerados implicados na revolta 208 marinheiros, despronunciados 116, julgados 92 e absolvidos 10. Dos 82 condenados, 34 foram para o Tarrafal. Mas o regime não havia ganho para o susto...

## ○ Campo da Morte Lenta

Embora apenas oficialmente «aberto» em 1936, o campo de concentração do Tarrafal, na ilha S. Tiago, em Cabo Verde, foi criado em 1934 na sequência da insurreição de 18 de Janeiro, na Marinha Grande. Nesta altura o regime fascista de Salazar, ajudado, no exterior, pela situação política na Alemanha e em Itália, aumenta ainda mais a repressão brutal e aprofunda os mecanismos do terror e do sofrimento. Daí a criação (ainda não «oficializada») do campo de concentração do Tarrafal.

Em 1936 parte de Lisboa a primeira leva de presos para o Tarrafal a bordo do navio «Luanda». Nos Açores embarcam também presos do Forte de S. João Baptista. Em 23 de Outubro do mesmo ano entram no Tarrafal os primeiros 150 presos.

Era um campo de morte. De assassinios premeditados, embora essa intenção não fosse confessada em qualquer documento oficial, porque seria demasiado escandaloso. Mas era tão evidente esse objectivo, que o fascista Manuel dos Reis, um dos directores do Campo, disse um dia: «Quem vem para o Tarrafal vem para morrer!» E lá morreram 32 antifascistas, patriotas que voltariam à pátria libertada em 1978, numa impressionante homenagem que acompanhou a transladação dos seus corpos para um monumento construído no cemitério do Alto de S. João, em Lisboa. Deses 32 lutadores, 22 eram comunistas e 10 anarco-sindicalistas e republicanos. Bento Gonçalves, primeiro secretário-geral do PCP, foi um dos assassinados do Campo da Morte Lenta.

Contrariando as próprias leis fascistas, os presos do Tarrafal, na sua grande maioria, não tinham sido julgados e muitos outros haviam cumprido já as suas penas. Outros ainda, após o regresso de longas penas no Campo, foram de novo encarcerados nas masmorras fascistas em Portugal.

Os 340 antifascistas que estiveram prisioneiros no Tarrafal somaram, aí, um total de 2000 anos, onze meses e cinco dias, de prisão. Sem que o regime de Salazar lhes quebrasse o ânimo ou impedisse o avanço da luta antifascista que conduziria à gesta da Revolução de Abril, libertando o povo e o País.■



Esta foto foi tirada no Tarrafal. Anima-a a vitalidade de quem sempre esteve do lado certo da vida, lutando com intrepidez contra um regime sanguinário e enfrentando de rosto erguido os seus mecanismos de terror. João Faria Borda é o segundo a contar da esquerda, na fila de baixo



João Faria Borda no uso da palavra junto ao Monumento aos mortos do Tarrafal, no cemitério do Alto de S. João em Lisboa, no culminar da homenagem que, em Fevereiro de 1978, se realizou com a transladação solene das vítimas do campo da morte lenta

# a TV

## Ainda a treta dos «direitos humanos»

Com frequência usam os meios de comunicação em geral, e a RTP em particular, a expressão «direitos humanos» como pretexto para atacar os países do campo socialista. O acontecimento, por mais insignificante ou insignificativo, é empolado de maneira a poder ser utilizado na panóplia... dos direitos humanos.

Esta expressão, contudo, nunca é falada em situações, essas sim, de índole seriamente criminosas.

A polícia, nos Estados Unidos, carrega sobre manifestantes que protestam contra o *apartheid*. Mas será por isso mesmo que a polícia bate, cegamente? Que ideia! A polícia dá apenas porque os manifestantes estão... a prejudicar o trânsito.

O impressionante massacre de espectadores ao jogo entre o Liverpool e o Juventus reflecte, antes de mais nada, a situação degradante em que vive a sociedade inglesa, com as tensões a aumentar de dia para dia — caldo de cultura excelente para a acção de grupos neo-nazis, já acusados de estarem na origem do vergonhoso massacre. Pois nem uma vez os «direitos humanos» foram mencionados...

Terrível foi aquela reportagem sobre as condições em que vivem os presos numa penitenciária brasileira. Numa cela para dois presos «vivem» dez. Os presos, todas as semanas, tiram à sorte para ver quem se há-de matar a fim de proporcionar maior comodidade aos restantes!

Aqui, falou-se de «direitos humanos», mas ao de leve, de mansinho, quase a pedir desculpa...

Para já não me referir aos salários em atraso, essa paranoia dos governos de direita no nosso país. Direitos humanos ofendidos? Que ideia...

## Os amigos de Angola não estão na TV

Foi notícia internacional, para além do impacto que provocou no nosso país. Justamente, pois para o Povo português Angola é mesmo um país irmão: sofremos com os seus sofrimentos, alegramo-nos com os seus êxitos.

O ataque frustrado da África do Sul, com a prisão e confissão de um oficial sul-africano, veio apenas confirmar aquilo que os amigos de Angola já sabiam: que o bando da UNITA não era senão o braço armado das forças que travam o ímpeto de Angola para o futuro.

Pois o tema recebeu, no Telejornal, tratamento de uma frieza extrema. Enfim: tudo se soube por interposta pessoa, Telejornal não mexeu uma palha para ir ver como era, pelos seus próprios olhos e houve mesmo certos aspectos mais significativos que foram omitidos.

Sim. Angola tem muitos, muitos amigos em Portugal, no Povo português; lamentavelmente, porém, essa amizade não encontra correspondente ao nível do Governo e das forças no Poder que manipulam a televisão. Só que...

... Só que essas forças passam e o povo fica...

## RTP baixou sobre o povo a cortina do silêncio

E lá estivemos nós de atalaia, no domingo passado, para assistir ao tratamento que a RTP daria aos trabalhos da nossa Conferência da Reforma Agrária.

Que diabo, não nos venham dizer que não se tratava de um acontecimento importante. Não nos venham querer impingir que uma Conferência que congrega milhares de pessoas e faz o levantamento da situação numa área fundamental como é o da agricultura, não nos venham dizer que não se trata de um acontecimento de âmbito nacional.

Pois não era. Para os critérios do Telejornal, não era. Telejornal lá foi ruminando seus critérios obtusos, sem nos dar uma palavra sequer sobre o que se passara na Conferência. Tal qual como no domingo anterior fizera com a Conferência Nacional sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas. Tal qual como procedera em relação à Festa da Amizade, aqui em Almada, de grande significado por variados pontos de vista.

Do que se passou em Évora, tudo se resumiu, para o Telejornal, em um minuto e 49 segundos, durante o qual ouvimos umas frases de Álvaro Cunhal e vimos imagens da manifestação. E pronto, fecharam a torneira...

É curioso verificar uma constante na actividade telejornalesca: sempre que há uma grande iniciativa do Partido Comunista ou em que o Partido está envolvido, sempre há-de haver qualquer coisa que meta propaganda dos outros partidos com o objectivo de não deixar o campo da informação partidária nem por um só dia exclusivamente entregue ao PCP...

No domingo a que me reporto, lá estiveram Cavaco e Silva, numa reuniãozinha em Rio Maior e Lucas Pires também numa reuniãozinha em Santo Tirso. E para o Telejornal quer essas reuniãozinhas, quer a Conferência da Reforma Agrária; quer a meia-dúzia de pessoas, de um lado, quer os milhares de trabalhadores do outro, tudo pesou o mesmo na balança do critério rigoroso!!

E depois lá vem aquela anedota dos deputados que desejam preservar a «independência» da Televisão...

■ **Ulisses**

# ... Síntese... semanal da IMPRENSA

## O caso do preço da carne: elementar, meu caro Zé!

Em plena agonia da coligação PS/PSD, o Zé foi surpreendido pelo ruir dos tambores da propaganda do Governo: a carne vai baixar! tam, tam! a carne já baixou!

Pouco depois, às compras de fim-de-semana, o leitor bem quis encontrar o dito bife mais baratinho: é o encontras!

Desiludido, leu na segunda-feira que além do mais, a dita carne era só para uns mesitos pré-eleições!

O Sherlock Holmes, que observara toda a cena atentamente, disse baixinho: «elementar, meu caro Zé!»

## A demagogia da carne

● «O preço da carne de vaca desceu cerca de 10 por cento, entre quarta e quinta-feira. Motivo imediato: a chegada de carne importada à RFA. Motivo remoto: a decisão do Conselho de Ministros de fins de Abril de fazer descer os preços de alguns bens essenciais, medida que "viabilizou" através da liberalização da importação de carne.»  
(«Expresso», 1 Junho)

● «A baixa de preços agora verificada na carne de vaca insere-se numa medida meramente eleitoralista, pois o estratagemma utilizado pelo Governo é apenas viável por um período de cerca de seis meses.

Na verdade, o Governo está a comprar carne (nomeadamente à Alemanha Federal) que apenas durante seis meses chegará mais barata a Portugal, pois a partir de 1 de Janeiro de 1986 (data da adesão à CEE), os produtores europeus deixarão de poder socorrer-se de subsídios dos seus Governos para colocarem a carne mais barata no nosso País e essa mesma carne sem subsídios (ou seja, a preços de mercado) é mais cara do que a produzida em Portugal.

Esta medida do Governo parece assim apresentar-se nefasta por duas razões: cria expectativas que não correspondem à realidade, e como é uma medida que nada corrige nas estruturas existentes, poderá levar alguns produtores nacionais à ruína (...).»  
(«Correio da Manhã», 3 Junho)

## Cavaco & Amaral S.A.: a miragem da nova AD

● «Em termos substanciais, a única proposta concreta que surge no discurso político de Cavaco Silva é o apoio à candidatura a Belém de Freitas do Amaral e, através dessa candidatura, a reconstituição de um bloco político de direita. Toda a sua estratégia se resume a isto. Daí, ele recusar assumir qualquer compromisso que ponha em causa aquele apoio. E daí, pois, ter-se visto impedido de ultrapassar o contencioso com Mário Soares e o PS — apesar de ele ser, neste momento, quem menos interessado está na hipótese da dissolução da Assembleia e de eleições legislativas antecipadas.»  
(Pedro d'Anunção, «Expresso», 1 Junho)

● «A sorte, dizia Salazar, dá muito trabalho. Cavaco Silva poderá ser o chefe de um governo com maioria parlamentar. Tal como Sá Carneiro, fará frente a um PS diminuído mas, ao contrário de Sá Carneiro, terá no Presidente da República, Freitas do Amaral, um aliado. Um "ticket" atraente. Um "ticket" de um democrata-cristão e de um social-democrata é meio caminho andado para a vitória e o voto já não será mera questão de convicções ou desespero. O Poder está à vista e as tropas já o perceberam.

(...) Desde Dezembro de 1980 nunca tivemos dúvidas — apesar da desastrosa carta do Verão de 82 — de que Cavaco Silva seria escolhido pelo PSD quando este chegasse à beira do abismo.»  
Victor Cunha Rego, «Semanário», 1 Junho

## Querem queimar o Cavaco!

● «O presidente da mesa do congresso dos sociais-democratas, Pinto Balsemão, apontou ontem o nome de Cavaco Silva como aquele que reúne as condições para ser o candidato do PSD às eleições presidenciais.

Curiosamente, o nome do presidente da comissão política do partido é apontado como o melhor candidato às presidenciais precisamente por aqueles que se lhe opuseram no último Congresso ou por aqueles que, de algum modo, estiveram ligados à oposição (caso de Nascimento Rodrigues). Isto quando nenhum dos elementos afectos a Cavaco Silva veio até ao momento a ter o direito de considerar tal hipótese...»  
(«Correio da Manhã», 2 Junho)

## Krus Abecasis: censor e caceteiro

● «Desde que em Janeiro foi estreado em França, *Je Vous Salue Marie*, o penúltimo filme

de Jean-Luc Godard, sobre o tema da Imaculada Conceição, tem provocado acesa polémica. Nessa altura, sectores "integristas" afectos a monsenhor Lefebvre haviam atacado duramente o filme, mormente em Versalhes, Nantes e Bordéus. O episcopado francês entendeu, no entanto, dessolidarizar-se publicamente de tal contestação, ao mesmo tempo que os tribunais rejeitavam o pedido de proibição.

(...)

Dois dias depois de o director-geral da Comunicação Social, Cáceres Monteiro, ter escrito no "Sete" que «não é, aliás, provável, que a exibição de *Je Vous Salue Marie* seja acompanhada de um crescendo de polémica no nosso país», ela estalou, com a afirmação de Nuno Krus Abecasis segundo a qual, se o filme fosse exibido, ele tencionava «escaqueirar tudo». De facto, tais declarações são o anúncio público de uma situação de pré-censura que já existia: nenhum distribuidor português ousou comprar o filme, com receio de manifestações. Se é salutar verificar que o Secretariado de Cinema e da Rádio, dependente do Episcopado português, entendeu afirmar, através do seu porta-voz, Francisco Perestrello, que a Igreja não via inconveniente na exibição do filme no ciclo da Cinemateca Portuguesa dedicado a Godard («Não compete à Igreja exercer qualquer poder de tutela ou de controlo sobre uma Cinemateca estatal» disse), e que só emitiria opinião «depois da sua equipa de críticos o ver», fica, no entanto, uma inquietante questão: será que a liberdade de expressão constitucionalmente consagrada em Portugal depende dos humores de Nuno Krus Abecasis?

E, ao escolher a expressão «escaqueirar» para definir a atitude que se propõe adoptar, será que o presidente da Câmara de Lisboa se assume como um vulgar caceteiro?  
(A.M.S., «Expresso», 1 Junho)

**A História  
falseada  
A verdade  
ocultada**

**E. Kulkov  
O. Rjchevski  
I. Tchelichev**

# A VERDADE E A MENTIRA SOBRE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Qual o conteúdo concreto da literatura burguesa acerca da 2.ª Guerra Mundial?

Quais os métodos mais típicos para falsificar a História e ocultar a verdade?

Saiba tudo isto e descubra também a verdade sobre a 2.ª Guerra Mundial.

**à VENDA**

PROBLEMAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

edições Avante!

**Churrasco**

Para a direita, a CEE sempre foi, nas expressões diversas dos diversos grupos, a «prioridade das prioridades». De certo modo, a CEE sempre serviu de desculpa para o que não há ainda, não se desenvolveu entretanto, não se fez por enquanto. Para o que está mal ou foi mal feito ou a gente não gosta — porque a CEE ainda não chegou. Na TV, durante anos e anos, um tal Veloso, não deixa, sacramentalmente, de propagandear a CEE e os valentes «agricultores» que se desdobram em iniciativas para abrir caminho ao Mercado Comum.

Mas eis que a CEE está aí à porta. Vem a CAP, muito ciosa dos interesses nacionais, como se sabe, e ameaça (não sabemos se a CAP, além de ameaçar já fez alguma coisa no país) queimar na rua a carne importada.

Dizem eles que «os produtores de gado estão de cabeça perdida», porque «o escoamento de toda a sua produção para abate está em perigo se a importação de carne de bovino

# Pontos Cardeais

da CEE se manter». Dizem eles, quem? Os agricultores? Esses não costumam perder a cabeça. Lutam. Quem em nome destes diz barbaridades e ameaça perder a cabeça é o presidente-substituto da CAP, Leão Araújo, segundo o «Correio da Manhã». Mas não será que esse Leão o que quer é dizer que está disposto a mandar fazer apenas um churrasco?

**A rua**

Já se sabia que o PSD não costuma ficar «agarrado à letra dos acordos». Assim, o anúncio deste desacordo é coisa fraca, por parte do nóvel presidente do PSD, ex-ministro das Finanças da «AD». O que não se esperava

era a caterva de «apreciações» políticas também produzidas no passado fim-de-semana pela direita portuguesa. Cavaco Silva, na Figueira da Foz (à procura também de uma vaga de fundo?) afirmou, por exemplo, que o PSD era um partido novo. Novo? A afirmação é tão surpreendente que já nem se sabe o que é mentira. Se o facto de pretender-se apresentar o retalho «social-democrata» como novo, se o facto de se pretender até arvorar em... partido!

Cavaco teve, no entanto, razão, em afirmar que este Governo está «velho». E não será — dizemos nós — com o PS de Mário Soares e com o PSD — de quem quer que seja — que se poderá «renovar» este ou outro governo.

Outra das afirmações produzidas e interessantes, foi a de Lucas Pires. Arvorando-se tantas vezes em oposição, o Lucas do Caldas teve a desfaçatez de vir agora em socorro do executivo que tem mostrado «combater». Chega só agora à conclusão de que o acordo entre o PS e o PSD, «pelos vistos não era sério». E que, a violá-lo, estão a «dar a maior oportunidade histórica ao partido eanista e estão a oferecer condições para o Partido Comunista voltar à rua».

Se no caso da oportunidade ao novo partido não há dúvidas, já quanto ao PCP, o Lucas engana-se ou pretende enganar. O PCP tem estado sempre na rua. Por duas razões: primeiro porque nunca a abandonou — mesmo quando os governos de direita tudo fazem para impedir-lhe a presença junto do povo; depois porque os comunistas não têm participado nos «gabinetes» onde se decide a política e os destinos do país...

**A grande «descoberta»**

Em tempos que já lá vão, um grego, na hora do banho, descobriu uma lei da física, que mais tarde foi baptizada com o seu próprio nome e passou a chamar-se princípio de Arquimedes. Era uma questão líquida, de demonstração simples. E muito útil se revelou, não só na altura como pelos séculos fora. A impulsão vertical, de baixo para cima, igual ao peso do líquido deslocado, permitiu a gente boiar, primeiro, com alguma segurança e, mais tarde, vogar em balão pelos ares fora.

Uma questão líquida, mais tarde bastante mais fluída. Arquimedes, saltando da banheira, gritou «Eureka!» Eureka, gritam agora os franceses, acompanhados em coro por muitos parceiros seus, socialistas e europeus. É um grito aparentemente contra a IDE — a chamada guerra das estrelas — «inventada» pelo especial amigo de Soares, o sr. Reagan que, saltando de um écran de TV terá gritado qualquer coisa como Ya-hu! Eureka versus IDE não é uma questão líquida. Mário Soares hesita entre o *special friend* e o

*monami*. Como quem hesita, não entre duas formas de fazer a guerra, mas entre o PAL e o SECAM, entre dois sistemas de mostrar o mundo pela TV.

**«Bilhete de Malfteiro»?**

A senhora Thatcher, a que mais lágrimas de crocodilo deitou pelos olhos ao saber da carnificina «futebolasca» de Bruxelas, prometeu «castigo» aos criminosos que originaram a morte de dezenas de pessoas no Estádio de Heysel. Declarou-se «horrorizada, indignada e cheia de vergonha», querendo partilhar esses sentimentos com toda a Nação. Decidiu «indemnizar» as famílias dos mortos italianos — os outros não. E corre para aí que há já um número de telefone onde, confidencialmente, as testemunhas podem denunciar os vândalos. A polícia britânica está disposta, ao que parece, a perseguir os que foram ao jogo jogar um jogo de morte. No entanto, a senhora Thatcher é pessoa aproveitadora e não deixa perder uma oportunidade. A propósito desta desgraça — para a qual têm contribuído as «diversas» políticas capitalistas e fomentadoras da violência —, agora vem ela propor a criação de um «cartão de identidade» do espectador de futebol. Pensa ela — e todos os seus amigos da mesma política — que estas «medidas» são na realidade dissuasoras? Que um homem «armado» de um cartão deixa de ser perigoso? Ou será que se trata apenas de dar ao «malfteiro» um estatuto próprio? A ser assim, a senhora que manda na Grã-Bretanha bem podia ir pensando em «tirar um cartão» para si própria, que já tem muitas outras mortes e violências na sua conta-corrente...

**«Ampla coligação» com o PS**

José Miguel Júdice, presidente da Comissão Política Distrital de Lisboa do PSD, falando ao **Tempo** da estratégia do seu partido para as próximas eleições autárquicas, define como objectivo principal «derrubar o PC», numa zona, como diz o entrevistado, «de implantação essencialmente comunista» (a área metropolitana da capital). Como vai o PSD conseguir esse objectivo? Júdice explica: o seu partido «já tem concluído um acordo com o PS para derrubar o PC da Câmara de Vila Franca de Xira, e também já está quase concluído um acordo com os socialistas para derrotar os comunistas na Azambuja.» No caso da Amadora é o CDS que tem recusado uma «ampla coligação democrática PS-PSD-CDS»; enquanto no caso de Loures «infelizmente tem sido o PS a criar dificuldades a uma coligação semelhante». A política (uma certa política) tem, de facto, coisas curiosas: os dirigentes do PS andam, por um lado, a dizer-se muito zangados com o PSD por este atraiçoar o acordo de Governo e estar interessado em reconstituir a AD; mas por outro lado são eles próprios, dirigentes socialistas, que andam a fazer acordos que na prática significam a reconstituição da AD... alargada ao PS. Este soarismo...

# Gazetilha

por **Ignotus Sum**

O Soares de bom grado já foi do Freitas aliado. Queriam ambos o mesmo, exactamente, era uma questão de «timing» somente...

Ele já foi, sonolento e distinto, aliado de Mota Pinto. Ambos queriam os mesmos e inúmeros venenos questão de «forcing» a mais ou menos...

Metidos no buraco não quer o Soares o mesmo que o Cavaco? Claro que sim, mas depois é uma questão de «pressing» entre os dois...

Soares, Freitas, etc, são muito cosmopolitas e as palavras estrangeiras lá estão para dar mais expressão às fitas...

É já da tradição: quando se chega ao repartir dos roubos acaba-se a união, não se entendem os lobos...

Andavam os dois jogando taco a taco a ver quem mais levava o seu. Eis que chega o Cavaco e diz: «Agora mando eu...»

Logo o Soares, menestrel do samba, sempre na corda bamba, ele, que à conta do povo lançara o gume e a perda, logo sentiu em si nascer de novo a vocação de «esquerda»...

Mas acabou-se a obra e já diz muita gente: «Embarcámos na banha de cobra não embarcamos mais na banha da serpente...»



João Faria Borda

Até ao fim do derradeiro dia derradeiro momento nos quis dar. «quando eu morrer, pois que seja a lutar...» muitas vezes, sereno, nos dizia.

A palavra de sempre se cumpria. Como queria, morreu no seu lugar, com o vivo desejo de mostrar as duríssimas traves da alegria.

Defende-lhe a pureza do sentido a bandeira fiel do seu Partido que ele empunhou na frente do combate.

O bravo coração que o Amor impele não bate agora já no peito dele: em todos nós agora é que ele bate.



# Agenda

Avante!

Ano 53 - Série VII  
N.º 597

6 de Junho de 1985

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Quinta 6

### LISBOA

Concentração frente ao cemitério da Ajuda, pelas 10 h, assinalando o 1.º aniversário da morte do camarada Pires Jorge. Promovido pelo Organismo de

crático, o Teatro no Barreiro, o Barreiro e a sua História, a Comunicação Social e o Momento Político nas Instalações de «Os Penicheiros». Prevista ainda no mesmo local uma feira do livro e contactos com autores. Um coreto funcionará no Largo do

## Sexta 7

### ALVERCA

Festa Popular de Alverca, até dia 9, dom., no Jardim do Bairro. Hoje, às 21.30, baile com o conjunto «Opção» e música popular por-

dia 3. Idêntico processo se verifica nos distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro.

## Sábado 8

### ALVERCA

Festa Popular de Alverca, no Jardim do Bairro, promovida pela Organização local do PCP. Hoje, às 9 h, Mercado da Reforma Agrária. Às 16 h, comício com o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC e Daniel Branco, Presidente da Câmara de Vila Franca de Xira, seguido de canto livre com o grupo «Trigonovo», o coro «Unidos Baixo-Alentejo» e o GIC. Pelas 21.30 h, espectáculo de variedades c/ «Bago de Milho», Nuno Gomes dos Santos, José Jorge Letria, o rancho folclórico do Centro Social Bom Sucesso, e Jaime Reis.

### BARREIRO

Convívio com os trabalhadores do Bairro Alentejano, na Penalva, pelas 15 h. Intervenção política do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC.

### MATOSINHOS

Encontro da APU, em Santa Cruz do Bispo (Matosinhos), para balanço e perspectivas do trabalho a realizar pela APU no âmbito do Poder Local.

### VIANA DO CASTELO

«Festa da Amizade», hoje e amanhã, no jardim público desta cidade minhota. Do programa da festa promovida pela Organização local do PCP salientamos música popular, colóquios, filmes, actividades infantis e ainda um organizado serviço

de «comes e bebes».

## Domingo 9

### ALVERCA

Último dia da Festa Popular de Alverca, no Jardim do Bairro. Do programa para este dia salientamos: às 9 h, provas de atletismo; às 11.30 h, provas de ciclismo populares; às 16 h, tarde infantil, com os Pioneiros de Portugal (Núcleo do Sobralinho), palhaços «Pantufa e Pantufinha» e o Rancho Folclórico da Casa do Povo de Arcena e o GIC. À noite, pelas 21.30 h, noite de fado c/«Fado Abril».

### ALENQUER

Encontro da APU, no Cinema de Alenquer, Av. dos Bombeiros Voluntários, das 15 às 19.30 h. Objectivo do encontro discutir a situação do concelho e

mudar a actual situação. Participará no encontro o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC.

### CHAMUSCA

II Assembleia da Organização Concelhia da Chamusca do PCP, pelas 14.30 h, na Escola Preparatória. A reunião que se realizará sob o lema «Reforçar o PCP, Continuar Abril» conta com a participação do camarada Jaime Félix, membro do Secretariado do PCP.

### SANTIAGO DO CACÉM

Comemoração do 10.º aniversário da UCP/Cooperativa «Estrela Vermelha», de Santiago do Cacém, durante todo o dia. Às 17 h, intervenção política do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC.

## Hoje ÁLVARO CUNHAL em VISEU

O secretário-geral do PCP participa no Encontro de Quadros que se realiza na Escola Secundária de Viseu e às 17.30 h terá um encontro com representantes da Imprensa Regional. O camarada Álvaro Cunhal participará ainda, pelas 18.30 h, na inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP em Gandra (Mortágua).

## Segunda 10

### MONTIJO

Festa-convívio dos trabalhadores corticeiros do Montijo, integrada na

campanha para o novo CT da DORS. Às 10 h, encontro de futebol no campo de Areias, entre duas equipas de corticeiros. Às 12.30 h, intervenção política do camarada José Encarnação, membro da Direcção Regional de Setúbal do PCP, no pavilhão da «Montiagri». No mesmo local realiza-se, às 13 h, um almoço-convívio.

## Tempo de antena do PCP

Terça-feira, 11/6

«Antena-I»  
13.30 h

RTP-I  
20.30 h

Direcção da 2.ª Zona da Organização Local de Lisboa. Fará uma intervenção o camarada Aurélio Santos, membro do CC.

### ALPIARÇA

Sessão pública sobre «A Situação Económica em Portugal e a adesão à CEE», às 21.30 h, nas instalações da Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1.º de Dezembro. No colóquio, estará presente o camarada Gorjão Duarte, economista e membro do CC. Iniciativa promovida pela Comissão Concelhia de Alpiarça.

### BARREIRO

«Barreiro — Trabalho em Festa», de 6 a 10 de Junho. Festa promovida pela Org. Conc. do

Casal e no Pátio dos Bichos estará instalada a Adega do Fado. Durante toda a festa funcionará uma feira de velharias. Estão programadas actividades infantis e juvenis diversificadas. O desporto também não falta nesta festa que decorre sob o lema: «PCP promove amizade».

### MORTÁGUA

Inauguração do Centro de Trabalho de Gandra (Mortágua), com a presença do secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, às 18.30 h.

### VISEU

Encontro Distrital de Quadros do PCP, com a participação do camarada Álvaro Cunhal, na Escola

tuguesa com o conjunto «Interpopulo».

### MARINHA GRANDE

«Festa-85», até dia 9, dom., no Parque Mártires do Colonialismo, Marinha Grande. Jornada de convívio popular, com vasto programa de animação cultural, desportiva e recreativa. Sáb., dia 7, haverá um comício com a participação do camarada Raimundo Cabral, da Comissão Política do CC do PCP.

### MATOSINHOS

Em Gueifões (Matosinhos) encontro da APU para balanço e perspectivas do trabalho a realizar. Iniciativa dos eleitos da APU no concelho e nas freguesias.

## Homenagem ao camarada Pires Jorge

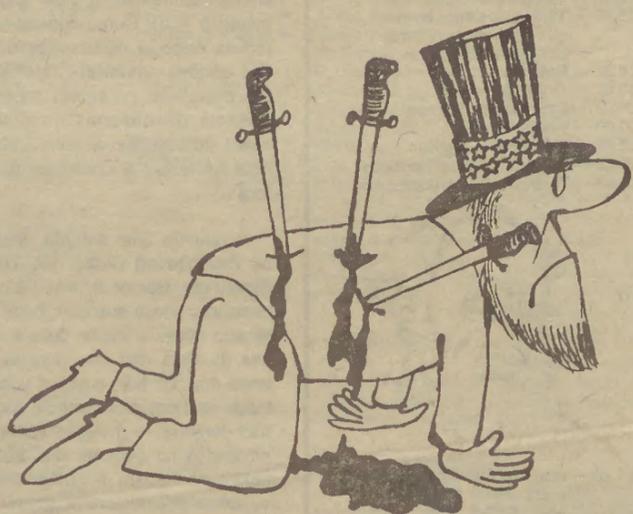
Concentração, hoje pelas 10.00 h, no cemitério da Ajuda, assinalando o primeiro aniversário da morte do camarada Joaquim Pires Jorge. Intervenção do camarada Aurélio Santos, membro do CC. Romagem organizada pela 2.ª Zona da OLL do PCP.

Barreiro do PCP e pela Org. Conc. da JCP. Da iniciativa constam exposições (AIJ, empresas e lutas dos trabalhadores, o Partido, o Poder Local Democrático) e colóquios (o Poder Local Demo-

Secundária de Viseu. Início às 10 h, prolongando-se todo o dia. Ainda no mesmo dia, às 17 h, encontro do secretário-geral do PCP com representantes da Imprensa Regional.

### SETÚBAL

Terminam hoje as eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul (STCESS) iniciadas no passado



Maurice Siné, (1928) in «Siné - Dessins Politiques». Coleção «Libertés». Jean-Jacques Pauvert, éditeur. Paris, 1965

Desenho publicado no jornal cubano «Revolucion» em Agosto de 1961

# TV O Programa

## Quinta 6

### RTP1

- 11.00 — Missa — (Corpo de Deus)
- 12.00 — Notícias
- 12.05 — 12/13
- 12.45 — Notícias
- 12.55 — Telenovela — «Vila Faia», 23.º Ep.
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos — «As Aventuras de Marco Polo»
- 18.35 — Notícias
- 18.55 — Desporto



- 19.20 — Dar e Receber — Da Direcção Geral de Contribuições e Impostos — 2.º programa
- 20.00 — Telejornal
- 20.28 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «A Sucessora», 108.º Ep.
- 21.10 — Triangular — Programa da Direcção de Informação
- 22.15 — Série — «Sede de Vingança», 4.º Ep. Real. Jim Goddard
- 23.10 — Último Jornal

### RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 20.15 — Conheça Melhor — A Suécia
- 20.40 — Série — «História de Amor e de Amizade», 5.º Ep. Real. Franco Rossi
- 21.35 — Da... Música



22.30 — Jornal

## Sexta 7

### RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — 12/13
- 12.45 — Notícias
- 12.55 — Telenovela — «Vila Faia»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos — Animação
- 18.35 — Notícias
- 18.50 — Desporto — Ténis — Meia-final Singular Homens do Troféu Roland Garros (França)
- 20.00 — Telejornal
- 20.28 — Bol. Meteorológico
- 20.30 — Direito de Antena — APAMM
- 20.35 — 50 anos do Pato Donald
- 22.00 — Concerto — Transmissão directa da Igreja da Lapa, no Porto, de um concerto pelas Orquestras Sinfónicas de Lisboa e do Porto e pelo Coro da Sé do Porto, que interpretará «Israel no Egipto», de Händel
- 23.35 — Último Jornal

## RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados — «Os Filhos da Pantera Cor-de-Rosa»
- 20.05 — Série — «A Minha Vida no Klondike», último Ep.
- 21.00 — Directo/2
- 22.30 — Jornal da Noite

## Sábado 8

### RTP1

- 11.00 — Tempo dos Mais Novos
- 13.00 — Notícias
- 13.05 — Tempo dos Mais Novos — «Jornalinho»
- 14.05 — Série — «O Pai Murphy»
- 14.50 — Revista de Touros
- 15.20 — Você e o seu Coração — Progr. do Prof. Fernando Pádua
- 15.50 — Notícias
- 15.55 — Memória da Fundação da Nacionalidade — 10 de Junho — Recepção e Guarda de Honra a S. Ex.º o Presidente da República
- 16.35 — Bailado — «12.º Prix Lausanne» para jovens bailarinos — 1.ª parte
- 17.10 — Série — «História das Invenções», 4.º Ep.
- 18.00 — Notícias
- 18.05 — A Semana que vem — Programa de Mário Zambujal
- 19.10 — Série — «Cheers»
- 19.45 — Totoloto
- 20.00 — Telejornal
- 20.28 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Série — «Ventos de Guerra», 9.º Ep.
- 21.30 — Homenagem a D. Afonso Henriques
- 23.35 — Último Jornal
- 23.50 — Última Sessão — «Até ao Amanhecer»

### RTP2

- 13.00 — Troféu — Ténis e Hóquei em Patins
- 20.00 — RTP Brasil
- 20.25 — Série — «D. Quixote», último Ep.
- 21.15 — O Renascimento — 5.º Ep.

## Domingo 9

### RTP1

- 10.00 — Missa e Te Deum — Da Sé de Braga
- 11.30 — 70 Vezes 7
- 11.55 — Tempo dos Mais Novos
- 13.00 — Notícias
- 13.05 — TV Rural
- 13.30 — Tempo dos Mais Novos — «Jovens na Música»
- 14.25 — Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades — Recepção oficial a S. Ex.º o Presidente da República na Pç. General Humberto Delgado
- 15.20 — No Mundo dos Fraggles
- 15.50 — Notícias
- 15.55 — Cortejo Histórico — Transmissão directa
- 17.30 — Concurso «1, 2, 3» — Programa de Carlos Cruz
- 20.00 — Telejornal
- 20.28 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Falando de Schubert — 5.º Ep. — Programa do Maestro José Atalaya
- 21.00 — Domingo Desportivo
- 22.00 — Festival da Juventude — Transmissão directa
- 00.05 — Último Jornal

### RTP2

- 14.02 — Troféu/Especial — Incluindo Ténis — O Troféu Roland Garros (França)
- 18.45 — Novos Horizontes
- 19.15 — Adágio — Recital por Vladimir Stoyanov (clarinete) e Maria Morais (piano): obras de Stavinsky, Bernstein e Poulenc
- 20.20 — Canto Livre
- 21.25 — Cine Clube — «Um Verão de Amor», real. Ingmar Bergman (Suécia/1951)

## Segunda 10

### RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — 12/13
- 12.45 — Notícias

- 12.55 — Telenovela — «Vila Faia»
- 13.25 — Desenhos Animados
- 13.35 — A Árvore dos Patafúrdios
- 14.10 — O Povo e Música — «Zebreiros»
- 14.40 — Poetas Continuadores de Camões
- 15.25 — 20 anos que te Canto
- 15.55 — Documentário — «Alto Tâmega»
- 16.30 — Sessão Solene — Inserida nas Comemorações de 10 de Junho
- 18.30 — Notícias
- 18.45 — Concerto Gulbenkian — Inserido nas comemorações do 10 de Junho
- 20.00 — Telejornal
- 20.28 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «A Sucessora»
- 21.15 — Arroz Doce — Progr. de Júlio Isidro, real. Luís Filipe Costa
- 23.15 — Último Jornal.

### RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 19.50 — Feiras de Portugal — «X Feira Nacional do Cavalo — Golegã»
- 20.15 — RTP-Madeira
- 21.00 — Noite de Teatro — «Auto d'El Rei Seleuco»
- 21.45 — Documentário
- 22.30 — Jornal da Noite.

## Terça 11

### RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — 12/13
- 12.45 — Notícias
- 12.55 — Telenovela — «Vila Faia»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos
- 18.35 — Notícias
- 18.55 — Século XX — «O Mundo em Guerra», 6.º Ep.
- 20.00 — Telejornal
- 20.28 — Bol. Meteorológico
- 20.30 — Direito de Antena — PCP
- 20.45 — Telenovela — «A Sucessora»
- 21.35 — Série — «O Corpo Humano», 6.º Ep. — «A Água que o nosso corpo contém»
- 22.00 — Actual — Programa da Direcção de Informação
- 23.05 — Série — «Tudo em Família»
- 23.30 — Último Jornal.

### RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 20.00 — Música da América
- 20.30 — O Mundo em Guerra — «Portugal 1939/45»
- 21.00 — Sessão das Nove — «Conversa Acabada», Real. João Botelho.
- 22.45 — Jornal da Noite.

## Quarta 12

### RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — 12/13
- 12.45 — Notícias
- 12.55 — Telenovela — «Vila Faia»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos — «Os Muminhos», Contos Folclóricos Húngaros»
- 18.25 — Notícias
- 18.55 — Trânsito
- 19.20 — Expresso da Europa
- 20.00 — Telejornal
- 20.28 — Bol. Meteorológico
- 20.20 — Vamos Jogar no Totobola
- 20.45 — Telenovela — «A Sucessora»



- 21.20 — Noite de Cinema — «Guerra e Paz». Real. King Vidor e Mário Soldati
- 01.10 — Último Jornal.

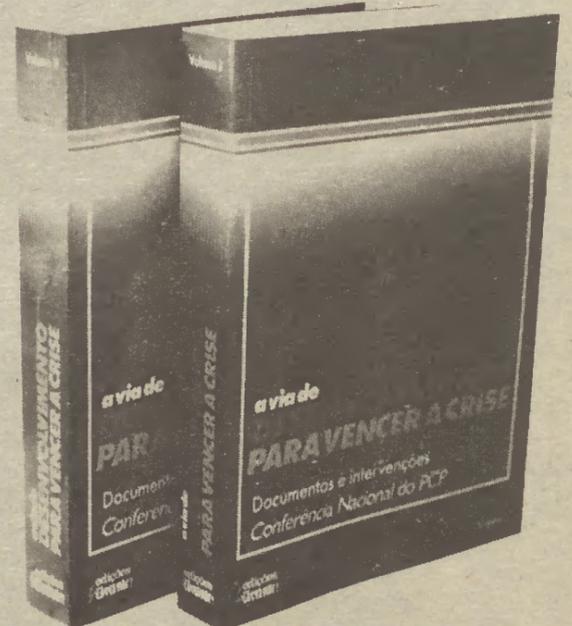
### RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 20.10 — Memória dum Povo — «Tudo Obriga ao Pastel...». A tradição da pastelaria antiga
- 20.35 — Série — «O Mundo em Extinção», 9.º Ep.
- 21.30 — FilMOTECA TV
- 22.30 — Jornal da Noite.

# Livros

«A Via de Desenvolvimento para Vencer a Crise», documentos e intervenções da Conferência Nacional do PCP, realizada em 30 e 31 de Março no Seixal, edições «Avante!», Lisboa, Abril de 1985, dois volumes de 771 e 856 págs. Preço de cada vol. — 500\$00.

«Poder Local — Cultura, Desporto, Juventude», documentos e intervenções do Encontro de Quadros do PCP realizado em 24 de Novembro de 1984, edições «Avante!», Lisboa, Abril de 1985, 224 págs. Preço — 650\$00.



Uma das linhas de ataque dos politiquieiros e escribas de direita contra o PCP dirige-se no sentido de afirmar a sua pretensa incapacidade em fazer outra coisa que não seja lutar pela queda dos governos, acusando os comunistas de viverem como que obcecados por um estranho desejo de instabilidade, digamos mesmo de arruaça — qual característica idiossincrática ou doença maligna.

Por outro lado, uma das linhas de propaganda do Governo PS/PSD e das forças reaccionárias que o apoiam consiste na constante repetição de que a política que tem vindo a ser prosseguida é a única viável e que não há alternativa a ela, como o provaria o facto de os comunistas passarem a vida a fazer críticas ao Governo mas, simultaneamente, se furtarem (dizem eles...) a propor outras medidas.

Tanto aqueles ataques como estas acusações são, como é sabido, completamente falsos, e só ainda enganam alguma gente devido ao completo domínio que o Governo e os seus apaniguados têm sobre a comunicação social do sector público, a começar pela superinfluyente Televisão, o que lhes permite impor as suas teses não só como as verdadeiras, mas também, muitas vezes, como as únicas.

O facto é que os verdadeiros desestabilizadores são os que levam à prática uma política antipopular e antinacional, e não os que, legítima e legalmente, protestam contra essa política; e o facto é também que, se há alguém

lações económicas externas; Questões sociais; Desenvolvimento regional.

Como justamente se diz na nota introdutória ao 1.º volume: «Aqueles que assistiram e participaram na Conferência e os que contactaram com os estudos, materiais e intervenções, não têm dúvidas em afirmar que quem quiser estudar os problemas da economia nacional não poderá deixar de ter em devida conta o que se analisou e como se analisou, o que se propôs e para quem se propôs, durante aqueles dias de intenso trabalho. E se é certo que tal não esgotou o debate nacional na procura das soluções para a crise, antes o estimulou mais ainda, também não é menos

# PODER LOCAL CULTURA DESPORTO JUVENTUDE

que desde há muito venha propondo uma alternativa viável e fundamentada à política de direita que tem vindo a ser seguida, é precisamente o PCP. Como concretas e inequívocas provas disso aí estão estes dois lançamentos das edições «Avante!», relativos a outras tantas iniciativas recentes, organizadas na sequência de dezenas de outras integradas numa perspectiva comum: debater os problemas nacionais e contribuir para a sua resolução.

A reunião que durante dois dias decorreu no Pavilhão do Clube dos Trabalhadores da Siderurgia Nacional, em Paio Pires, Seixal, constituiu aquilo que com boas razões foi qualificado como o maior debate sobre a economia do País real que alguma vez teve lugar entre nós. Os dois grossos volumes agora editados reúnem praticamente todas as mais de três centenas e meia de intervenções escritas proferidas no decorrer dos trabalhos por militantes do Partido e outros democratas, intervenções essas apresentadas segundo o esquema adoptado na própria Conferência, a qual, recorda-se, abrangeu os seguintes temas: Agricultura; Pescas; Grandes projectos nacionais; Indústrias extractivas; Indústrias de base; Indústrias transformadoras ligeiras; Transportes; Comunicações; Energia; Tecnologia; Construção civil e obras públicas; Banca; Seguros; Comércio e preços; Turismo; Papel das diferentes formações económicas; Re-

certo que o PCP deu um contributo decisivo para o seu aprofundamento.»

Complete-se a recensão com dois apontamentos mais. Um, a boa apresentação gráfica dos volumes, com o benefício suplementar de que a solução encontrada permitiu praticar um preço acessível. Outro, o pormenorizado índice que permite ao leitor interessado, uma fácil orientação.

Características idênticas às acima citadas enformam também o volume que recolhe o essencial do Encontro de Quadros ligados ao Poder Local realizado na Faculdade de Letras de Lisboa e que se debruçou sobre temas tão candentes como são a cultura, o desporto e a juventude. Trata-se, neste caso, de uma riquíssima recolha de experiências colhidas no exercício quotidiano do Poder Local democrático, cujo conhecimento poderá sem dúvida contribuir não só para o conhecimento da realidade mas também para a busca de melhores caminhos para a transformar, em benefício do povo e do País.

Dois lançamentos editoriais, enfim, que em si próprios, por aquilo que significam e por tudo aquilo que os tornou possíveis, dignificam o partido que os promove e são dois poderosos e irresponsáveis argumentos contra os inimigos e caluniadores do PCP. E, acima de tudo, constituem um material de extrema utilidade para todos aqueles que, comunistas ou não, estão empenhados na luta por um Portugal mais justo, mais feliz e mais próspero.

# Cinema A seleção

# Exposições

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b> Amadeus	★★★★	★★★★	★★★	★★★★	★★★★
<b>B</b> Os Amantes de Maria	★★★★★	★★★★	★★★	★★★★	★★★
<b>C</b> Ana	★★	★★	★	—	★★
<b>D</b> O Baile	★★★★	★★★	★★★★	★★★	★★★
<b>E</b> O Exterminador Implacável	—	—	★	—	—
<b>F</b> Um Lugar no Coração	★★★	★★★	★★★	★★	★★
<b>G</b> Passagem para a Índia	★★★★	★★★	★★	★★★	★★
<b>H</b> Pastoral	★★★	★★★★	★★★	—	—
<b>I</b> Terra Sangrenta	★★	★★★	★★	★★★	★★
<b>J</b> Testemunha de Um Crime	★★	★★	★★	★	★★

- A — Real. Milos Forman — Londres (15, 18.15, 21.30), Las Vegas/2 (15.15, 18.30, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Andrei Konchalovsky — Alfa/1 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Berna (14, 16.30, 19, 21.30), Tivoli (14, 16.30, 19, 21.30) — Lisboa; Passos Manuel (18.45, 21.45), Foco (14, 16.30, 21.45) — Porto.
- C — Real. António Reis e Margarida Cordeiro — Forum Picoas/1 (de 2.ª a 6.ª/19.30; sáb. e dom./14.30, 18) — Lisboa.
- D — Real. Ettore Scola — Quarteto/1 (14.30, 16.45, 21.15) — Lisboa.
- E — Real. James Cameron — Condes (14, 16.30, 19, 21.30), Fonte Nova/3 (14.30, 16.45, 19, 21.15), Las Vegas/1 (15.30, 18.45, 21.45) — Lisboa; Batalha (2.ª a 6.ª/14.15, 16.20, 21.30; sáb e dom./14.15, 16.20, 18.30, 21.30) — Porto.
- F — Real. Robert Benton — Nimas (14, 16.30, 19, 21.30) — Lisboa; Lumière/L (18, 21.45) — Porto.
- G — Real. David Lean — S. Jorge/2 (14.15, 17.45, 21) — Lisboa.
- H — Real. Otar Iosseliani — Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19, 21.45) — Lisboa.
- I — Real. Roland Joffé — Alfa/2 (14, 16.30, 19, 21.30, 24) — Lisboa.
- J — Real. Brian de Palma — Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19, 21.15); Terminal (13, 15, 17, 19, 21.30, 24) — Lisboa.

Classificação de A a J

**Arqueologia Industrial**, «Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender». Na antiga Central Tejo, em Belém.

**João Hogan**, retrospectiva de 45 anos de pintura. Galeria Ana Isabel, R. da Emenda, 111, 1.º. Até 20/6.

**Exposição-Diálogo sobre Arte Contemporânea**. Das 10 às 17, encerra à Seg. Gratuito ao Dom. Fundação Gulbenkian, Sede e CAM.

**Gaëtan**, desenho e pintura, no Museu Nacional de Arte Antiga, R. das Janelas Verdes, até 30/6.

**I Salão de Artes Visuais-DN Jovem**, na Galeria «Diário de Notícias» (fotografia, desenho e colagens), Largo do Chiado, das 10 às 12.30 e das 14.30 às 19 horas. Até 8/6.

**Isabel Laginhas**, 2.ª a 6.ª/10 às 19.00; Sáb./10 às 13.00. Altamira. Até 15/6.

**Jorge Colombo**, desenhos. Gal. Novo Século, R. do Século, 23-A. Até 8/6.

**Pedro Calapez**, pintura. Galeria Diferença. Até 9/6.

**Bernard Faucon**, fotografia. De 2.ª a Sáb./16 às 20. Galeria Módulo, Av. António Aug. Aguiar, 56, 5.º. Até 8/6.

**«Os Bichos»**, Centro Artístico Infantil da Gulbenkian. Sáb./10.30 às 13 e 14.30 às 17.30. Horário especial para grupos de alunos. Até 16/6. Fund. Gulbenkian.

**Gente do Palco**. Museu do Teatro. De 3.ª a Dom., das 10 às 13 e das 14 e 30 às 17 horas.

**«60 Anos de Rádio em Portugal»**, exposição no Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C, aberta durante o horário geral do edifício.

**«Vestir 1955-85»** — a moda nos últimos 30 anos. Museu Nac. do Traje, Palácio do Monteiro-Mor, Lumiar.

**Artur Bual**, pintura. Galeria S. Bento, R. do Machado, 1. De 2.ª a Sáb. das 11 às 21. Até 20/6.

**José Pedro Croft**, escultura. Galeria Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a Sáb., das 15 às 19. Até 21/6.

**Contactos com a Natureza**, colectiva de desenhos, aguarelas, e óleos. Das 16 às 20,

até 10/6. Galeria Antiqua/Sala A. PORTO.

**Tapeçaria Oriental**, em lã e seda. Das 16 às 20, até 10/6. Galeria Antiqua/Sala B. PORTO.

**Max Klinger**, gravura. Das 9 às 22.30/2.ª a 6.ª, das 15 às 19 e 21.30 às 23.30/Sáb. e Dom. Cooperativa Árvore. PORTO.

**«O Porto Visto por Dois Jovens Artistas»**, de Manfred Feiter e Paulo Hernani, na Coop. Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1. Simultaneamente será apresentada uma exposição de serigrafias originais de Vieira da Silva. Até 19/6. Porto.

**ESBAP**, exposição documental sobre o «Bairro Coppédé», de Roma, na sala de exposições da Escola Superior de Belas-Artes do Porto, com o apoio do Instituto Italiano, até 12/6. Porto.

**Arquitectura e Escultura Góticas**, até 3/11. Mosteiro de Sta. Maria da Vitória. BATALHA.

**Jovens pintores, novas pinturas**, exposição no Centro Cultural de São Lourenço. Almansil.

**Canedo, Maia e Miguel Ribeiro**, pintura, na Galeria Diagonal, no Hotel Cidadela, de 3.ª a domingo, das 16 às 20 horas. Até 20/6. Cascais.

**Fotografias de Trás-os-Montes**, de Georges Dussaud, no Edifício Chiado, de 2.ª a 3.ª, das 9 às 12.30 e das 14.30 às 19 horas; sáb. e dom. das 10 às 12.15 e das 15 às 18 horas. Até 15/6. Coimbra.

**Azulejos nas Estações Ferroviárias Portuguesas**. De 28/5 a 11/6. Posto de Turismo. FARO.

**Carlos Calvet**, pintura. Das 15 às 19.3.ª a Dom., até 7/6. Galeria Gilde, S. Torcato. GUIMARÃES.

**Azulejaria da Nazaré e das Estações da Linha do Oeste**. Museu Municipal, em colaboração com a CP. Até 30/6. NAZARÉ.

**Máscaras do Distrito de Bragança**, no Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra. Até 14/6.

**Arte Sacra** (paramentaria e ourivesaria) da região de Óbidos. Até meados de Junho. Solar da Pç. de Sta. Maria. ÓBIDOS.

**Armas Antigas**, integrada nas comemorações do VIII Centenário do Concelho de Palmela. No castelo. PALMELA.

**Rogério Ribeiro e José Aurélio**, desenhos e esculturas. De 2.ª a 6.ª/15.30 às 19 e 21 às 22; Dom./15.30 às 19. Até 19/6. R. Dr. Joaquim Luís Martins, 16. SANTARÉM.

**H. Mourato**, pintura. Até 22/6. Museu Municipal. SANTIAGO DO CACÉM.

**Matos Cardoso**, pintura e colagens. Galeria de Artes Visuais da Casa de Bodega/Galeria Municipal, de 11/5 a 9/6. De 3.ª a 6.ª/9 às 12 e 14 às 17; Sáb. e Dom./15 às 19. SETÚBAL.

**Arqueologia Naval**, exposição itinerante organizada pela Ass. dos Municípios de Setúbal, a percorrer todos os concelhos do distrito. SETÚBAL.



# Teatro o Cartaz

# ...e ainda Música, debates, etc.

**LISBOA**

**ABC**, Parque Mayer. As 21.45; Sáb e Dom também às 16.00. **Fininho mas Jeltosinho**, de J. Bettencourt, versão de César Oliveira e R. Soimado, enc. Carlos César.

**Maria Matos**, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 4.ª a Sáb/21.45; Sáb e Dom/16.15. **Confidência de Alto Nível**, de R. D. MacDonald, enc. Hermínia Tojal e Sande Freire.

**Comuna**, Pr. de Espanha. De 5.ª a Sáb/21.15; Dom/17.00. **Quatro para Quatro** de Michel Cysneaux, enc. João Mota — **Café-Teatro**, 6.ª/19.00; Sáb/21.45. **Mestre meu Querido Mestre**, de Fernando Pessoa, enc. João Mota.

**Nac. D. Maria II**, Rossio. De 3.ª a Dom/18.30. **Ela Não Sabia Sonhar**, de Denise Chalem, enc. Manuel João Ramos. De 3.ª a 6.ª/21.45, Sáb./16.00 e 21.45 e Dom. só 16.30: **A Paixão de Mestre Afonso Domingues**, de António Patrício, enc. de José Gil — a partir do dia 8/6 — **Sala Experimental**, de 3.ª a Sáb/21.45; Sáb e Dom/16.30. **Ciclo Raul Brandão**, enc. Varela Silva.

**Ocarina**, Trav. do Poço da Cidade, 40. 2.ª, 4.ª e 6.ª/19.00. **O Paraíso Não Está à Vista**, de Fassbinder, enc. Rogério Carvalho, Grupo de Teatro Maizum.

**Teatro do Bairro Alto**, R. Ten. Raul Cascais, 1-A, Ricardo III, de W. Shakespeare, enc. Luís Miguel Cintra — **A Cornucópia**, às 21.00).

**Teatro do Século**, R. do Século, 41. De 3.ª a Sáb./21.30; Dom./16.45. **Artimanhas de Scapin**, de Molière, enc. Rogério Carvalho.

**Teatro da Trindade**, Rua Nova da Trindade. De 3.ª a 6.ª 21.30; Sáb./16.00 e 21.30; Dom. só 16.00. **A Noite das Tribades**, de Per Olov Enquist, enc. de Fernanda Lapa.

**Teatro Aberto**, Praça de Espanha. De 5.ª a Sáb./21.30; Dom/16.00. **O Estiflor Gorda**, compilação de textos, dramatúrgia e encenação de Mário Viegas.

**PORTO**

**Cooperativa do Povo Português**, 4.ª a Sáb/15.00. **O Fidalgo Aprendiz**, de D. Francisco Manuel de Melo, enc. Norberto Barroca — 5.ª a Sáb/22.00. **Mistério Cómico**, de Dario Fo, enc. J. Castronuovo.

**Sala-Estúdio do TEP**, R. do Pinheiro, 9. 3.ª e 4.ª/18.45; 5.ª e 6.ª/21.45; Sáb/16.00 e 21.45; Dom./16.00 e 18.00. **Amor de D. Perlimplim com Belisa em seu Jardim**, de Fed. Garcia Lorca, enc. Roberto Merino.

**Sala d'O Realejo**, R. dos Mercadores, 136. 5.ª a Dom./21.30; Dom/17.30. **Com Pa-**

**pas e Bolos se Enganam os Tolos**, enc. Vítor Valente. 3.ª/21.45; 6.ª e Sáb/24.00. **Chão das Estrelas**.

**Teatro do Campo Alegre**, R. do Campo Alegre. De 3.ª a Dom/21.45; Dom. e feriados/16.00. **Uma Família do Porto**, adapt. de «Uma Família Inglesa», de Júlio Dinis por Norberto Barroca, enc. Norb. Barroca — **Seiva Trupe**.

**Teatro Universitário do Porto**, 6.ª e Sáb./21.30; Dom./18.00. **Bodas de Ouro**, segundo textos de B. Brecht, etc., enc. José Caldas.

**TEARTO — Casa de Teatro do Tear**, Rua do Heroísmo. 5.ª e 6.ª/22.00; Sáb. e Dom./16.00 e 22.00. **O Doido e a Morte**, de Raul Brandão, enc. de Castro Guedes.

**ALMADA**

**Academia Almadense**, 5.ª/18.30; 6.ª/21.30. **O Capote**, de Gogol, enc. Joaquim Benite — **Comp. Teatro de Almada** /Grupo de Campolide.

**CALDAS DA RAINHA**

**Teatro da Rainha**, estreia hoje. **Autos de Engano e Pecados**, montagem de textos de Gil Vicente, enc. Fernando Mora Ramos.

**CASCAIS**

**Teatro Experimental de Cascais**, 3.ª a Sáb/21.45; Dom/17.00 e 21.45.

**Arraia-Miúda**, de Jaime Gralheiro, enc. Carlos Avilez.

**COIMBRA**

**Ginásio do Centro Recreativo do Bairro Norton de Matos**. De 8 a 12 de Junho, às 21.30. **D. Quixote**, de Cervantes, enc. Andrzej Kowalski, pelo Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra (TEUC).

**LEIRIA**

**Audatório do Tela**, Rua Afonso Lopes Vieira, 38. 3.ª a Sáb./21.30. **Falar Verdade a Mentir**, de Almeida Garrett, enc. José Valentim Lemos, pelo Teatro Experimental de Leiria (TELA).

**PÓVOA DE SANTO ADRIÃO**

**Salão da Junta**, Dia 8, Sáb./16.00. **Deus Lhe Pague**, de Joracy Camargo, dia 9, Dom/16.00. **Quem Tem Farellos**, de Gil Vicente.

**SETÚBAL**

**Teatro de Bolso do TAS**, Rua Dr. Aníbal Álvares da Silva, 9. **Luisa Todí**, texto de Fernando Gomes e Rui Mesquita, enc. Fernando Gomes.

**VILA FRANCA DE XIRA**

**Festival de Teatro de Amadores — 1985**, de 6 a 30 de Junho, organizado por grupos de amadores locais, com o patrocínio da CM de Vila Franca de Xira. O festival inaugura-se

hoje com um desfile dos grupos participantes e serão dados 15 espectáculos em diferentes localidades do concelho.

**Para crianças**

**LISBOA**

**Comuna**, Praça de Espanha. Sáb. e Dom./15.00. **História de uma Cozinhada**, texto e enc. de Horácio Manuel.

**Salão das Furnas**, R. Raul Carapinha. 3.ª, 5.ª, 6.ª/9.30, 11, 13.30. **Bola de Sabão**, enc. Mário Jorge — Grupo os Papa-Léguas.

**TIL**, R. Leão Oliveira, 1, ao Calvário. Sáb., Dom., e feriados/16.00. **Graças e Desgraças na Corte d'El Rei Tadinho**, de Alice Vieira, enc. Ruy de Matos.

**BARREIRO**

**Penicheiros**. A partir de Sáb., dia 1, **Os Gatos**.

**BRAGA**

**Casa Municipal da Cultura**. Sáb. e Dom./11.00: **A Incrível História de Tomás Paramim e do Selvagem Rha**, enc. Rui Madeira — CENA — **Comp. de Teatro de Braga**.

**PORTO**

**Sala-Estúdio do Pé de Vento**, R. das Virtudes. Sáb. e Dom./16.00. **A Guerra do Tabuleiro de Xadrez**, de M. Ant. Pina, enc. João Luís.

**Folclore**

**Encontros distritais da Associação Portugal-URSS**, de 6 a 10 de Junho, com a actuação do Conjunto Folclórico Voljanka. Hoje, no auditório de Portimão, às 21.00, com a participação também do Rancho Infantil de Tavira e do Rancho Calvário de Portimão. Sáb., dia 8, no Teatro Virgínia, Torres Novas, às 16.00, com a participação do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Torres Novas. Dom., dia 9, no Montijo, com a participação dos grupos Alcatejo e Trovanova e do Rancho Afonsoeiro. O último espectáculo decorrerá em Santa Iria de Azóia, com a presença do Rancho Folclórico Os Aveiros e de uma orquestra infantil da localidade. O Conjunto Voljanka, que actuará em todos estes espectáculos terá ainda actuações na Baixa da Banheira e Coimbra.

**Música**

**D. W. Art**, hoje à noite, no «Rock Rendez-Vous» (revelação

do 2.º Concurso de Música Moderna).

**Orquestra Sinfónica da Ópera de Hannover**, no Coliseu dos Recreios. Direcção de J. A. Gahres. Concerto para jovens: «Uma Orquestra Sinfónica — do ensaio ao concerto». As 11 h.

**THC**, amanhã, dia 7, à noite, no «Rock Rendez-Vous» (vencedores do 2.º Concurso de Música Moderna).

**Quarteto de António Pinho Vargas**, amanhã, dia 7, pelas 21.30, no Auditório Nacional Carlos Alberto, Porto.

**Pedro Caldeira Cabral e «La Batalla»**, amanhã, dia 7, às 21.30 h., no Teatro Garcia de Resende, Évora, (música antiga medieval).

**Orquestra Sinfónica da Ópera de Hannover e Coro Gulbenkian**, amanhã, dia 7, no Coliseu dos Recreios, às 21.30 h. Direcção do Maestro G. A. Albrecht. Obras de Haendel e Mahler. Soprano, Lucy Peacock, contralto, Ruthild Engert.

**Marlillon**, concerto, sábado, dia 8, no Pavilhão do Belenenses, às 21.30 h.

**Cinema**

**No Estádio do Bessa**, dia 9, dom., espectáculo musical com os grupos Quinteto de Maria João, Jáfumega e os cantores Sérgio Godinho, Jorge Palma e Lena d'Água. Inicia-tiva integrada no Ano Internacional da Juventude e em coordenação com as comemorações do 10 de Junho.

**Bailado**

**Teatro Maria Matos**, dias 12 a 14 e 19 a 21, à noite, dias 15 e 22, à tarde, e à noite e dia 16, à noite, bailado pelo grupo de dança «Friends», radicado em Paris que vem a convite do grupo de Lilliane Viegas, «Sétima Posição».

O grupo «Friends», dirigido por Redha Benteifour, dançará «Macadam», «Caravane», «Sortie de Secours» e «Reception», todos com coreografia daquele bailarino. A

companhia portuguesa dançará «Alternativa», com coreografia de Lilliane Viegas e música de Herbie Hancock. LISBOA.

**Ciclo «O Verão no Cinema»**, no Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C. O Verão é o tema e o cinema, o suporte deste ciclo que se prolonga até 30/6. Os espectáculos variam entre as 16.00 e as 22.00 h. Hoje, «Esplendor na Relva», de Elia Kazan; dias 7 e 8, «Férias Tentadoras», de Annelise Meinche; dia 9 e 10; «Viva Zapata», de Elia Kazan; dias 11 e 12, «O Pecado Mora ao Lado», de Billy Wilder. LISBOA

**Desporto**

**Festa da Ginástica**, nos dias 8 e 9, no Pav. do Clube Naval Setubalense, na qual participarão cerca de 1400 jovens atletas de um vasto conjunto de clubes e instituições desportivas de todo o distrito de Setúbal, promovida pela Associação de Municípios do

Distrito de Setúbal.

**Festival Desportivo**, dia 8, no Estádio «13 de Agosto», no Barreiro, com provas de atletismo, ginástica, judo, futebol de sete (masculino) e futebol feminino. Nesse mesmo dia realiza-se uma prova de estafeta conclheia e, no dia 9, um «rali-paper». As iniciativas integram-se na festa promovida pela Organização Concelhia do Barreiro do PCP.

**I Acampamento Juvenil do Clube de Campismo de Setúbal**, de 6 a 10, no Parque de Campismo de Gâmbia, iniciativa que se integra nas comemorações do Ano Internacional da Juventude e que conta com o apoio, entre outros, das CM de Setúbal e de Palmela, da Junta de Freguesia de S. Sebastião e da Delegação de Setúbal da DGD. Para os jovens campistas estão previstos passeios pedestres na Reserva Natural do Estuário do Sado, animação desportiva, jogos tradicionais, música popular, cinema ao ar livre e o tradicional fogo de campo.

# Tempo Fim de Semana

De acordo com a antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, o tempo para o próximo fim-de-semana vai apresentar-se com períodos de céu muito nublado, vento moderado de Noroeste e aguaceiros, em especial nas regiões Norte e Centro do País.

# Utilidades & variedades

## 22 conselhos práticos para a aparelhagem de som

### 1. Potência; curva de resposta

Discute-se muito sobre a potência ideal de um amplificador de alta-fidelidade — e a verdade é que existem as mais diversas teorias. Em geral, considera-se como um mínimo aceitável a potência de 20 watts por canal e 50 watts como uma média inteiramente satisfatória.

Naturalmente contudo que há sempre que adequar a potência ao local habitual de audição: numa pequena casa, 20 W por canal podem ser largamente suficientes e numa grande sala 50 serem escassos.

Um princípio elementar pode sempre ajudar: quanto mais potente for um amplificador (e, portanto, as colunas, de que falaremos mais tarde) menor será a sua qualidade funcionando «muito baixo»; por outro lado, um amplificador a funcionar no limite máximo da sua potência tende sempre a introduzir factores de perturbação no som.

A potência do amplificador não é contudo o índice mais significativo da sua qualidade: mais importantes são a relação sinal-ruído e a curva de resposta.

A relação sinal-ruído refere a capacidade do amplificador de eliminar os ruídos parasitas criados pelo próprio equipamento: se se ligar um amplificador sem que nenhuma fonte de captação esteja a funcionar e se abrir o máximo da potência, verificar-se-á que existe sempre um ruído de fundo que é tanto menor quanto melhor for o aparelho. A medição desta relação sinal-ruído é bastante aleatória, até porque são utilizados padrões diversos em marcas diferentes. Em geral, aceita-se como mínimo para uma aparelhagem de alta-fidelidade uma relação de 60 dB ou inferior.

Quanto à curva de resposta, trata-se da capacidade do amplificador de tratar e amplificar sons de diversas frequências que dão a altura do som (mais agudo ou mais grave) e se mede em ciclos/segundo (Hertz, por abreviatura Hz).

Admite-se que o ouvido humano capta em geral sons com frequências entre os 20 Hz (muito graves) e 16 000 Hz (muito agudos).

No quadro junto dá-se uma ideia da gama de frequências produzidas pela generalidade dos instrumentos musicais, verificando-se que a partir dos 4000 Hz são produzidos essencialmente sons harmónicos, essenciais para a clarificação do timbre dos instrumentos.

No conjunto de uma cadeia de alta-fidelidade é assim fundamental saber qual a curva de resposta de cada uma das peças, isto é, a amplitude de frequências que está apta a captar e a transmitir.

Se, por exemplo, um amplifica-

dor apresentar uma curva de resposta de 100 a 12 000 Hz verifica-se que uma série de sonoridades de instrumentos mais graves (piano, contra-baixo, percussões, trombone, etc.) serão «engolidas» e não serão amplificadas, o mesmo sucedendo com harmónicas fundamentais da maioria dos outros instrumentos. O som será assim pobre, com tendência à estridência, sem cor nem recorte.

Considera-se inteiramente satisfatório para um amplificador hi-fi uma curva de 30-20 000 Hz, idealmente, 20-20 000 Hz.

### 2. Controlos graves-agudos

A maioria dos amplificadores possui dois botões para controlo de graves e agudos. Nos de muito boa qualidade tais controlos não existem — veremos porquê.

O controlo de graves actua sobre a amplificação feita ao som obtido pela fonte de captação sonora (um gira-discos, por exemplo) aumentando ou diminuindo o nível de amplificação de uma determinada faixa de frequência. Como é evidente, este controlo na amplificação não pode introduzir nenhum som que não tenha sido captado previamente: o que faz é aumentar ou diminuir a amplificação de uma determinada faixa de frequência, desequilibrando a relação existente entre todo o conjunto de frequências quando da gravação.

Trata-se assim de uma alteração do original que, numa muito boa aparelhagem que se pressupõe reproduzir integralmente o que foi captado, se torna desnecessário.

### 3. Balanço

O botão de controlo de balanço destina-se a assegurar o funcionamento do efeito de estéreo.

Como se sabe, o estéreo é obtido pela divisão do som captado em dois canais. Naturalmente que em nenhuma etapa do processo de gravação, de captação ou de amplificação a separação é integral: existe sim um desequilíbrio entre a intensidade de um mesmo som gravado no canal esquerdo e no canal direito, reproduzindo a situação em que a captação foi feita. Assim e por exemplo, numa orquestra sinfónica onde os contra-baixos estão normalmente colocados do lado direito, o som destes instrumentos surge essencialmente no canal direito da gravação.

A possibilidade de fazer esta separação estéreo é igualmente uma qualidade de um amplificador e mede-se igualmente em dB (pois trata-se da capacidade de introduzir níveis de intensidade diferentes em cada canal). Uma separação («crosstalk») num amplificador de 40-60 dB é boa.

Através do botão de balanço pode desequilibrar-se a relação estéreo originalmente introduzida durante a gravação no disco ou cassette. Trata-se de outro controlo que não introduz nada de novo, apenas altera as condições originais.

A única vantagem de accionar o botão do balanço pode provir de o local habitual de audição não se encontrar centrado em relação aos altifalantes. Como veremos quando da questão da disposição das colunas, idealmente o ouvinte deve encontrar-se situado a eixo entre as duas: se se encontrar mais próximo de uma delas, naturalmente que perderá a sensação de estéreo por ouvir mais a que está mais próxima. Nestas circunstâncias, accionando o botão de balanço, poderá diminuir o volume do ca-

Uma quase mitologia rodeia hoje os watts em que se mede a potência de uma aparelhagem... Diz-se que «uma cadeia de hi-fi é ótima porque tem 100 watts por canal, que um altifalante é excelente porque tem 150 watts ou que o equipamento sonoro de um concerto rock é sensacional porque tinha 10 000 watts!

Sendo verdade que a potência de uma aparelhagem está longe de ser o único (e, por vezes, nem sequer o mais importante) elemento da sua qualidade, acresce ainda que nem sequer é o quanto à sensação de «mais alto» ou «mais baixo» na audição.

O watt é a unidade de medida da amplitude do movimento vibratório que dá origem ao som. Correspondendo a uma fórmula matemática rigorosa, a determinação deste valor envolve contudo uma enorme série de variantes. Mas o mais complicado é que, conhecida a intensidade da fonte sonora, «a qualidade subjectiva do som que nos leva a dizer que ele é mais ou menos forte (chamado muitas vezes nível sonoro), não é proporcional à intensidade física, mas ao seu logaritmo» (lei de Fechner).

O nível sonoro obtido por um determinado som e a sua variação («ganho» ou «perda») mede-se em decibéis (dB). Tendo em conta a lei de Fechner, sucede assim que, se duplicarmos a potência de saída de uma aparelhagem, isso não significa que tenhamos duplicado a intensidade sonora do que dela ouviremos. Concretamente e por exemplo uma aparelhagem de 15 000 watts de potência surge apenas quatro vezes mais forte do que uma de 150 watts!

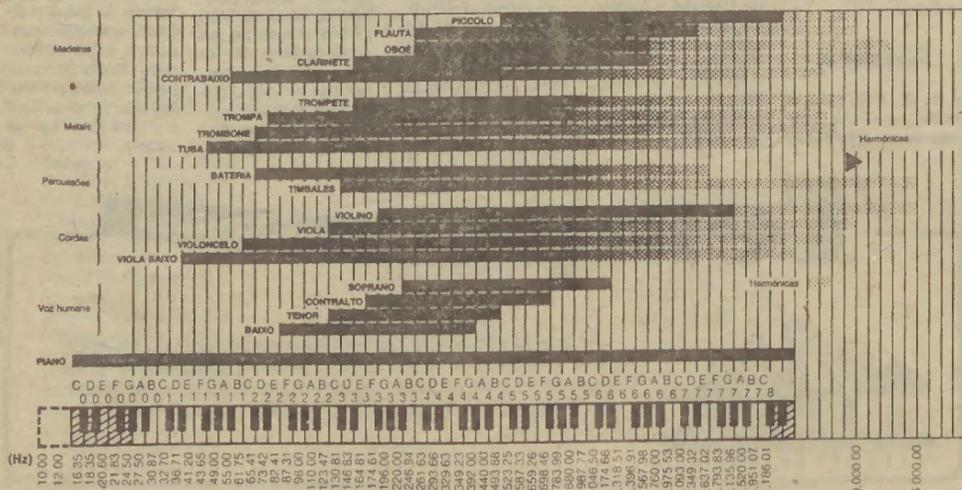
Para complicar ainda mais a situação, sucede que o ouvido humano não reage da mesma forma a todas as frequências a uma mesma intensidade, ainda com variações importantes de pessoa para pessoa.

Finalmente, convém ainda não esquecer que quando se fala em watts se fala em watts/m<sup>2</sup>, o que significa que é necessário ter em conta o meio em que a aparelhagem funciona: numa sala de 10 m<sup>2</sup> uma aparelhagem de 25 watts por canal pode proporcionar uma pressão sonora de 100 dB enquanto ao ar livre um sistema de 10 000 W pode não ir além dos 80 dB!

Uma escala exemplificativa da intensidade sonora em decibéis pode ser apresentada da seguinte forma:

0 dB.....	Limite de audição. Silêncio absoluto.
10 dB.....	Assobio fraco a 1 metro de distância. Ruído de folhas numa árvore com vento fraco.
20 dB.....	Som ambiente de uma área residencial durante a noite.
30 dB.....	Ruído durante o dia dentro de uma casa doméstica.
40 dB.....	Música de fundo numa sala bem mobilada.
50 dB.....	Ruído dentro de um automóvel normal a 50 km/h.
60 dB.....	Ruído num escritório ou pessoa falando em voz normal a uma distância de 1 metro.
70 dB.....	Tráfego urbano ouvido na rua.
80 dB.....	Ruído do metropolitano em marcha ou som ambiente numa cantina sem paredes tratadas acusticamente.
90 dB.....	Martelo pneumático a uma distância de 3 metros ou tráfego urbano muito movimentado.
100 dB.....	Buzina de automóvel a 3 metros.
110 dB.....	Motor de motocicleta a 2 metros. Orquestra sinfónica em fortíssimo.
115 dB.....	Concerto rock num recinto fechado.
120/130 dB.....	Limiar de audição dolorosa para a maioria das pessoas
140 dB.....	Reactores de avião a jacto levantando voo a uma distância de 20 metros. Risco de surdez imediata.
160 dB.....	Lançamento de míssil intercontinental a 100 metros. Surdez imediata.

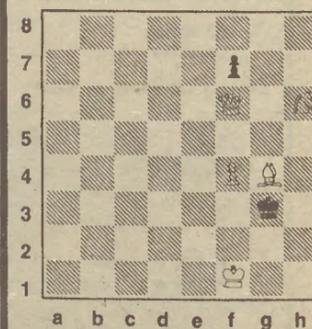
GAMAS DE FREQUÊNCIAS DOS INSTRUMENTOS MUSICAIS E VOZ HUMANA



## Xadrez

Proposição n.º 3

Por T. Schönberger  
Magyar Sakkvilág, 1933  
3.º Prémio de Miniaturas  
5+2



Br. Pf4-Ch6-Bg4-Df6-Rf1  
Pr. Pf7-Rg3

Mate em 2 (dois) lances

Miniatura — Composição construída, no máximo, com 7 (sete) peças.

Jogo n.º 3

Olimpíadas Femininas,  
La Valeta/Malta, 1980

Match Polónia-URSS  
Br. Erenka  
Pr. Tchiburandizje

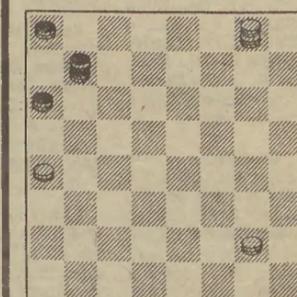
1. e4, c5; 2. Cf3, d6; 3. d4, cxd4; 4. Dxd4, a6; 5. o4, Cc6; 6. Dd2, g6; 7. b3, Bg7; 8. Bb2, Cc6; 9. Cc3, 0-0; 10. h3, Da5; 11. Bb3, b5; 12. cxd5, axd5; 13. 0-0, b4; 14. Ce2, Bb7; 15. Tf-e1, Tf-d8; 16. Ce-d4, Cxd4; 17. Cxd4, Cd7; 18. De3, Cc5; 19. Bc2, Ta-c8; 20. Te-d1, e5; 21. Cf3, Ca4! (os bispos brancos estão ameaçados); 22. bxa4, Txc2; 23. Ta-b1, Bf6; 24. a3, Dxa4; 25. Ba1, b3; 26. Dxb3, Dxb3; 27. Txb3, Bxe4; 28. Te3, Bf5; 29. g4, Be6; 30. Te3, Ta2; 31. Te3, Txa1; 32. Txa1, e4; 33. Td1, exf3; 34. Txf3, Be5; 35. Te3, Ta8; 36. Rg2, Rg7; 37. Rf3, Ta4; 38. Rg2, Bd4; 39. Te-d3, Bc5; 40. Ta1, Bc4; 41. Tg3, Bd5+ e as Brancas abandonam.  
Se: 42. Rf1, Tf4 e ganham.

## Damas

Proposição n.º 3

Por Alonso Guerra  
Espanha 1595?

Br. 5-16-(29)  
Pr. 24-(28)-32



Jogam brancas e ganham

Jogo n.º 3

Br. Medalha da Silva  
Pr. Clarimundo Marques

1. 10-14, 23-19; 2. 14-23, 28-19; 3. 5-10, 32-28; 4. 1-5, 28-23; 5. 9-13, 21-18; 6. 13-17, 18-14 (entramos na defesa de Garcez — M. da S.); 7. 11-18, 22-13; 8. 7-11, 27-22; 9. 5-9, 22-18; 10. 12-15, 19-2; 11. 8-15, 23-20; 12. 3-7, 31-28; 13. 15-19, 20-15 (jogo sem história em que as Pr. não jogaram as melhores! 20-15 não foi bom! Talvez 26-21 equilibrasse a partida!); 14. 11-20, 24-15; 15. 10-14, 16-11; 16. 9-18, 15-12; 17. 7-14, 26-21; 18. 17-26, 29-15; 19. 14-19, 28-24; 20. 19-23, 24-20; 21. 23-28, 12-7; 22. 4-11, 15-12; 23. 18-21, 25-18, 24. 11-14, 18-11; 25. 6-24 G. Br.

Golpe n.º 3

Golpe do Dr. O. A. L. — 1951

1. 10-14, 22-19; 2. 5-10, 26-22; 3. 1-5, 22-18; 4. 12-15, 19-12; 5. 8-15, 23-20; 6. 14-19, 27-23; 7. 10-14, 20-16; 8. 6-10, 23-20; 9. 3-6, perdente! As Pr. jogam e ganham do Golpe!!!